

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DA PRODUÇÃO
PROGRAMA DE ENSINO À DISTÂNCIA – FUNCITEC

ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO ESPACIAL
PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO
À MICRO REGIÃO DA AMUREL

HÉLIO OLIVEIRA DE SOUZA

FLORIANÓPOLIS

2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DA PRODUÇÃO
PROGRAMA DE ENSINO À DISTÂNCIA – FUNCITEC

ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO ESPACIAL
PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO
À MICRO REGIÃO DA AMUREL

HÉLIO OLIVEIRA DE SOUZA

*Dissertação de Mestrado apresentada
ao Curso de Pós-Graduação em En-
genharia da Produção da Universida-
de Federal de Santa Catarina, para a
obtenção do título de Mestre em En-
genharia sob orientação do professor
Dr. Alvaro Guillermo Rojas Lezana.*

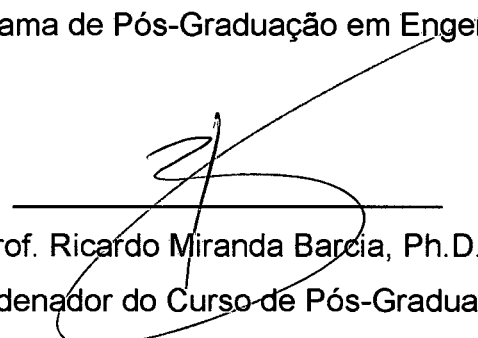
FLORIANÓPOLIS

2001

HÉLIO OLIVEIRA DE SOUZA

**ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO ESPECIAL – PERSPECTIVAS DE
DESENVOLVIMENTO À MICRO REGIÃO DA AMUREL**

Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de Mestre em Engenharia de Produção e aprovada em sua
forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.



Prof. Ricardo Miranda Barcia, Ph.D.
Coordenador do Curso de Pós-Graduação

Banca Examinadora:



Prof. Álvaro Guillermo-Rejas Lezana, Dr.
Orientador



Prof. Nelson Casarotto Filho, Dr.



Prof. João Zaleski Neto, Dr.

À minha esposa Marlise e aos meus filhos Inaui e Amaruã.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela generosidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC, pela oportunidade.

Ao professor ignacy Sachs, pela inspiração.

Ao professor Neri dos Santos, pelo apoio.

Ao professor Alvaro Guillermo Rojas Lezana, pela orientação.

Ao professor Antonio Diomário de Queirós, pela compreensão.

SINOPSE

Este trabalho refere a perspectiva de desenvolvimento da Região da AMUREL através de estratégias de ocupação espacial.

Caracteriza a Micro Região objeto deste estudo, situando-a no contexto estadual e regional. Implica também em considerações acerca do mercado global, seus respectivos blocos econômicos transnacionais, às modalidades de desenvolvimento social, político e econômico, bem como ao desenvolvimento micro regional sustentável.

Para tanto, segue o método de abordagem indutivo, a técnica de pesquisa bibliográfica e o método de procedimento descritivo.

Como resultados apresenta as estratégias de ocupação espacial, segundo princípios consagrados pela engenharia de produção, como forte elemento disseminador do desenvolvimento econômico micro regional.

No entanto, evidencia imprescindível necessidade de comprometimento social, político e empresarial.

Não obstante, revela potencialidades e limitações naturais decorrentes de fatores estruturais relacionados à AMUREL.

ABSTRACT

This project refers to the perspective of development of the Region of the AMUREL through strategies of space occupation.

It characterizes the Region aimed in this study, thus pointing out several characteristics involving factors of the object emerged towards its state and regional scenery. Its results are linked to perspectives about a global market, and the analysis of different kinds of social development, including others such as political and economic development as well as the sustainable development in the region scale.

To reach that objective which is included in the scientific investigation, an inductive method of approaching is assured as well as bibliographical research technique and descriptive procedure method.

As results presents the strategies of space occupation, following widely elected principles for the production engineering, as strong disseminating element of the regional economic development.

Although, it reveals the strong necessity of social, liable to improve economic activity and with political contour involvement.

However, it discloses its list of potencies within limitations that are known for the particular scenery involving structural factors at AMUREL.

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS, QUADRO E GRÁFICO	ix
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Problemática	3
1.2 Objetivos	5
1.2.1 Geral	5
1.2.2 Específicos	5
1.3 Hipóteses	6
1.3.1 Geral	6
1.3.2 Subjacente	6
1.3.3 De trabalho	6
1.4 Importância do tema	6
1.5 Estrutura do memorial	7
1.6 Metodologia	09
1.7 Limitações do estudo	10
2 ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL: CONTEXTO ESTADUAL, REGIONAL E MICRO REGIO- GIONAL	12
2.1 introdução	12
2.2 Contexto estadual	13
2.2.1 O modelo econômico regionalizado de Santa Catarina	16
2.2.2 Qualidade de vida	24
2.2.3 PIB per capita	27
2.3 Contexto regional	28
2.3.1 Características	29
2.3.2 População e taxa de urbanização	32
2.3.3 Principais atividades econômicas	35
2.3.4 PIB das Micro Regiões	36
2.4 Contexto micro regional	37
2.4.1 Processo histórico e características	38
2.4.2 Principais atividades econômicas	42
2.5 Considerações	53

3 MERCADOS GLOBAIS E MODALIDADES DE DESENVOLVIMENTO	57
3.1 Introdução	57
3.2 Mercados globais	57
3.3 Modalidades de desenvolvimento	61
3.3.1 Desenvolvimento social	66
3.3.2 Desenvolvimento político	70
3.3.3 Desenvolvimento econômico	72
3.3.4 Desenvolvimento regional	75
3.3.5 Desenvolvimento sustentável	80
3.4 Considerações	90
4 ESTRATÉGIA DE OCUPAÇÃO ESPACIAL: FATORES ESTRUTURAIS E CONCEITUAIS APLICÁVEIS À MICRO REGIÃO	92
4.1 Introdução	92
4.2 Fatores estruturais	94
4.2.1 Competição entre regiões	94
4.2.2 Renúncia fiscal	98
4.2.3 Centros tecnológicos	99
4.2.4 Pesquisas científicas	101
4.2.5 Incubadoras	101
4.2.6 Cluster	102
4.2.7 Distritos industriais	103
4.2.8 Comunicação	104
4.2.9 Tecnologia da informação	104
4.2.10 Call center	105
4.2.11 Alternativas energéticas	107
4.2.12 Estrutura modal	108
4.2.13 Outros fatores estruturais	110
4.3 Fatores conceituais	111
4.3.1 Ambiente	111
4.3.2 Criatividade	111
4.3.3 Inovação	113
4.3.4 Competitividade	113
4.3.5 Sustentabilidade	114
4.3.6 Planejamento	115
4.3.7 Estratégia	116
4.3.8 Estratégia de ocupação espacial	117
4.4 Considerações	124
5 CONCLUSÕES	125
5.1 Conclusões	125
5.2 Recomendações	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
BIBLIOGRAFIA	137

LISTA DE MAPAS, QUADRO SINÓPTICO E GRÁFICO

MAPAS

MAPA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – PARCIAL DO CONE- SUL	14
MAPA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ÍNDICE DE DESEN- VOLVIMENTO SOCIAL NAS ASSOCIAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO – 2000	27
MAPA DA AMUREL	37

QUADRO SINÓPTICO

QUADRO SINÓPTICO – PÓLOS ECONÔMICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA	20
--	----

GRÁFICO

GRÁFICO – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO DE LAGU- NA – 1940-2000	34
--	----

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a competitividade global impõe o desafio de conviver-se com incertezas futuras. Segundo Dreifuss

*“vivemos, neste final de milênio, as perplexidades de três processos estonteantes: globalização econômica e de modos de produzir, mundialização social e de modos de viver e planetarização política e institucional, dos modos de dominar”.*¹

A necessidade de se acompanhar o processo de mudança, cada vez mais acelerado, fenômeno mundial que ocorre destacadamente na economia, vem despertando neste início de século, a atenção de integrantes do meio acadêmico, empresarial e de alguns segmentos da sociedade.

“A visualização do mundo todo como espaço possível e provável das atitudes”,² destaca-se como sendo idéia básica à globalização econômica, tão difundida teoricamente há tempos atrás e atualmente em prática num contexto de inegável irreversão. Mesmo considerando que ainda está em processo de inicialização, do estágio em que se encontra, já se podem medir suas manifestações.

¹ DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização; novos desafios*. Petrópolis : Vozes, 1996. p. 325.

² *Id. ibid.*, p. 168.

O processo de desenvolvimento micro regional é o mais afetado diante dessa situação. Sem planejamento sistemático e dependente de ações governamentais de esferas superiores, muitas municipalidades encontram dificuldades para sobreviver diante da eminente *"falência dos sistemas de governo, cada vez mais com dificuldade de corresponder às expectativas das sociedades que os elegem."*³

Esse processo, merece profunda atenção no tocante à implementação de políticas e estratégias de ampliação, muito além da forma superficial hoje praticada, haja vista

*"a dualidade da sociedade – cada vez mais dividindo-se em ricos e pobres, a aliança verde, as rupturas tecnológicas e a globalização na qual se destacam três níveis de competitividade igualmente importantes – a estrutural, a setorial e a empresarial."*⁴

Segundo Jacques Marcovitch (professor titular do Departamento de Administração da FEA/USP), tais níveis de competitividade transformam-se em dimensões a serem necessária e severamente observadas, especialmente, àqueles que pretendam implementar inovações.

Dentro desse contexto, a perspectiva de estudo sobre estratégias de ocupação espacial, como fato gerador de transformações positivas e desencadeadoras de oportunidades, pode vir a contribuir, sensivelmente, à ampliação de horizontes no desenvolvimento micro regional.

No caso em estudo, o direcionamento teórico implica na escolha de uma micro região que, como qualquer outra, tem a pretensão de receber investimentos empresariais. Com o que se pretende possibilitar uma perspectiva de crescimento econômico e, como consequência, agregar benefícios, dentre os quais, insta dizer, se inscre-

³ MARKOVITCH, Jacques. *Globalização. RAE Light*. São Paulo, v.2, n. 3, p. 67, mai./jun. 1995.

⁴ *Id. ibid.*, p. 66.

vem: geração de empregos, retorno de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) às municipalidades e elevação da qualidade de vida, além de outros que ora poderiam ser aqui mencionados, também.

De caráter multidisciplinar, o tema em apresentação encontra-se difuso em várias áreas do conhecimento humano. Situa-se, principalmente, entre as ciências sociais, e encontra ressonância junto a disciplinas relacionadas à administração (pública e privada), engenharia da produção, economia, política, direito, sociologia, psicologia organizacional e psicologia social.

1.1 Problemática

O crescimento populacional aliado ao processo acelerado de mudanças ocorridas em termos globais, afetam consideravelmente o desenvolvimento micro regional. A concretização da globalização econômica pode significar para algumas regiões o empobrecimento. Diante desse fato, é primordial um planejamento adequado a preservar aquilo conquistado, bem como, à efetivação de novos empreendimentos.

Voltados a preencherem necessidades imediatas, com características políticas na maioria dos projetos, a estrutura criada pelos governos municipais para garantir investimentos da classe empresarial, passa, obrigatoriamente, pelas concessões sem muitos critérios avaliativos. Esse tipo de conduta, deixa de visualizar, na maioria dos casos, uma integração sócio-econômico-cultural voltada a desenvolver certa região.

Diante de tais manifestações, foi que surgiu a necessidade de se estabelecer este estudo vislumbrando a perspectiva de desenvolvimento de estratégias de ocupação espacial voltadas ao progresso micro regional. Neste caso, a intenção maior aqui pretendida é reconhecer a necessidade de um processo de mudança no desenvolvimento micro regional. Para se estabelecer um ponto de referência para tal

estudo, é necessário a determinação de uma região.

Sendo histórica, bem localizada geograficamente e com características próprias da Associação dos Municípios da Região de Laguna – AMUREL, figura como cenário de ação para tal fim.

O desenvolvimento de estratégias de ocupação espacial identificará oportunidades nas características da Micro Região em estudo, bem como poderá abrir espaço para promover a geração de fontes de produção, trabalho e renda.

Para que seja contemporânea, a realização deste estudo passa, necessariamente, pela ótica dos novos paradigmas, buscando integrar critérios comuns característicos de cada município com fatores relevantes ao desenvolvimento sustentável.⁵

A urgente necessidade de se manter a Micro Região da AMUREL em franco desenvolvimento, está na preparação planejada do futuro. A eliminação de fatores adversos a essa conquista, terá que fluir de modo que tais sejam combatidos de forma consciente por parte da sociedade e apoiada insistentemente pelo poder local.

Silva, (professor do Departamento de Planejamento e Análise Econômica Aplicados à Administração – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo), entende que *“a vida econômica é o resultado do comportamento dos agentes, que está associado a um conjunto de motivações estabelecido dentro de um determinado arranjo institucional”*,⁶ o qual pode servir à obtenção do equilíbrio entre o setor produtivo e as necessidades sociais.

Sobre tal aspecto, o jornalista Paulo Ramos Derengoski, co-

⁵ *Desenvolvimento sustentável significa garantir o desenvolvimento econômico, procurando respeitar o meio ambiente. DEMAJOROVIC, Jacques apud FARIA, Luciana Jacques. Meio ambiente e resíduos sólidos: avanços e limites na cidade de Viena e lições para São Paulo. RAE Light. São Paulo, v. 2, n. 2 p. 36, mar./abr. 1995.*

⁶ *SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. Políticas de governo e planejamento estratégico como problemas de escolha pública II. RAE – Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 36 n. 4, p. 38-50, out./nov. 1996.*

menta: *"No mundo atual, o capital é global, mas o emprego, o trabalho, é local."*⁷ Isso reforça a idéia quanto a possibilidade de estabelecer-se objetivos direcionados ao desenvolvimento micro regional segundo as características individuais de cada município.

Desse modo é que a criação de perspectivas favoráveis à implementação de espaços produtivos para os municípios integrantes da Região da AMUREL e um centro inteligente na cidade de Tubarão, encampa a idéia do desenvolvimento de estratégias de ocupação espacial.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Estabelecer perspectivas de estratégias de ocupação espacial favoráveis à implementação de espaços produtivos para os Municípios-Membros da Região da AMUREL e um centro inteligente à cidade de Tubarão.

1.2.2 Específicos

a) Desenvolver perspectivas de estratégias de ocupação espacial;

b) fortalecer o desenvolvimento micro regional;

c) identificar oportunidades nas características da Micro Região;

d) reconhecer a necessidade de um processo de mudança para o desenvolvimento dessa Micro Região;

e) harmonizar critérios comuns às especificidades de cada município;

f) identificar meios à promoção da geração de fontes de pro-

⁷ DERENGOSKI, Paulo Ramos. *O global e local. A Notícia. Joinville, n. 21539, 13 mar. 2000, p. A3.*

dução, trabalho e renda.

1.3 Hipóteses

1.3.1 Geral

Associar-se novos paradigmas a um planejamento que integre sociedade e economia local possibilita propor estratégias de ocupação espacial, objetivando promover o desenvolvimento sustentável da Micro Região.

1.3.2 Subjacente

Interferir-se no processo natural de ocupação, através de apoio oficial, gera atitudes competitivas entre municipalidades e poder de barganha nos responsáveis pela geração de fontes de produção, trabalho e renda.

1.3.3 Interveniente

Incorporar-se estratégias de ocupação espacial, integradas a políticas estruturais locais, bem como, observar o processo sócio-econômico-cultural, viabiliza, sensivelmente, o processo de desenvolvimento sustentável micro regional.

1.4 Importância do tema

A contextualização política, econômica, tecnológica, pedagógica, ecológica e social imposta atualmente pela globalização, afetam consideravelmente as condições de competitividade das micro regiões.

Na atualidade, um dos grandes desafios das micro regiões é o desenvolvimento do espaço local. Tal empreendimento encontra ressonância em todas as direções geográficas do País. No entanto, depende principalmente de um conjunto de ações integradas entre sociedade civil e governo.

Dentro desta linha de raciocínio, deve-se ter em mente que tais ações possam levar uma micro região envolvida à uma organização estrutural subsidiada pelo poder local com contrapartida da população participante.

Nesse processo de desenvolvimento micro regional fica evidente a importância de estudo sobre estratégias de ocupação espacial.

Uma análise particular do perfil sócio-econômico-cultural dos municípios integrantes de uma micro região, buscando identificar oportunidades nas características locais, faz vislumbrar a possibilidade de integrar-se interesse social, eficiência econômica e prudência ecológica como fatores positivamente determinantes do crescimento.

Outro elemento que assinala a importância deste estudo e, por conseguinte, justifica a execução desta dissertação, reside na falta de literatura específica sobre o tema proposto, vez que poderá a mesma contribuir, sensivelmente, a outros interessados em conhecer, desenvolver e aprofundar o assunto.

O fato de ter-se escolhido a Região da AMUREL como cenário à realização deste trabalho situa-se na importância histórica e econômica e nas peculiares características que a mesma apresenta, aspectos relevantes para este estudo.

Além de ser a Região de origem do autor, a situação geográfica, a agricultura regional, a cidade pólo existente, a estrutura modal, o centro educacional, o potencial turístico e a miscigenação de culturas, figuram como alguns pontos determinantes desta escolha.

1.5 Estrutura do memorial

Construído em cinco capítulos, todos atendendo funções *metodológicas, teóricas e práticas* distintas, cada um deles apresenta as seguintes finalidades:

(a) Neste capítulo buscou-se estabelecer os limites desta pesquisa, apresentar suas intenções e os métodos empregados.

(b) O segundo capítulo reporta-se à contextualização estadual, à regional e à micro regional, indicam-se as características sócio-econômico-culturais. Em outra instância, o enfoque fica direcionado à divisão político-administrativa das Micro Regiões Sul Catarinenses, à população total e à taxa de urbanização, bem como às suas principais atividades econômicas.

(c) Subseqüentemente, no terceiro capítulo, enfocam-se os mercados globais e as modalidades de desenvolvimento, sendo, no primeiro caso, a ênfase está voltada à globalização da economia e à formação dos blocos econômicos, e no segundo aos tipos de desenvolvimento aos quais a estratégia de ocupação espacial se propõem a promover.

(d) No quarto capítulo apresenta-se uma perspectiva de estratégia de ocupação espacial, considerando-se fatores estruturais e conceituais aplicáveis à Região da AMUREL.

(e) No quinto e último capítulo efetua-se avaliação sobre o memorial, observa-se a metodologia (o sistema) a que ele se propõe desenvolver ante as reais necessidades do sistema no qual se inscreve. Desta forma, conclui-se acerca dos objetivos anteriormente apresentados, especialmente no que pertine ao atingimento dos mesmos.

Em outra instância, estabelece-se paralelo entre as vantagens e limitações.

Cumprido, também, às conclusões elencadas mostrar como se pretende transferir os resultados alcançados ao público-alvo, vale frisar, abrangendo quatro esferas: ecológica, social, empresarial e governamental da Região da AMUREL.

Por este prisma, resta dizer que os capítulos seguintes ficam assim sumarizados:

Capítulo 2 – Visa trazer à luz correlações significativas à elaboração de estratégias de ocupação espacial numa perspectiva de desenvolvimento à Micro Região da AMUREL. O acervo revisado e discutido reporta-se à caracterização regional e à micro regional, situando-as no contexto do padrão de desenvolvimento assumido pelo Estado de Santa Catarina.

Capítulo 3 – Esse capítulo versa a respeito dos mercados globais e das modalidades de desenvolvimento. Assim, em primeiro plano trata sobre a globalização da economia e a formação dos blocos econômicos. Em segundo, o foco de atenção fica direcionado aos tipos de desenvolvimento dos quais a estratégia de ocupação espacial é ferramenta, reclamando capítulo à parte.

Capítulo 4 – O objetivo desse capítulo é apresentar os fatores estruturais e conceituais que influenciam no estabelecimento de estratégias de ocupação espacial, sendo que a observância a tais aspectos e a aplicabilidade por parte das municipalidades e investidores figura de modo relevante no estabelecimento da proposta em linha.

Capítulo 5 – Enseja retomada à importância do tema, avalia o trabalho e observa o sistema a que ele se propõe a desenvolver.

De outro lado, conclui acerca dos objetivos anteriormente apresentados, especialmente no que pertine ao atingimento dos mesmos e sobre a corroboração/refutação das hipóteses levantadas.

Cumpram, também, recomendações e mostrar caminhos, observando a necessária sintonia intercultural com os novos paradigmas e o estabelecimento de intercâmbios, enquanto fonte de promoção do aprendizado sócio-econômico-cultural.

1.6 Metodologia

A bem da ordem metodológica, os procedimentos empregados à consecução deste memorial implicaram, dado o caráter da pró-

pria matéria, no uso do sistema de abordagem de inferência indutiva, haja vista o conteúdo referente seguir do todo às partes.

De outro lado, considerando-se a natureza reflexiva desta matéria é que foram adotados os métodos de procedimentos descritivo e argumentativo.

Decerto, expõe do acervo coletado através das técnicas de pesquisas bibliográficas, das quais apenas utilizou-se o método de documentação direta por consulta a obras das fontes primárias e secundárias, todas listadas em referências bibliográficas e as demais, as não citadas, elencadas em bibliografia, conforme pode ser adiante observado.

1.7 Limitações do estudo

As limitações deste trabalho estão relacionadas à sua própria natureza. Todas as análises sócio-econômico-culturais fundamentadas em apenas uma perspectiva são parciais e, portanto, incompletas, uma vez que implicam em redução dessa realidade a um ponto de vista subjetivo.

A interpretação do desenvolvimento regional é, na atualidade, um dos temas que geram muitas discussões e, em particular, a de como inserir-se, da melhor forma, em uma economia cada vez mais competitiva e globalizada. Juntamente com tal questão, surgem os impactos sócio-econômico-ambientais que, cada vez mais, têm e terão importância na tomada de decisões.

Na qualidade de perspectiva, o presente trabalho propõe um planejamento à estratégia de ocupação espacial fundamentada no desenvolvimento regional sustentável. Deste modo, encontra limitações teóricas e práticas relacionadas à complexidade do tema, assim como, ao fato de estar baseado em fontes secundárias.

Uma outra limitação observada é que, por definição, uma pesquisa desta natureza possui caráter interdisciplinar e, como estu-

do, foi desenvolvida com base disciplinar individual, o que, portanto, reflete nos resultados alcançados.

Contudo, pretende-se superar algumas destas limitações e oferecer um instrumento que possa contribuir às discussões políticas acerca da Região da AMUREL.

2 ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL

CONTEXTO ESTADUAL, REGIONAL E MICRO REGIONAL

2.1 Introdução

Objetivando trazer à luz correlações significativas à elaboração de estratégias de ocupação espacial, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento à Região da AMUREL, segundo princípios consagrados pela engenharia da produção e, em particular, do desenvolvimento sustentável, é necessário, em primeira instância, que o acervo referente seja revisado e discutido conforme divisão ensejada a substituição deste capítulo ou seja, que se reporte à contextualização estadual, à regional e à micro regional.

Cumprido, deste modo, apresentar a economia local, situando-a no contexto do padrão de desenvolvimento assumido pelo Estado de Santa Catarina.

No caso deste memorial, a descrição das principais dimensões do Estado de Santa Catarina, de sua Região Sul e da Região da AMUREL, compreende uma fase do processo de planejamento usualmente denominada diagnóstico.

Portanto, as informações gerais abaixo elencadas, constituem-

se nas pilastras centrais sobre as quais está sustentada a perspectiva a que se reporta o *capítulo 4*.

Assim sendo, no primeiro bloco de assuntos apresenta-se, por linhas gerais, o contexto estadual; sendo que no segundo e no terceiro, adota-se este mesmo eixo metodológico, porém, com enfoque direcionado à Região Sul do Estado e à AMUREL, sendo esta última objeto deste estudo.

Desse modo, apresenta-se nos itens abaixo o modelo econômico regionalizado de Santa Catarina, tendo como pano-de-fundo o posicionamento das escolas neomarxista, o pensamento clássico empresarial e a corrente eclética, que utiliza fundamentos de ambas as outras.

Seqüencialmente, com o intento de alcançar visão macro faz-se alusão à situação da indústria catarinense, evidenciando-se também os pólos econômicos do Estado.

Complementarmente, faz-se referências à qualidade de vida do Estado, ao PIB *per capita* nacional e estadual.

Em outra instância, o enfoque fica direcionado à divisão político-administrativa das Micro Regiões Sul Catarinenses, à população total e à taxa de urbanização, bem como suas principais atividades econômicas.

2.2 Contexto estadual

Antes de dissertar acerca dos aspectos referentes à AMUREL, cumpre evidenciar alguns dados gerais pertinentes ao Estado de Santa Catarina, conforme segue:

“Localização: Centro da Região Sul

Sigla: SC

Área: 95.442,9 km²

Capital: Florianópolis

Relevo: Planícies litorâneas, Planalto Atlântico e de-

pressão

Vegetação: Mata Atlântica, Mata de Araucária, mangues e campos

População: 5.333.845 habitantes (2000)

Densidade populacional: 55,88 hab/km²

Municípios 293

Analfabetismo: 10,4%

Rios principais: Uruguai, Canoas, Negro, do Peixe, Itajaí, Iguaçu, Chapecó e Tubarão

Clima: Subtropical

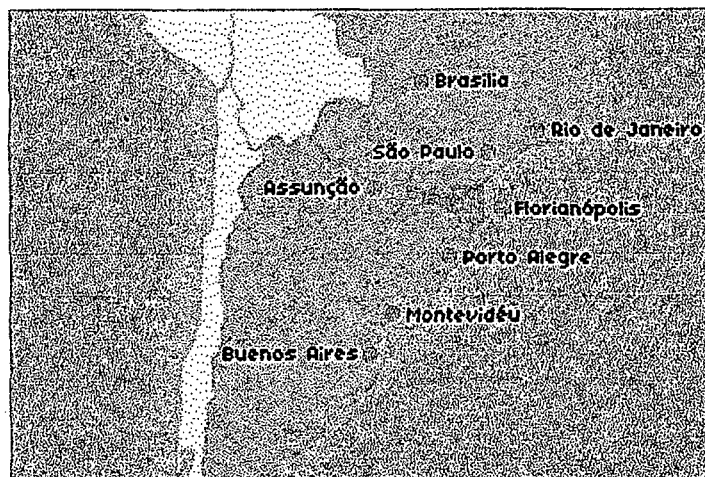
Temperatura média anual: inferiores a 18°C

Chuvas: Freqüentes, bem distribuídas

Cidades mais populosas: Joinville, Blumenau, Florianópolis, Criciúma, Itajaí e Chapecó

Limites: Paraná (N), Oceano Atlântico (L), Rio Grande do Sul (S) e República da Argentina (O) conforme pode ser visto abaixo."¹

MAPA DO ESTADO DE SANTA CATARINA Parcial do Conesul



Fonte: Santa Catarina, 2000.

Situado no Sul do Brasil, o Estado de Santa Catarina fica no centro geográfico das regiões de maior desempenho econômico do País, Sul e Sudeste. Sua capital está a 1.850 quilômetros de Buenos Aires, 705 quilômetros de São Paulo, 1.144 do Rio de Janeiro e 1.673 de Brasília. Sua posição no mapa situa-se entre os paralelos 25°57' 41" e 29°23'55" de latitude Sul e entre os meridianos 48°19'37" e

¹ SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/turismo.htm>> Acesso em: 03 dez. 2000.

53°50'00" de longitude Oeste.

Politicamente dividido em 08 Regiões,² por sua vez, subdivididas em 20 Micro Regiões,³ que juntas, consoante sobredito, totalizam 293 municípios.

Dentro deste contexto, a Região Sul encampa as Micro Regiões da AMESC, AMREC e AMUREL, adiante enfocadas.

Conforme pode ser observado, Santa Catarina apresenta localização privilegiada no Mercosul - bloco econômico formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, cujas economias somam mais de US\$ 1 trilhão. O Estado fica a meio caminho entre os dois maiores pólos industriais do continente, São Paulo e Buenos Aires, e a menos de duas horas de vôo das capitais dos Países vizinhos. A ligação terrestre está sendo facilitada com a duplicação da rodovia BR-101 - *Corredor do Mercosul*.

Isto coloca o Estado em uma posição cobiçada. Seus produtos são distribuídos com facilidade a milhões de consumidores da região mais rica da América do Sul. Uma vantagem adicional é que Santa Catarina tem um mercado interno com alto poder de consumo - pesquisa recente mostra que *"na capital, Florianópolis, cada morador gasta em média US\$ 5.310 por ano apenas em supermercados e sho-*

² Litoral, Nordeste, Vale do Itajaí, Planalto Norte, Planalto Serrano, Sul, Meio-Oeste e Oeste.

³ AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani; AMARP - Associação do Alto Vale do Rio do Peixe; AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense; AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí; AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina; AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre-Rios; AMESC - Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense; AMFRI - Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí; AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense; AMMVI - Associação dos Municípios do Meio Vale do Itajaí; AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense; AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina; AMPLA - Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense; AMPLASC - Associação dos Municípios do Planalto Sul Catarinense; AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera; AMUNESC - Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina; AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado; AMUREL - Associação dos Municípios da Região de Laguna; AMURES - Associação dos Municípios da Região Serrana; AMVALI - Associação dos Municípios do Vale Itapoçú; GRANFPOLIS - Associação dos Municípios da Grande Florianópolis.

ppings."⁴

Embora seja o menor Estado da Região Sul, é um dos mais ricos e promissores do Brasil, haja vista a composição dos bens naturais que possui: litoral com praias belíssimas; serras que ficam cobertas de neve no inverno; estâncias termais espalhadas por diversos pontos do Estado; vales com paisagens bucólicas - todos evidenciando o potencial turístico local que, diga-se de passagem, é reconhecido por turistas nacionais e estrangeiros.

2.2.1 O modelo econômico regionalizado de Santa Catarina

Santa Catarina representa cerca de 1,12% do território nacional, envolve 3,14% da população total do País, que é de 169.544.443 habitantes.⁵

O Estado é um dos principais produtores de alimentos do Brasil. Sua produção agropecuária corresponde a 17,5% de toda a riqueza produzida.⁶ Esse desempenho se deve à qualidade do solo, à alta produtividade e à distribuição fundiária equilibrada. Do total de suas terras, 40,6% estão divididas entre propriedades pequenas, com menos de 50 hectares, e 43,0% entre propriedades médias, entre 50 e 1.000 hectares, em média, trabalhadas fundamentalmente por famílias.⁷

O modelo de industrialização catarinense, contrariando o seguido pelo Brasil e demais países em desenvolvimento, vem ocorrendo de forma regionalizada, ao redor de certas cidades pólos, sendo a Região Sul exemplo disso.

Esse modelo de desenvolvimento, regionalizado e descentra-

⁴ *Revista Veja*. São Paulo, p. 68, mar. 1999.

⁵ SCHMIDT, Karen. *Santa Catarina em destaque. A Notícia*. Joinville, n. 21426, 10 jan. 2001, p. A4.

⁶ *Id. Ibid.*

⁷ *Id. Ibid.*

lizado, representa um avanço importantíssimo para a teoria do desenvolvimento brasileiro e latino-americano, posto que, no Brasil o processo de industrialização e urbanização concentra-se, principalmente, em São Paulo e Rio de Janeiro, ou seja, via de regra, às voltas das grandes cidades.

O modelo de desenvolvimento industrial catarinense, relativamente importante em relação ao País, não está concentrado na capital, mas, espalhado em cidades pólos especializadas com pequenas e médias empresas.

A rede surgida com a industrialização e urbanização regionalizada proporcionou equilíbrio às cidades, em geral de médio porte, sendo que apenas dez delas possuem população superior a 100.000 habitantes e nenhuma ultrapassa a 500.000.⁸

As diversas correntes clássicas da teoria do desenvolvimento tentam explicar esse modelo regional diferenciado através de três posições distintas, quais sejam:

(1) Posição neo-marxista. Os defensores desse posicionamento argumentam que no sistema capitalista existe um centro e uma periferia. Portanto, nos países periféricos existem metrópoles ou centros internos, subsatelizando o que se pode chamar de periferia interna. Esses teóricos argumentam que no caso do Brasil as metrópoles são Rio e São Paulo – principais centros em relação às demais regiões do País.

Nessa linha de pensamento, Santa Catarina aparece no cenário regional com a função de suprir os centros exportadores ou atuar como corredor para cumprir essa função.

A leitura dessa perspectiva teórica é determinista, haja vista não abrir espaço às possibilidades de uma região poder configurar um modelo de desenvolvimento alternativo. Decerto, se assim o

⁸ SCHMIDT, Karen, *ibid*, p. A4.

fosse, dentro de uma perspectiva macroeconômica, Santa Catarina estaria cumprindo a função de pano-de-fundo do desenvolvimento regional.

(2) Pensamento clássico empresarial. Essa corrente ignora os fatores externos e estruturais que determinam as ações dos indivíduos. Para os seguidores dessa linha de pensamento, o desenvolvimento de uma região ou nação tem a ver com fatores subjetivos, culturais, técnicos e organizacionais, dentre outros.

Por esse prisma, o desenvolvimento diferenciado de Santa Catarina tem de ser compreendido, em especial, no contexto do imigrante europeu, que trouxe consigo uma visão diferente de fazer as coisas. Isso pode ser empiricamente constatado, já que o povoamento de Santa Catarina foi, predominantemente, de açorianos, alemães e italianos.⁹

Confirmando a realidade empírica tem-se o seguinte:

“Uma palavra pode sintetizar o mosaico humano que habita Santa Catarina: multiculturalismo. Ao longo de sua História, sucessivas correntes migratórias moldaram a ocupação do território com uma rica diversidade de costumes. Esta contribuição deixou marcas profundas no cotidiano e na economia.”¹⁰

⁹ *“A partir do século XVI os portugueses chegam a Santa Catarina e construíram alguns povoados. [...] Os açorianos se instalaram em pequenas propriedades e trabalharam na agricultura de subsistência, além da pesca artesanal. Deixaram para seus descendentes a arquitetura típica, a culinária baseada em frutos do mar, o sotaque e um rico folclore, entre outras heranças. Em todo o litoral catarinense há marcas desta cultura. [...] Os alemães e italianos vieram para Santa Catarina mais tarde, em meados do século XIX. Os primeiros a chegar foram os alemães. Instalaram-se na região do Vale do Itajaí e foram avançando pelo interior. Com trabalho e determinação, araram terras, constituíram pequenas propriedades e iniciaram negócios, muitos dos quais tornaram-se parte vital na engrenagem da economia catarinense. Eles trouxeram os conhecimentos dos mestres tecelões, moveleiros, mecânicos, químicos, metalúrgicos e cervejeiros. No fim do século XIX foi a vez dos italianos, a maior corrente migratória recebida pelo estado. Seus descendentes representam aproximadamente metade da população do estado. Eles se estabeleceram nas proximidades das colônias alemãs e mais para o interior. Ocuparam principalmente a Região Sul, próxima ao litoral. Trouxeram sua contribuição com técnicas de cultivo de grãos, vinicultura, produção de queijos e embutidos. As principais cidades de colonização italiana - Criciúma, Urussanga e Nova Veneza - preservam as tradições herdadas dos pioneiros: o cultivo da uva e do vinho [...]” SANTA CATARINA, loc. cit.*

¹⁰ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *O potencial catarinense*. Florianópolis : FIESC, 1990. v. 1, p. 48.

(3) Corrente eclética. É uma postura de autores que tentam integrar as duas escolas anteriores, de um lado, consideram a importância dos elementos externos e, de outro, os fenômenos internos.

Cecile Raud em *Industria, Território e Meio Ambiente no Brasil* comenta o seguinte:

“Sem subestimar as pressões exógenas, nós enfatizamos as dinâmicas internas nacionais locais, ou seja, a capacidade das comunidades de se organizarem e aproveitarem as condições impostas a fim de melhorar o seu bem-estar.

Essa visão implica estudar, além dos aspectos econômicos, os elementos culturais, políticos e sociais.”¹¹

Entende-se, portanto, que ambas as interpretações observadas, cada qual ao seu turno, têm contribuições teóricas inquestionáveis, usualmente empregadas para contrastar o diferencial que há entre o modelo econômico regionalizado de Santa Catarina e a tendência seguida pelos demais estados brasileiros.

• **A situação da indústria catarinense.** Sobre este assunto precisas são as seguintes palavras:

“A indústria de transformação do Estado tem posição de relevo no cenário nacional. Ela é a quinta do Brasil em número de trabalhadores (326 mil) e a sexta em quantidade de empresas. Há 150 mil empresas familiares, dos mais diferentes portes. Os segmentos de destaque são os seguintes: agroindústria; eletro-metal-mecânica; têxtil; informática; cerâmica/mineração; turismo; florestal.”¹²

Melhor retrata o citado a suma elaborada em função dos polos econômicos, qual seja:

¹¹ RAUD, CECILE apud SOUZA Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo : Atlas, 1993. p. 214.

¹² Id. *ibid.*

QUADRO SINÓPTICO

PÓLOS ECONÔMICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PÓLO ECONÔMICO	DESCRIÇÃO
Agroindustrial	Envolve 1.300 indústrias, que empregam 35 mil pessoas e concentra a maior parte da produção de alimentos do Estado. O setor está investindo US\$ 430 milhões para aumentar a produtividade.
Florestal	Abrange 1.900 empresas de madeira, 1.180 moveleiras e 117 de papel e papelão. Seu parque moveleiro é o maior da América Latina, com exportações de US\$ 200 milhões em 1998.
Eletro-metal-mecânico	Formado por 1.434 indústrias metalúrgicas, 517 mecânicas e 195 de material elétrico e de comunicação, emprega 59 mil trabalhadores. O setor está investindo US\$ 500 milhões na expansão de suas atividades.
Têxtil/vestuário	Maior concentração de indústrias do setor na América Latina (339, das quais 120 de grande porte) e considerada como a segunda maior do mundo. O setor fatura US\$ 2 bilhões/ano e responde por 70% das exportações de têxteis do País. Estão sendo investidos 500 milhões de dólares para aumentar a competitividade.
Pólo mineral	Os segmentos carbonífero e cerâmico, juntos, têm mais de 1.300 empresas. As indústrias de cerâmica têm faturamento anual de meio bilhão de dólares e respondem por 60% da produção brasileira de pisos e revestimentos. Santa Catarina é o maior produtor de carvão mineral do País.
Turístico	Santa Catarina recebeu 2,2 milhões de turistas no verão 1998/99 e arrecadou 365 milhões de dólares. Há 811 empreendimentos instalados, com capacidade para 69 mil leitos. Os municípios que mais atraem visitantes são Florianópolis, Balneário Camboriú e Blumenau, mas os atrativos turísticos estão distribuídos por todo o Estado.
Informática	O Estado tem 600 empresas de software, que faturam US\$ 260 milhões/ano e empregam 6 mil trabalhadores. Muitas delas são provenientes de laboratórios universitários e de incubadoras tecnológicas.
Zona de Processamento de Exportações	Localizada à margem da rodovia BR-101, a 90 km da capital e a 4 km do Porto de Imbituba, a ZPE é uma área de 200 hectares que oferece liberdade cambial e incentivos fiscais a empresas exportadoras. ¹³

Fonte: IBGE, 2000.

¹³ O município de Imbituba, no litoral Sul do estado, Município-Membro da AMUREL, é sede do projeto de implantação da ZPE - Zona de Processamento de Exportações. Localizada na margem da rodovia BR-101, a quatro quilômetros do porto de Imbituba e a três quilômetros de um terminal ferroviário, ela oferece liberdade cambial e diversos incentivos fiscais para a instalação de empresas. A ZPE está sendo instalada em uma área de 200,5 hectares - 100 hectares na primeira etapa. Sua infra-estrutura tem sistema viário, equipamentos comunitários, saneamento básico, energia elétrica e telecomunicações, conta também com duas instituições de ensino disponíveis na Região Sul para treinamento e formação de pessoal.

O desenvolvimento econômico acelerado que diferencia Santa Catarina dos demais estados brasileiros é assegurado pela sua excelente infra-estrutura. Seus portos, rodovias, ferrovias e aeroportos estão entre os melhores do País. Dos 6,7 bilhões de dólares que serão investidos no setor produtivo e na infra-estrutura do Estado até 2003, quase 3 bilhões irão para energia, transporte e saneamento básico.

A diversidade geográfica e humana de Santa Catarina é surpreendente para um território de apenas 95,4 mil quilômetros quadrados - do tamanho aproximado de países como Áustria, Hungria, Irlanda ou Portugal.

Há 100 anos, sem um território definido - um terço dele estava sendo contestado na justiça, sem um povo que pudesse ser identificado como catarinense e com cinco diferentes idiomas semi-oficiais, o Estado era um conjunto de ilhas sociais e culturais.

Crescendo à base de planejamento estadualizado,¹⁴ cada uma delas buscou seu próprio modelo de desenvolvimento. Como resultado, foram conformados diferentes cenários humanos e econômicos, desintegrados entre si, é verdade, mas com rara harmonia no seu conjunto. E isso assegurou ao Estado características absolutamente singulares. Com pouca terra - e a disponível de difícil manejo - o agricultor catarinense partiu para a agricultura de alta tecnologia.

Os catarinenses construíram ao longo de sua história um modelo econômico diferenciado, cujo motor é a força das pequenas e médias empresas. Conhecimento, diversificação e qualidade dos produtos são vistos como prioridades. O sucesso deste modelo se deve, especialmente, a quatro vocações econômicas: agricultura; indústria; exportação; e turismo.

Esta base diversificada tem dado impulso a um crescimento

¹⁴ SOUZA Nali de Jesus de, *ibid.*, p. 127.

vigoroso. Nos últimos 30 anos, a economia do estado cresceu 340,0%, bem mais que a média brasileira.¹⁵ Os produtos catarinenses são hoje consumidos em mais de 170 países.¹⁶ E a diversificação fabril tem protegido contra as instabilidades da conjuntura econômica nacional e internacional.

No segmento industrial superou carências de matérias-primas e mercados, visto que possui um parque industrial de notável dimensão, último reduto da empresa genuinamente nacional.

No setor de serviços, o Estado também apresenta excelente performance: é o terceiro pólo na recepção de turistas estrangeiros, aproximando-se dos dados das duas maiores metrópoles brasileiras.

Revendo a história de Santa Catarina percebe-se que os cenários atuais - guardadas as devidas proporções, é claro - não diferem, do ponto de vista das oportunidades, de 100 anos atrás: o homem continua se alimentando, continua exercendo atividades econômicas, continua buscando o entretenimento e continua, também, se relacionando com outros povos. Sendo a premissa verdadeira, o Estado há que se empenhar ainda mais na abertura das quatro portas que representam as quatro grandes oportunidades de Santa Catarina: a agricultura, a micro e a pequena empresa, o turismo e a exportação.

Na agricultura está voltado à geração de produtos de maior valor agregado, cultivados num ambiente de auto-sustentação, dentro de rígidos padrões de conservação ambiental.

Para a micro e a pequena empresa está implementando o micro crédito, fora dos padrões bancários tradicionais, criando oportunidades para que novos empreendedores agreguem o seu talento e a sua criatividade à economia de Santa Catarina.

¹⁵ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, *op. cit.*, p. 75.

¹⁶ *Id. ibid.*

No turismo, está negociando com agente financeiro internacional um ousado programa de adequação da infra-estrutura. No entanto, ao empreendedorismo catarinense cumpre fazer a sua parte: implementar novos negócios, gerar mais empregos, criar novas riquezas. O entretenimento em Santa Catarina tem um enorme potencial a ser desbravado.

Nas exportações visa buscar um comércio internacional, proporcionalmente, mais ativo que o do Brasil, em termos de PIB. Capacitando a micro e a pequena empresa também para o comércio planetário, estará criando as oportunidades para que os novos empreendedores de Santa Catarina - imitando seus antepassados - internalizem poupanças externas, pondo-as a serviço da prosperidade de todos.

O modelo econômico catarinense é comprovadamente bem-sucedido. Ele se caracteriza pela diversificação de atividades, força das empresas familiares de pequeno e médio porte, vocação exportadora, pujança agrícola, enorme potencial para o turismo e ênfase na inovação.

"Com 3% da população do Brasil, o estado gera 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) do país e é responsável por 5,7% das exportações, sendo o quinto maior exportador. Nas últimas três décadas, a economia catarinense cresceu mais de três vezes, um índice superior ao nacional. Enquanto o PIB per capita brasileiro é de US\$ 5.053, o de Santa Catarina é de US\$ 6.844.

Uma comparação com três países vizinhos na América do Sul é bastante ilustrativa: o PIB de Santa Catarina, de 34 bilhões de dólares (1997), equivale à metade do PIB do Chile, é maior que o do Uruguai e três vezes superior ao do Paraguai.

Não há grandes desequilíbrios regionais e a riqueza é bem distribuída. A capital, Florianópolis, detém 12% do poder aquisitivo, seguida de perto por Joinville (10%) e Blumenau (7%)."¹⁷

¹⁷ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, *ibid.*, p. 68.

O complexo tecnológico catarinense está em rápido crescimento, graças à infra-estrutura favorável, aos incentivos do governo e à cooperação com universidades. A formação de alianças estratégicas entre os segmentos acadêmico e produtivo tem dado excelentes resultados.

Os catarinenses são conhecidos pela dedicação ao trabalho. Esta é uma herança cultural dos pioneiros europeus que aqui se instalaram nos séculos XVIII e XIX, dependendo unicamente de seu próprio esforço para progredir.

Alie-se esta característica à prioridade dada pelas famílias à educação, fazendo com que tenha um perfil diferenciado de profissionais: esforçados, empreendedores, que buscam a evolução permanente de seus conhecimentos.

O resultado prático é que os trabalhadores catarinenses são, em geral, bem qualificados, produtivos e abertos a investimentos na sua formação. A parceria entre empresas e universidades tem sido um dos caminhos bem-sucedidos para potencializar tais qualidades.

2.2.2 Qualidade de vida

A situação regional em Santa Catarina é reconhecida por um alto nível de vida, explicada pela boa distribuição de renda. Ao contrário do que ocorre em outros estados brasileiros, onde a capacidade do poder de compra se concentra na capital, Florianópolis detém apenas 12% dessa capacidade, aproximando-se desse valor Joinville com 10%, e Blumenau com 7%.¹⁸

Cumprе lembrar que o conceito de qualidade de vida usado pela Organização das Nações Unidas para determinar o índice de desenvolvimento humano (IDH), além de considerar o PIB e a distri-

¹⁸ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, *ibid.*

buição de renda (IDH-Renda), também encampa saúde (IDH-Saúde) e educação (IDH-Educação) como indicadores.

Tais indicadores possuem o mesmo peso no cálculo do índice. Para saber-se o grau de saúde é utilizada a expectativa de vida ao nascer. Para medir-se o nível educacional são empregadas as matrículas e a alfabetização. Para conhecer-se o poder de barganha são usados o PIB e a distribuição de renda. Após a apuração dos dados estatísticos de cada país, é feita uma média geral dos três indicadores, cujo resultado varia de 1 a 0. Resultados inferiores a 0,5 indicam baixo desenvolvimento humano; de 0,5 a 0,8 assinalam o estágio intermediário; e de 0,8 em diante um alto índice de desenvolvimento humano.¹⁹

A despeito de todos os esforços para calcular os índices de desenvolvimento humano, entende-se que esses cálculos devem ser complementados por outras informações, posto que tais não inferem sobre o nível de contaminação, degradação, compleição, de uma região ou localidade, tampouco acerca da maneira que cada comunidade adota à produção e à recuperação ambiental.

Santa Catarina é um dos estados onde se vive mais e melhor no Brasil. Seu IDH é de 0,863, considerado elevado, o que o coloca na quarta posição nacional. O catarinense tem a segunda maior expectativa de vida do país: 71,9 anos.

Dos 80 municípios brasileiros que têm nível elevado de desenvolvimento humano, 16 são catarinenses. Florianópolis é considerada a capital com mais alta qualidade de vida e a segunda melhor cidade do país para se viver, conforme os critérios da ONU (Organização das Nações Unidas).

A taxa de mortalidade infantil em Santa Catarina apresenta índices significativos, vez que enquanto a média brasileira de mortali-

¹⁹ SOUZA Nali de Jesus de, *op. cit.*, p. 44.

idade infantil é de 50 para cada mil nascidos vivos, a de Santa Catarina é de 18,1.

A taxa de analfabetismo é a metade da média do País. Cerca de 1,5 milhão de catarinenses, 30,0% dos habitantes do Estado, estão na escola - 100 mil no ensino universitário. Há 13 universidades, interligadas por rede de fibra ótica, atuantes em todo o território.

O custo de vida é mais baixo que em outros estados, as escolas são boas e a capacidade de consumo per capita dos catarinenses está entre as mais altas do País.

Seguindo prerrogativas do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, que adota o IDH para mensurar o desenvolvimento humano, tem-se que o país com maior IDH é o Canadá (0,96); o Brasil está na 62ª posição (0,809).²⁰

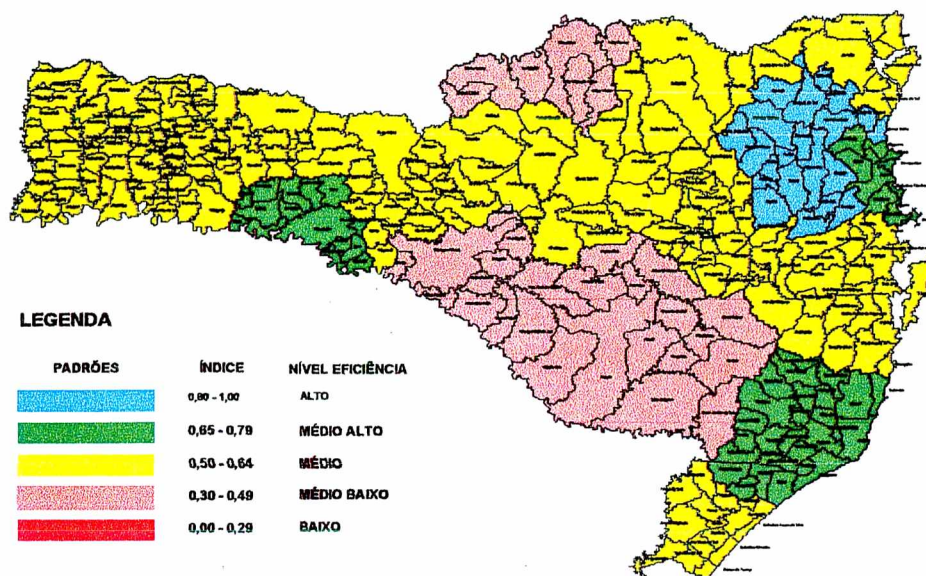
Qualidade é uma preocupação permanente dos empreendedores catarinenses, ela assume, no Estado, quilate de pré-requisito para conseguir melhor participação no comércio exterior. O certificado internacional ISO-9000 já foi conferido a 149 empresas, o que coloca Santa Catarina na sétima posição no *ranking* brasileiro. Várias organizações estão em processo de obtenção do ISO-14000, o selo verde de certificação ambiental.

Considerando-se as observações retro, deve-se ter em mente que, em geral, o índice de desenvolvimento humano no Estado é predominantemente médio, conforme pode ser observado no mapa adiante exposto.

Dentro deste contexto as Micro Regiões AMUREL, e AMREC alcançam, diga-se de passagem, índice de desenvolvimento social (IDS) alto médio, diferenciando-se, dessa forma, de outras regiões do Estado e até mesmo do País.

²⁰ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, *loc. cit.*

**MAPA DO ESTADO DE SANTA CATARINA –
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
NAS ASSOCIAÇÕES DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO – 2000**



Fonte: Estado de Santa Catarina, 2001.

2.2.3 PIB per capita

Sabe-se que o PIB *per capita* catarinense é superior ao brasileiro, em escala de 10 a 33%. Contudo, sabe-se também que nos últimos dez anos, a participação de Santa Catarina na economia nacional diminuiu em relação às décadas anteriores.²¹

Mesmo ocupando o sétimo lugar no *ranking de participação entre os Estados brasileiros*, Santa Catarina não consegue conter sua queda na participação do PIB. Como exemplo disso, tem-se que considerando o PIB nacional em 1997, que foi de US\$ 800 bilhões, o PIB de Santa Catarina representou US\$ 27,2 bilhões. No que pertine à variação do PIB *per capita*, Santa Catarina se distancia consideravelmente da média nacional. Enquanto o PIB *per capita* brasileiro foi de US\$ 3.700, o catarinense correspondeu, naquele mesmo ano, a US\$ 5.484.²²

²¹ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, *ibid.*, p. 40.

²² SANTA CATARINA apud FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, *ibid.*, p. 71.

Segundo Governo de Santa Catarina a contribuição do Estado, por setores da economia, foi a seguinte: agricultura/pecuária 17,51%; indústria 43,14%; e serviços 39,35%.²³

60% do PIB catarinense provém da produção de bens originários da agropecuária e de diversos segmentos da indústria. O que mostra uma economia voltada à produção de bens físicos tangíveis, operosa e peculiar.

2.3 Contexto regional

Formada por 03 micro regiões e composta de 42 dos 293 municípios catarinenses, a Região Sul de Santa Catarina apresenta a seguinte divisão político-administrativa:

AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense. Fundada em 05 de setembro de 1979, é composta pelos municípios de Araranguá (sede), Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio e Timbé do Sul.

AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera. Existe desde 25 de abril de 1983. É formada pelos municípios de Cocal do Sul, Criciúma (sede), Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna. Atua desde 14 de agosto de 1970, porém, as suas atividades iniciaram oficialmente em 1974. É formada pelos municípios de Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão-Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão (sede), conforme constata o mapa adiante apresentado.

²³ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, *ibid.*, 71.

2.3.1 Características

A Região Sul do Estado, abaixo ilustrada, ocupa área de 9.705 km² e, em 1996 possuía 763.672 habitantes, representando 15,66% da população do Estado, com densidade demográfica de 78,69 habitantes/km².

Compõem-se de 42 municípios, mais da metade (52,5%) são rurais de pequena dimensão, 08 são urbanos, porém, nenhum com grande dimensão. Seu grau de urbanização é de 69,96%, ficando dentre as menos urbanizadas do Estado. Tem como principais centros Criciúma e Tubarão, localizados no eixo da BR-101, com centralidade de nível forte para médio, seguidos por Araranguá, com centralidade de nível médio. Desses, destaca-se Criciúma, seja pelo número bem mais elevado de população, seja pela importância na economia estadual, atraindo para seu entorno um processo de ocupação crescente que o inclui como uma das aglomerações urbanas brasileiras.²⁴

O crescimento de sua população, embora apresentando taxas relativamente baixas e em declínio, demonstra sinais de capacidade de sustentação. A população rural, com taxas de crescimento negativas nos anos 70 e 80, reduziu esse ritmo entre 1991 e 1996, passando a apresentar taxas de 0,31% ao ano.²⁵

Entretanto, alguns de seus municípios, a maioria com atividades ligadas à agricultura de pequenos produtores, mantêm decréscimo acentuado da população total desde os anos 70.

Um conjunto de municípios cresce mais que a média do Estado desde 1970, em torno de Criciúma, como Forquilha (2,80% ao ano entre 1991 e 1996), Içara (2,05% ao ano), Morro da Fumaça (1,62% ao ano) e Araranguá (2,80% ao ano).²⁶

²⁴ BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. Florianópolis : UFSC, 1999. p. 37.

²⁵ *Id. ibid.*, p. 28.

²⁶ SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/planejamento.htm>> Acesso em: 20 mai. 2000.

Mais distantes dessa aglomeração, vale destacar, ficam Braço do Norte, São Ludgero e Sombrio – os primeiros com as mais elevadas taxas de crescimento urbano da Região.

Essa aglomeração polarizada por Criciúma tem sua formação associada à peculiaridade da reconversão da base produtiva regional em um curto espaço de tempo. Com o declínio da atividade extrativista do carvão, acentuado nos anos 80, a economia evoluiu para a indústria cerâmica de revestimento – pisos e azulejos, viabilizada pela qualidade da argila existente na Região. Atualmente, é o mais importante parque de cerâmica existente no País, representa cerca de 40% da produção nacional e 70% das exportações brasileiras do setor.

Contudo, esse desempenho regional não tem garantido a permanência de sua expressão na estrutura de renda estadual. Participou, em 1996, com 10,26% dessa renda, metade da contribuição das regiões mais importantes do Estado, com declínio de 2,28%, em relação a 1980.²⁷

Dois de seus municípios destacam-se dentre os que participaram com mais de 1% no valor adicionado de Santa Catarina nos anos 90: Criciúma, com 2,57% em 1996, a 7ª posição no *ranking* do Estado, e Tubarão, com 1,18%, a 11ª posição no *ranking*.²⁸

Sua estrutura produtiva, predominantemente industrial, está concentrada em minerais não-metálicos, que responde por 51,44% do valor da transformação industrial catarinense do gênero em 1985, e por 26% do total da indústria de transformação regional. Criciúma, Tubarão, Urussanga e Imbituba são os principais contribuintes dessa indústria.²⁹

Observe-se que a Região Sul de Santa Catarina encampa

²⁷ SANTA CATARINA, *ibid.*

²⁸ *Id. ibid.*

²⁹ *Id. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/economia.htm>> Acesso em: 20 mai. 2000.*

quatro grupos empresariais, incluídos dentre os mais expressivos do Estado. São empresas que vêm expandindo seus investimentos para outras áreas e setores. Dentre tais, um dos grupos se particulariza por atuar também na produção de máquinas e equipamentos especializados para a indústria cerâmica e na linha de carnes e suínos.

A atividade carvoeira, centrada em Criciúma, Capivari de Baixo, Urussanga e Imbituba, atende à demanda do Complexo Termoeletrico Jorge Lacerda, localizado em Capivari de Baixo.

A indústria do vestuário participou, em 1985, com 8,54% no valor da transformação industrial da Região Sul do Estado, e vem configurando um pólo secundário de confecção. Da mesma forma, a indústria de alimentos, a química e a de plásticos ganham expressão regional.

A agricultura apresenta uma complementaridade significativa na economia, respondendo por 16,61% da renda regional de 11,97% do setor agropecuário – a segunda dentre as regiões do Estado, porém com grande defasagem em relação à primeira (Oeste catarinense). Inclui as áreas de grande produção de arroz, mandioca, banana e fumo. A maioria dos municípios com superior produção está concentrada ao Sul.

A importância do setor primário é perceptível na estrutura ocupacional. Em quase metade dos municípios ainda é o setor dominante, em 12 municípios, suas atividades absorvem mais de 50% da população ocupada. Dentre os municípios que apresentam preponderância de ocupação no setor secundário, 6 são da aglomeração urbana de Criciúma. Além desses, destacam-se Sombrio, por seu papel na extensão da indústria calçadista gaúcha; e Garopaba, pela produção de equipamentos esportivos.

Os municípios onde as funções turísticas, portuárias ou de

serviços, são significativas – Araranguá, Gravatal, Laguna e Tubarão.

O mercado de trabalho formal da indústria responde por 38.124 empregos, 12,25% do total de Santa Catarina, concentrados nas atividades do gênero minerais não-metálicos e têxtil – que, juntamente com alimentos, vêm conseguindo compensar as perdas com os não-metálicos.

Outros segmentos com importante absorção correspondem à madeira, extrativismo mineral e calçados – esses últimos apresentando queda substancial no período 1986-1996.

Da perspectiva social, a Região Sul de Santa Catarina situa-se na média das regiões do Estado no que se refere à proporção de chefes de domicílio com rendimento de até dois salários mínimos (45,53%) e à renda média familiar *per capita*.

A escolaridade média da Região é de 4,8 anos de estudo – a quarta posição do Estado, com diferenças internas que favorecem Gravatal, Rio Fortuna, São Martinho e Tubarão, situando em outro extremo Forquilha e Jaguaruna, o que demonstra uma desigualdade em que a distância entre o maior e o menor indicador é de quase o dobro. A proporção da população alfabetizada é de 89,03% para maiores de 15 anos, dentre as mais altas de Santa Catarina.

2.3.2 População e taxa de urbanização

AMESC. Em 1980, a população total da AMESC era de 106.399 habitantes, sendo que 42,66% desse total representava a população urbana.³⁰

Entre 1980 e 1996, ocorreram crescimentos diferenciados na população dessa Micro Região, pois até 1991 a taxa média anual era de 2,42%, sendo que de 1991 a 1996 foi de 1,74%.³¹

³⁰ SANTA CATARINA, *ibid.*

³¹ *Id. ibid.*

Os municípios de Jacinto Machado, Praia Grande, Timbé do Sul e Morro Grande tiveram suas populações diminuídas entre 1980 e 1996, enquanto que o município de Sombrio, nesse mesmo período, registrou crescimento médio de 4,84% ao ano, portanto, até então considerado o município com a maior taxa de crescimento da AMESC.³²

O município mais populoso dessa Micro Região é Araranguá, o qual, em 1980, englobava 31,65% da população da AMESC, passando para 36,65% em 1996.³³

AMREC. Em 1980 o total da população na AMREC era de 179.644 habitantes, e na ocasião a população urbana representava 68,1% desse total. A média de crescimento da população entre 1980 e 1991 foi de 4,06% ao ano e de 1991 a 1996 caiu para menos da metade (1,36% anual).³⁴

Entre 1991 e 1996, ocorreram crescimentos negativos/ano de 0,85%, 0,79% e 0,26% nos municípios de Lauro Müller, Nova Venéza e Urussanga, respectivamente.³⁵

Naquele mesmo período, a população em Siderópolis praticamente ficou estabilizada, vez que o seu crescimento foi de apenas 0,53% ao ano.³⁶

O maior índice de crescimento de então foi registrado em Içara (2,01% ao ano).³⁷

Criciúma que é a cidade mais populosa da AMREC e do Sul

³² SANTA CATARINA, *ibid.*

³³ *Id. ibid.*

³⁴ *Id. ibid.*

³⁵ *Id. ibid.*

³⁶ *Id. ibid.*

³⁷ *Id. ibid.*

do Estado possui taxa de urbanização de 90,42%.³⁸

AMUREL. Em 1980, a população dessa Micro Região era de 247.148 habitantes, sendo que na ocasião a população urbana representava 58,05% do total computado pela mesma. No período 1980 a 1991, houve um crescimento médio anual de 1,39%, e no período 1991 a 1996 esse crescimento ficou em apenas 0,87%.³⁹

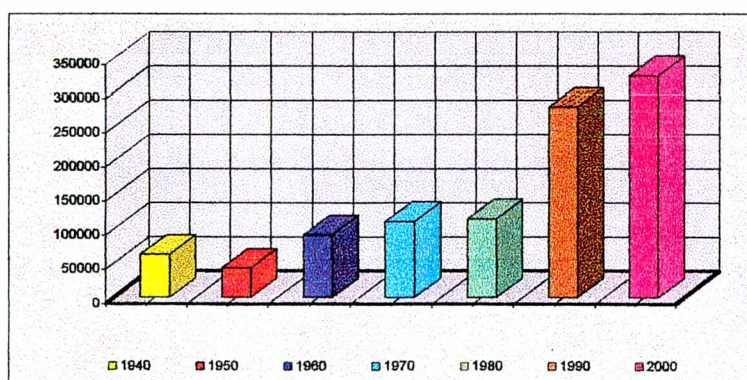
Do total de 18 municípios da AMUREL, 06 tiveram suas populações reduzidas no intervalo entre 1991 e 1996, quais sejam: Imauí, Laguna, Pedras Grandes, Santa Rosa de Lima, São Martinho e Treze de Maio.

Com base no quadro acima, pode-se dizer que o crescimento médio de 1,4% da Região Sul, entre os anos 1991 e 1996, é igual à media estadual.⁴⁰ Observa-se que existe um movimento positivo e uma concentração espacial entorno de Criciúma, município que lidera a Região. Entretanto, há baixo dinamismo em áreas ligadas à agricultura.

GRÁFICO

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO DE LAGUNA

1940 ————— 2000



Fonte: IBGE, 2000.

³⁸ SANTA CATARINA, *ibid.*

³⁹ *Id. ibid.*

⁴⁰ *Id. ibid.*

2.3.3 Principais atividades econômicas

Os contribuintes fundamentais do desenvolvimento social e econômico de Santa Catarina estão afetos a atividades extrativistas de recursos naturais (pesqueira, agrícola e mineral).

O atual estágio de desenvolvimento alcançado pelo extrativismo pesqueiro coloca o Estado entre os produtores de maior expressividade no Brasil. O potencial pesqueiro, além da faixa de mar aberto, ocorre em rios, lagos e baías e também em tanques de criação. Inobstante, há, ainda, a produção de pescados em tanques especiais, normalmente situados em pequenas propriedades destinadas à economia familiar, conforme observado anteriormente.

Com relação à distribuição agrária, no Estado há apenas 571 estabelecimentos alegadamente com mais de 1000 ha, predomina, portanto, o minifúndio produtivo familiar.⁴¹

A Região Carbonífera se destaca no cenário nacional da mineração, em especial, devido a dois bens minerais: o carvão e a fluorita. O primeiro é explorado a partir da formação Rio Bonito e foi, por algum tempo, a mola mestra do desenvolvimento regional. Quanto à fluorita, o município de Morro da Fumaça responde por quase 55,63% da produção nacional beneficiada, que é de 86,42 mil toneladas.⁴² O terceiro lugar na produção mineral da AMREC é ocupado pela argila utilizada na indústria cerâmica e em olarias.⁴³ Outros bens minerais também são explorados, dentre os quais constam: pirita, água, areia quartzosa, sílex, feldspato, caulim, granito e materiais de construção de diversos tipos. Além desses, a Região tem reconhecido potencial para: ametista, quartzo, calcedônia, barita, coqueiros e pirolusita.

Também produz cana-de-açúcar, arroz, mandioca, milho e fu-

⁴¹ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, *op. cit.*, p. 62.

⁴² *Id. ibid.*, p. 55.

⁴³ *Id. ibid.*

mo. Não obstante, dado às condições climáticas da Região, existe grande potencial para a cultura de cítricos.

Na pecuária: criação de aves, suíno e bovinos de leite.

Sobressaem-se também os setores de revestimento cerâmico, vestuário, plástico descartável, calçado, moldura e metalurgia.

A exemplo do que ocorre no Estado, a Região Sul possui parque industrial alimentado por inúmeras pequenas e médias empresas. Algumas têm origem no capital comercial, visto ser uma Região onde o processo de industrialização foi acompanhado pela pequena produção mercantil e de atividades ligadas ao carvão e à cerâmica.

O conjunto de indústrias de transformação de plástico é responsável por cerca de 70% dos copos descartáveis consumidos no País. Além disso, também produz filmes para embalagens e tubos de PVC. Apresenta um faturamento total superior a US\$ 30 milhões/mês e emprega 4,5 mil pessoas.⁴⁴

2.3.4 PIB das Micro Regiões

Em Criciúma, a extração do carvão era, em 1990, a atividade econômica mais importante, pois, lhe conferia uma participação de 17,30% sobre o valor total computado pelo conjunto das 100 atividades mais importantes do município.⁴⁵

Em 1994 o extrativismo do carvão ocupava a sétima classificação ou seja, 5,15% do valor total das 100 atividades citadas.⁴⁶

Não obstante, até 1994 o carvão imprimiu enorme importância aos municípios de Lauro Müller e Siderópolis, coincidentemente os dois mais pobres da Região Carbonífera. A crise do carvão afetou decisivamente a economia desses municípios.

⁴⁴ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, *ibid.*, p. 62.

⁴⁵ *Id. ibid.*

⁴⁶ *Id. ibid.*

A Região Sul de Santa Catarina é a terceira no Estado com melhor distribuição de renda. A sua frente estão a Região do Vale do Itajaí e a Região Norte Catarinense – as duas Regiões mais industrializadas do Estado.

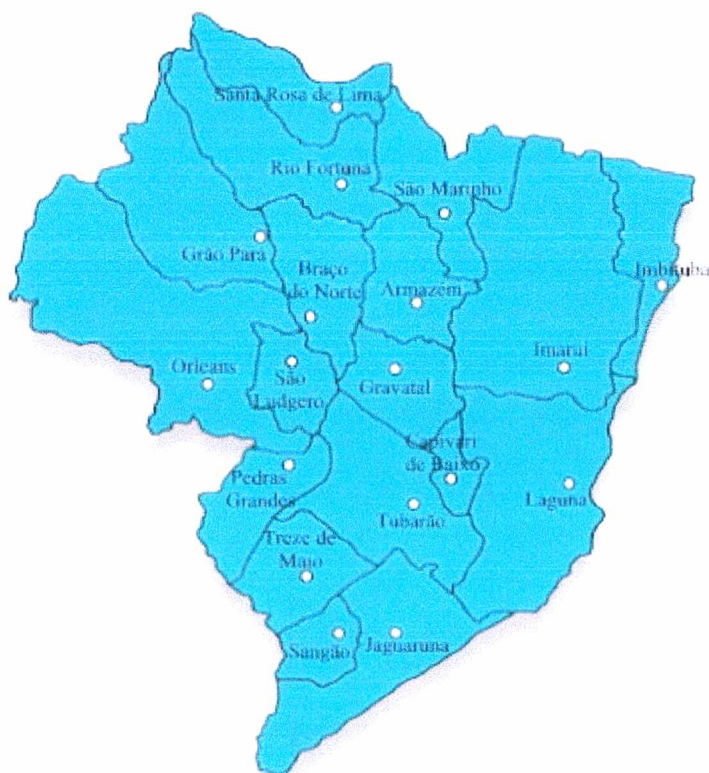
A AMREC que é a Micro Região mais industrializada do Sul, possui a renda mais uniformemente distribuída, inclusive apresenta um índice acima da média do Sul e também do Estado.

Note-se que, nenhuma das Micro Regiões possui concentração de renda superior à média estadual, sendo que esse privilégio coube à AMUNESC.

2.4 Contexto micro regional

Consoante elencado, o mapa infra identifica os Municípios-Membros da AMUREL, segundo a sua divisão político-administrativa.

MAPA DA AMUREL



Fonte: Santa Catarina. 2000.

Mesmo tendo sido anteriormente apresentada em sua composição, cumpre destacar as particularidades, por vezes antagônicas, que essa Micro Região reserva.

Para compreendê-la, conforme referência às palavras de Cecile Raud, não basta que se leia a realidade presente e o contexto atual em que se inscreve. Tampouco, pode-se buscar antever cenários construídos apenas com bases de dados, vez que qualquer exame aos seus aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais reclama, em primeira instância, seja revista a sua história.

2.4.1 Processo histórico e características

A AMUREL começou a ser colonizada na época da expansão bandeirante, no século XVII, pelo vicentista Domingos de Brito Peixoto, que veio para amparar e assistir a expansão lusitana, juntamente com seus dois filhos Francisco de Brito Peixoto e Sebastião de Brito Guerra, acompanhados, como de praxe, de colonos, índios e escravos. Foi de Laguna,⁴⁷ portanto, que partiu o desbravamento do solo, vez que então servia de portal de entrada e povoamento do Sul do Brasil.

Mais tarde nasceu nos pampas sulinos o Movimento Republicano Farroupilha e em Laguna se instalou a República Juliana. Na crista do movimento também veio à Laguna Giuseppe Garibaldi – o unificador da Itália que encontrou Ana Maria de Jesus Ribeiro – Anita Garibaldi.

⁴⁷ *"Laguna, no início até quase metade do século XX fervilhava com seu porto movimentadíssimo. Exportava toda a produção do Sul do Estado, principalmente cereais, peixes, etc. Os comerciantes possuíam lojas na cidade, que forneciam mercadorias não só aos lagunenses, mas, também a toda a população do Sul, desde os contrafortes da Serra do Mar. Era um entreposto comercial, o único do Sul de Santa Catarina. Para Laguna, de barco através do Rio Tubarão e do Lago do Imaruí ou de trem da Dona Tereza Cristina, vinham todos os habitantes das mais longínquas plagas, a fim de comprarem o que precisavam em suas pequenas e atrasadas comunidades, comparadas à Laguna. Havia, por volta de 1930, vários comerciantes que possuíam frota de navios mercantes e que não cessavam de comprar mercadorias vindas do interior e exportá-las, geralmente para o Rio de Janeiro."* BOSSLE, Ondina Pereira, *op. cit.*, p. 53.

Dentre todas as cidades da AMUREL Laguna obteve representatividade bastante diferenciada em relação às demais, haja vista o significado social, histórico, cultural, político e econômico que inferiu aos habitantes da Região Sul do País. Desde o século XIX até a década de 40, foi um importante ou o mais importante centro comercial, com a rica e culta burguesia mercantil agroexportadora composta de armadores, comerciantes e exportadores, enfim, era um entreposto comercial, um ponto de encontro dos povos do Sul.

Para ilustrar o quadro retro basta citar:

"[...] em dias de movimento em Laguna, mais de duzentas carroças, antes do advento do caminhão, congestionavam as imediações do porto. Cerca de 500 embarcações entre navios fluviais de convés, à vela, bem como canoas, atracavam no porto trazendo mercadorias, tais como banha, farinha de mandioca, arroz, carne salgada, couro, frutas, açúcar grosso, madeira de lei, etc. [...]"⁴⁸

Indo além, pontua essa historiadora:

"As mercadorias vinham desde o Vale do Rio Araranguá até a Região do Mirim, de regiões povoadas pelas mais diversas etnias, tais como descendentes de alemães, italianos e portugueses. Cidades e vilas com nomes estranhos e bonito como: Aratingaúba, Madre, Garopaba do Sul, Rio D'Una, Jaguaruna, Nova Veneza, Armazém, Camacho, Gravatá, São João, Figueira, Ribeirão, Siqueiro, Imaruí, Tubarão, enfim, de quase toda a Região Sul.

[...]

Era ainda Laguna que fornecia para toda a Região Sul artigos como fazendas, açúcar refinado, pão de padaria, que era algo estranho para algumas pessoas, bem como era em Laguna onde existiam os alfaiates e as costureiras, lojas que forneciam os mais variados produtos nacionais e estrangeiros."⁴⁹

⁴⁸ BOSSLE, Ondina Pereira, *ibid.*, p. 90.

⁴⁹ *Id. ibid.*, p. 90-91.

Atualmente, na Região encontram-se grande número de engenhos coloniais, de farinha e de açúcar, desativados em decorrência da mudança do porto.

Nas primeiras décadas do século XX, conhecer Laguna era o sonho de muitos camponeses de pequenas vilas e cidades do Sul. Era um centro não só comercial, mas também cultural e religioso, com suas festas, bandas de música, carnaval, etc., com navios cargueiros da Companhia de Navegação Costeira e do Grupo Hoepck, e outras tantas companhias que traziam as últimas novidades do Rio de Janeiro, de Paranaguá, de Santos e Europa, principalmente de França e Inglaterra.

Nesta perspectiva, o que se constata é a incrível decadência pela qual alguns municípios da Região de Laguna passaram envolvendo, por óbvio, a sua antes brilhante burguesia agroexportadora, constituída de exportadores e armadores, especialistas na exportação de carvão, farinha de mandioca, banha, etc., decorrente do fechamento, na primeira metade do século XX, do porto de Laguna – veia jugular da Região, porta do Vale do Rio Tubarão.

As conseqüências do fechamento do porto foram terríveis, nos aspectos sociais, econômicos e políticos, com influência sobre a população urbana de toda a Região Sul do Estado de Santa Catarina.

O industrial Henrique Lage, o principal de um grande grupo econômico que atuava em várias partes do Brasil, a empresa Lage & Irmãos, com diversificado ramo de negócios e que foi responsável, no Sul, pela estruturação do sistema portuário e ferroviário, ligados intimamente ao desenvolvimento da Região Sul de Santa Catarina.

Foram importantes as atividades desenvolvidas pelo Grupo Lage & Irmãos, posto que apresentava grande iniciativa e visão, fundamentais para a sobrevivência em períodos entre guerras e pós-guerra.

Sua ação empresarial teve o poder de deslocar da posição outro grupo importante – os agroexportadores da Região de Laguna, o que, por volta dos anos 40, levou esse município e cercanias à decadência.

Na ocasião, dentro do capitalismo latino americano havia dois blocos de interesses, o primeiro formado pelas forças sociais que se alinhava em prol de um desenvolvimento capitalista autocentrado com base local e com fortalecimento da nação; e o segundo, formado pelas forças agroexportadoras e imperialistas, interessados em manter a periferia dedicada à produção, enquanto celeiro dos centros desenvolvidos.

Nesse quadro, e em nível regional, é que se situa a luta entre os agroexportadores da Região de Laguna e o grupo empresarial Lage. Luta que, aliás, vinha desde os fins do século XIX. O grupo Lage fazia parte da nova burguesia industrial emergente no País e adquiriu impulso maior a partir de 1917.

Dentro do modelo nacionalista de desenvolvimento, surgido no período entre guerras e pós-guerra, o modelo considerado mais adequado para a produção do desenvolvimento do Brasil após 1930 foi o nacional-capitalismo e a escolha recaiu sobre a classe de empreendedores da burguesia nacional, capitaneada pelo Estado como coordenador de toda a economia.

Foi o desenvolvimento a última forma assumida por aquela ideologia que, nascendo com o próprio alvorecer do capitalismo no Brasil, teve por missão derrotar as sobrevivências ideológicas de uma estrutura arcaica e em decadência – a estrutura semicolonial predominante no País até a década de 30 – ao mesmo tempo em que vislumbrava e projetava as vias pelas quais deveria evoluir o sistema econômico nacional.

Porém as promessas de melhoria de vida para uma significativa parte da população, a sua integração no progresso, elevação de

salários, não se concretizaram.

Essa luta, como visto, começou bem antes, fim do século XIX, e foi sofrendo alterações, culminando sob a égide do nacional-desenvolvimento, ideologia que propunha um avanço mais acentuado na industrialização, com um desenvolvimento que feria o menos possível os interesses econômicos dos grupos agroexportadores, buscando o velho caminho da conciliação (o chamado Estado de Compromisso), segundo Guido Mantega, que vinha caracterizando o Brasil e desde a República e que prejudicou, em nível regional, o Sul do Estado de Santa Catarina que até há pouco sofria suas conseqüências, com excesso de mão-de-obra e baixo poder de barganha dos trabalhadores.

Desse contexto resta que nem os vencedores na disputa atuam no presente em grande escala na Região. Não se justificando, portanto, a imagem deturpada que se tem do processo histórico, da decadência econômica, social, política e cultural da AMUREL.

2.4.2 Principais atividades econômicas

As atividades agropecuárias de pesca e outras do setor primário da economia regional ocupam em torno de 38% da população economicamente ativa. O trabalho rural perdeu representatividade, caindo de 51% para 38%, sinalizando que o êxodo rural é consideravelmente elevado.

Os minérios, em especial o carvão, seus componentes, produtos, rejeitos são elementos estratégicos à integração e ao desenvolvimento dos eixos da economia catarinense, ao mesmo tempo em que são, também, significativos para a economia nacional.

Os solos são 1/3 planos e muito férteis, 1/3 de encostas e 1/3 arenoso, necessitando de tecnologia de produção, organização e, em parte, adequação da estrutura fundiária.

O potencial de turismo também requer tecnologia adequada

de produção e organização. Todos os recursos precisam ser libertados da atual economia de rapinagem, significando o confronto do homem e natureza, ao invés do convívio harmonioso (simbiose).

Os recursos, além da rapinagem, são explorados sob a forma de enclave, isto é, atendendo aos interesses de outras regiões. Sua utilização é apenas parcial e as formas do atual aproveitamento causam prejuízos a outros recursos naturais e atividades; principalmente nas iniciativas estaduais.

As modalidades de desenvolvimento econômico e crescimento existentes, ameaçam seriamente os recursos naturais e o próprio homem. É frágil, como em todas as sociedades pouco desenvolvidas, a realimentação entre o complexo de ciências, tecnologia, recursos humanos e educação, em relação ao complexo produtivo.

Além do problema do porto de Laguna, um outro também explica o relativo atraso constatado entre a população litorânea da AMUREL, qual seja: a defasagem entre a época da ocupação da Região, na primeira metade do século XVIII e a Revolução Tecnológica Industrial, na Inglaterra, em 1760. Essa defasagem foi agravada pelo isolamento geográfico, pela não integração nos ciclos da economia nacional e pela inadequação da incipiente integração recente na economia.

A produção agropecuária ocupa o primeiro lugar na Micro Região (38,0% com a pesca incluída), restando 10,5% para a indústria e 7,0% para a mineração.

As relações entre produtor e consumidor são muito deficientes, predominando intermediários e atravessadores.

O tamanho da propriedade rural é muito reduzido, sendo que 83,7% não ultrapassam a 20 ha. A aquisição das terras é por herança ou compra, e a venda é considerada atualmente bom negócio, com intenção de ir para a cidade, na proporção de 51,0% dos proprie-

tários.

Os agricultores sem terra são 31,0%.

A falta de infra-estrutura caracteriza as áreas mais urbanizadas, sendo que a poluição e a pesca ilegal caracterizam a área litorânea.

A renda *per capita* é de 45,1% na Micro Região, com menos de dois salários mínimos.

No entanto, a AMUREL possui os recursos básicos para o desenvolvimento, solo e subsolo generosos; também possui recursos excepcionais à área do turismo; bem como, clima diversificado, solo homogêneo, formação cultural eclética. Enfim, é uma das áreas mais privilegiadas geográfica e historicamente.

Atualmente, a Micro Região – na representação de suas municipalidades – busca alternativas, a exemplo do que infere José Müller em comentário à definição do planejamento estratégico local, qual seja:

“Em artigos anteriores, nesta página, procurou-se demonstrar fatores do relativo atraso do Sul de Santa Catarina, aspectos naturais e sociais do seu potencial de desenvolvimento, iniciativas organizacionais voltadas ao desenvolvimento integrado regional e municipal e enfatizou-se o poder local (forças sócio-econômicas em articulação com a respectiva Municipalidade) na definição do planejamento estratégico local.

Ressaltou-se que o desenvolvimento, com sustentabilidade econômica coerentemente com a sustentabilidade sócia, política e ambiental, é um processo de mudança, de responsabilidade endógena, onde a Região e o Município são o sujeito e agentes extrarregionais são possíveis parceiros.”⁵⁰

⁵⁰ MÜLLER, José. *Um investimento multiplicador. A Notícia*. Joinville, n. 21434, 26 nov. 1999. p. A15.

Em leitura atenta ao texto de Müller fica claro que o processo de desenvolvimento sócio-econômico-cultural de uma região está intimamente relacionado à sustentabilidade destes aspectos e tais, por sua vez, estão estreitamente relacionados às municipalidades, à consciência política e ambiental e, sobretudo, ao modo pelo qual essas municipalidades vêm se relacionando com o meio, com ênfase especial à interação sociedade-natureza-cultura.

Dentro deste campo de visão percebe-se que a sociedade civil tem se mobilizado, no sentido de atrair investimentos, estabelecer novas relações e parcerias comerciais, abrir mercados e nichos mercadológicos antes impensados. Assim sendo, tanto os eventos (feiras, exposições, etc.) quanto à participação neles vêm assegurando às municipalidades da AMUREL possibilidades de se relacionarem com outras regiões, evidenciando de forma especial o fortalecimento do setor primário, conforme se constata do artigo publicado pelo Jornal Folha da Semana, quando da divulgação da 9ª Exposição Agropecuária no município de Braço do Norte:⁵¹

"No estande de Tubarão foram expostos produtos feitos pelos agricultores do município [...], mostrando assim, a potencialidade de Tubarão, também no setor agrícola.

Para o secretário de Desenvolvimento Rural, José de Pieri essa foi apenas uma mostra do que a área rural do município produz. 'a comunidade tubaronense precisa conhecer um pouco mais os nossos produtos. Os agricultores têm trabalhado bastante para mostrar que, além do plantio, eles oferecem também o produto já industrializado, [...]'⁵²

Outro exemplo de divulgação ocorre no município de Tubarão. Segundo o Executivo municipal:

⁵¹ BOSSLE, Ondina Pereira, *op. cit.*, p. 108.

⁵² *Município de Tubarão participa de feira para divulgar potencialidades. Folha da Semana. Tubarão, v 3, nº 89, p. 8, 07 abr. 2001.*

“A economia pungente, recuperada a partir do surgimento de novos empreendimentos, impulsiona o crescimento do município onde habitam mais de 100 mil pessoas.

Para promover esse rico potencial surgiu em 1989 a Proodusul⁵³ – expofeira de produtos da região sul [sic].

A Proodusul acontece anualmente, compreendendo:

- Exposições da indústria e comércio***
- Shows artísticos.***
- Eventos esportivos, jipecross e rodeios.***
- Parque de diversões.***
- Gastronomia.”***

Paralelamente, tem-se que se há algum tempo atrás o fechamento do porto de Laguna provocou impacto desfavorável à economia da AMUREL, hoje ele representa uma das alternativas que essa Micro Região possui, haja vista questões anteriormente comentadas.

Recentemente o porto de Laguna obteve autorização para que seja gerido pelo Conselho de Autoridade Portuária, conforme decisão do Ministro dos Transportes Eliseu Lemos Padilha, para o qual fica assegurada, dessa forma,

“[...] a possibilidade de Laguna ter autonomia em relação ao seu porto para, num futuro próximo, poder promover o seu desenvolvimento e atrair empresários que venham investir na geração de divisas para o município e empregos. [...] esta iniciativa vem se somar a outras de igual relevância, como a reativação do aeroporto municipal, as parcerias com

⁵³ ***“Nos dez anos em que foi realizada, mais de 2 milhões e meio de pessoas visitaram a Proodusul, confirmando o sucesso de um evento que busca a cada edição aprimorar seus atrativos. Mais de 500 expositores, entre órgão públicos, grandes empresas e pequenos empreendimentos, já aproveitaram a oportunidade de expor seus produtos na tradicional Proodusul, alcançando um excelente retorno em cada participação.” PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO. Boletim Informativo: todos por Tubarão. Tubarão : PMT, 1999. p. 10.***

outros municípios da região em defesa de obras importantes à busca de alternativas concretas para a Educação, Saúde e a geração de empregos. [...] alternativas concretas para nosso desenvolvimento sócio-econômico e Laguna vai retomar seu destino no cenário brasileiro como alavanca deste processo de recuperação do Sul do Estado.”⁵⁴

Consoante supra pautado há expectativas e, portanto, projeções advindas do processo de reabertura do porto de Laguna, cogitando-se, até mesmo, da recuperação da Região Sul do Estado.

De modo bastante diferente do ocorrido no passado ao mesmo tempo em que o porto de Laguna alcança autonomia e independência administrativa, o porto de Imbituba ganha impulso com a instalação da ZPE⁵⁵ no município.

De acordo com Irmoto José Feuershuetten, presidente da Imbituba Administradora da ZPE,

“A ZPE de Imbituba está localizada numa posição geográfica estratégica, que pode ser considerada o ‘coração do Mercosul’. O projeto que autorizou a sua instalação foi assinado em 28 de abril de 1994 e as obras de infra-estrutura tiveram início em 20 de abril de 1995.

Com cerca de 30 mil habitantes, Imbituba foi escolhida em função dos investimentos em infraestrutura já alocados pelo projeto cabo siderúrgico, da ordem de US\$ 80 milhões, e da deplorável situação econômica e social da Região Sul, causada pela desativação da indústria do carvão, a automação na indústria do carvão, a automação na indústria cerâmica e o fechamento da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC).

[...]

⁵⁴ Porto de Laguna ganha independência. *Folha da Semana*. Tubarão, v 3, nº 83, abr. 2001, p. 07, 09.

⁵⁵ “[...] criadas no governo Sarney para servir de instrumento para correção dos desequilíbrios regionais, a geração de empregos, o fortalecimento da balança de pagamentos e a difusão de novas tecnologias e métodos gerenciais. Constitui-se num tipo particular de zona franca industrial, onde 1000% da produção deve ser exportada.” WILKE, Juliana. Decreto federal não afeta ZPE de Imbituba. *Gazeta Mercantil*, Florianópolis, v. 3, nº 608, 11 set. 2000, p. ____.

Todo o planejamento inclui uma preocupação especial com o meio ambiente. Cada unidade industrial terá que realizar um tratamento prévio de seus dejetos, antes de destiná-los a uma unidade de tratamento geral, de acordo com o projeto desenvolvido pela Fundação do Meio Ambiente (FATMA), em conjunto com a empresa gestora da ZPE. Esse investimento será rapidamente compensado com o incremento da arrecadação do ICMS, na ordem de US\$ 3 milhões ao ano.

As boas perspectivas da ZPE de Imbituba devem-se, em grande parte, ao firme engajamento do governo estadual – que inclusive cedeu o terreno – no projeto de implantação. Além disso, está localizada numa área dotada de infra-estrutura – Porto, rodovia, ferrovia, água, saneamento e energia –, o que evita significativas inversões de capital.

Situado a apenas 4 km da ZPE, o Porto de Imbituba tem calado de 10 m e cais de 582 m, com quatro berços. Está localizado numa enseada aberta – sem problemas de acesso, portanto, possui um nível de assoreamento muito reduzido, cujas dragagens só serão necessárias a grandes intervalos de tempo.

O aeroporto da cidade comporta aeronaves de pequeno porte.

Quanto ao transporte terrestre, a ZPE está situada às margens da BR-101. Há também a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, com extensão de 192 km, ligando o Porto de Imbituba às minas de Criciúma, Urussanga e Siderópolis.

O abastecimento de energia elétrica é garantido por uma subestação rebaixadora da CELESC, instalada a 4 km de distância.

O sistema de água, tanto bruta como tratada, é suficiente para a demanda das indústrias.

A ZPE de Imbituba conta ainda, com um complexo sistema de comunicação, com telefonia, telex e fax interligados ao País e ao exterior, além da telefonia celular.”

Outras questões também reclamam destaque, sendo os predados de Tubarão (município pólo e sede da AMUREL) apenas um singular grupo desses, conforme pode se abaixo constatado.

"Tubarão é a 20ª cidade do Brasil em qualidade de vida."⁵⁶

Localizado às margens da BR-101, a 130 quilômetros ao sul da capital, o município sedia desde 1989 a tradicional Probusul, feira-festa destinada a divulgar a indústria e o comércio da região.

Cidade pólo da região, Tubarão fica entre a serra e o mar.

É ponto de passagem obrigatório para quem visita as estâncias hidrominerais e as belíssimas praias do sul do Estado."⁵⁷

Segue o Executivo municipal concluindo o seguinte:

"Na área da educação, Tubarão foi apontada como uma das cidades com menor índice de analfabetismo e de crianças fora da escola. Os alunos recebem transporte gratuito, merenda escolar e o currículo escolar é voltado para a cidadania. A existência de uma universidade no município também influi positivamente na pesquisa, já que a instituição forma alunos com qualidade para o mercado de profissional.

[...]

No campo econômico, apesar da crise nacional de desemprego, Tubarão ainda consegue manter bons índices, com a predominância de uma população com renda mínima e aceitável. Novos empreendimentos surgiram nos últimos anos, abrindo novos postos de trabalho."⁵⁸

⁵⁶ "Levantamento realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) coloca o município de Tubarão como a 20ª melhor cidade do Brasil em qualidade de vida. Para chegar ao ranking das melhores cidades do país, a ONU levou em consideração níveis sócio-econômicos, como o saneamento básico, atendimento de saúde, educação e distribuição de renda." PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO, op. cit., p. 3.

⁵⁷ Id. Ibid., p. 10.

⁵⁸ Id. Ibid.

Observando os imperativos do desenvolvimento sustentável, Tubarão dá mostras de estar buscando constante alinhamento com os novos paradigmas. Segundo a Administração local

"Tubarão é a cidade catarinense com melhor percentual de abertura de novos empregos. Segundo dados do SINE (Serviço Nacional de Empregos), entre as cidades onde foram criados mais postos de trabalho, Tubarão registra a primeira posição com uma alta de 5,71% no ano de 1999.

No Estado, o nível de emprego formal acumulou uma alta de 0,67%, o que equivale a 5.692 postos de trabalho.

Tubarão, que registrou saldo entre admitidos e demitidos de 5,71%, é seguido de São Bento do Sul, com 4,83%, Brusque, com 3,41%, Jaraguá do Sul, com 2,29% e Blumenau, com 1,79%. Ao todo, nesses cinco municípios, foram criados 4.482 novos empregos."⁵⁹

Neste sentido, em termos locais, dentre planos, programas, projetos e atividades,

"Uma das principais realizadas pela Associação dos Municípios da Região de Laguna – AMUREL, em conjunto com outras entidades e agentes da institucionalização do processo de despoluição da bacia foi o Programa de Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar"

Objetivando a institucionalização, foi elaborado o Regimento de um Comitê responsável pelo gerenciamento. Reuniões com a Sociedade Regional e requerimentos ao Governo do Estado de Santa Catarina, culminaram com a deliberação e aprovação do Comitê da Bacia do Rio Tubarão e Complexo Lagunar, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, em junho de 1997.

Em mais uma etapa de resultados, o Senhor Governador do Estado criou, através do decreto nº 2.285 de 14 de outubro de 1997, o

⁵⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO, *ibid.*, p. 28.

Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar denominado Comitê Tubarão, aprovado e homologado seu Regimento (Diário Oficial do Estado nº 15.781 de 14.10.97).⁶⁰

Objetivando melhor qualidade de vida e, por conseguinte, a sustentabilidade dos sistemas locais, foi criado o *Programa de Educação Ambiental*, com o fim de

“[...] alcançar uma ampla divulgação e sensibilização dos agentes sociais que compõem a bacia do Rio Tubarão, foi introduzido um programa de Educação Ambiental.

O programa de Educação Ambiental procura conscientizar a população da importância de proteger nossos recursos hídricos e ambientais e também de motivá-los ao debate em busca de soluções para assegurar o acesso a todos os usuários deste bem, em quantidade e qualidade. Para isso a Universidade [...] através do seu Grupo de Pesquisa em Recursos Hídricos – GRUPERH, está introduzindo um programa de Educação Ambiental [...].”⁶¹

É interessante observar que a AMUREL apresenta estrutura modal extremamente favorável ao escoamento de produtos e movimentação de pessoas. Dentre as rodovias de expressão é suficiente citar o caso da BR-101:

“A rodovia BR-101, principal via de ligação entre Santa Catarina e os demais estados pelo litoral, está sendo duplicada para facilitar o escoamento da produção catarinense, tanto para os grandes centros consumidores da região Sudeste quanto para os países vizinhos.

A obra é estratégica. Além de possibilitar acesso aos três portos catarinenses, é a artéria principal do Corredor Mercosul, que corta em seu trajeto a área mais desenvolvida do continente lati-

⁶⁰ SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/microrregioes.htm>> Acesso em: 12 jan. 2001.

⁶¹ SANTA CATARINA, *ibid.*

*no-americano. Estão sendo investidos 1,3 bilhão de dólares na duplicação.*⁶²

No que se refere a aeroportos, todos os existente na Micro Região estão desativados, sendo os usuários locais impelidos a buscar serviços pertinentes nas cidades de Criciúma e Florianópolis.

Quanto às ferrovias, há um ramal de 192 km que liga a zona de produção de carvão às usinas termoeletricas do Complexo Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo, e ao porto de Imbituba.

Sobre a estrutura portuária, tem-se que Laguna, acertadamente, está mobilizando a reativação do porto local enquanto que Imbituba presencia a implantação da ZPE, objetivando otimizar a exploração do seu porto,⁶³ conforme visto anteriormente.

Com relação à comunicação, a AMUREL

"[...] dispõe de um eficiente sistema de comunicações que permite contatos com qualquer localidade do país e do exterior por meio de imagem, texto, dados e voz. A AMUREL também está interligada ao serviço móvel marítimo, possibilitando contato por telefone ou envio de mensagem para embarcações em qualquer ponto do planeta.

A concessionária dos serviços de telecomunicações de Santa Catarina (Telesc) atende todos os municípios da AMUREL.

*Duas companhias privadas operam a telefonia celular, cobrindo o território do Estado e dessa Micro Região.*⁶⁴

⁶² SANTA CATARINA, *ibid.*

⁶³ *"Administrado pela iniciativa privada, é um dos principais suportes da economia do Sul catarinense. Ele permite a operação de embarcações com até 10 metros de calado, tem grande disponibilidade de área para armazenamento de carga e apresenta excelentes condições naturais. O porto movimenta em torno de 600 mil toneladas anuais, entre calçados, fumo, trigo, cerâmica, algodão, soda cáustica, coque de carvão, açúcar, sal, fertilizantes e carne de frango. Localiza-se no litoral Sul, a 90 quilômetros da capital."* SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/economia.htm>> Acesso em: 14 mar. 2001.

⁶⁴ *Id. ibid.*

Outros dois fatores que colocam essa Micro Região em posição privilegiada dizem respeito ao abastecimento de energia elétrica e de gás natural. Sobre o primeiro aspecto tem-se que

“Todos os municípios da AMUREL têm energia elétrica, produzida pela Gerasul, que também investe na geração, assegurando o fornecimento futuro, e distribuída pela Centrais Elétricas de Santa Catarina.”⁶⁵

Entretanto, sobre o segundo fator, reportagem veiculada no Diário Catarinense comenta o seguinte:

“Santa Catarina vai dispor de gás natural como fonte de energia. O gasoduto Bolívia-Brasil vai beneficiar 29 municípios catarinenses. Quando concluído, transportará até 16 milhões de metros cúbicos de gás por dia. A quantidade de energia é equivalente a 100 mil barris diários de petróleo.”

Com 420 quilômetros de extensão em território catarinense e investimentos de R\$ 70 milhões, o gasoduto possibilitará o atendimento às empresas instaladas na Região Norte do Estado, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Região Sul. A médio prazo, os consumidores residenciais vão dispor do gás natural, assim como as frotas de ônibus que fazem o transporte coletivo.”⁶⁶

2.5 Considerações

A situação de diagnóstico, no caso de Santa Catarina, mostra que o Estado difere da estrutura do Brasil e dos Países subdesenvolvidos nos seguintes aspectos:

- distribuição populacional desconcentrada;
- parque industrial complexo e diversificado;
- alta renda *per capita*; e

⁶⁵ SANTA CATARINA, *ibid.*

⁶⁶ *Id. Ibid.*

- alto padrão de qualidade de vida.

A Região Sul de Santa Catarina, a exemplo de outras regiões dos demais Estados do País, passa por grandes transformações, haja vista vir apresentando panorâmica e acelerada mudança no cenário produtivo e econômico. São exemplos dessas transformações: a abertura do mercado, o Mercosul, a privatização de empresas estatais, a concessão de serviços públicos, a nova Lei de Licitações, o Código de Defesa do Consumidor, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade e maior conscientização social sobre o meio ambiente. Dentro deste contexto macroeconômico-social há de se entender o futuro desenvolvimento regional, para que se possam estabelecer algumas direções e cenários.

A Região Sul divide seu território entre pequenas especialidades de esvaziamento, ligadas às atividades agrícolas, e uma especialidade de concentração, associada à indústria cerâmica, ao subpólo do vestuário e à produção de alimentos. Sua rede urbana caracteriza-se por:

- uma aglomeração urbana na qual Criciúma é o município-núcleo, envolvendo os municípios de Içara – com quem desenvolve uma mancha de ocupação contínua, Forquilha, Araranguá e Morro da Fumaça, todos com elevado crescimento populacional, e vetor de expansão para Cocal do Sul e Maracajá;

- municípios com atividades econômicas pontualmente relevantes e elevado crescimento populacional, como Sombrio, Garopaba, São Ludgero e Braço do Norte;

- núcleos com população urbana em decréscimo, como Imauí (-1,45% ao ano, entre 1991 e 1996) e Lauro Müller (-0,48% ao ano).

A peculiaridade da Região Sul do Estado é desenvolver pouca integração com a base econômica de outras regiões de Santa Ca-

tarina, muito pela realização de atividades dependentes da proximidade da matéria-prima.

No que pertine à AMUREL impõe-se estudo e implementação de oportunidades e de formas alternativas de organização de unidade de trabalho–renda–produção. Nessas unidades de trabalho a preocupação não deve estar centrada sobre o emprego, o posto de trabalho propriamente dito, mas, a iniciativa em si. A necessidade de iniciativa é fundamental face à economia tipo enclave, fruto da sociedade industrializada contemporânea, capital e concentradora, acenando com redistribuição do resultado do crescimento econômico feito às custas do homem e da destruição da natureza, impondo-se a viabilização de uma economia utilizadora de desperdícios e distribuidora de riquezas, a partir de uma geração descentralizada.

Foi visto que dentro dos quadros do nacional desenvolvimento é que se situou o processo de substituição do tradicional grupo agroexportador da Região Sul por outro grupo, não só mais poderoso, mas, também melhor preparado à época de transição do capitalismo mundial, com o auge da quebra da bolsa de Nova Iorque.

Também foi um período de transformação na economia, política e sociedade brasileira, na medida que era necessária sua adequação às novas necessidades do País frente a nova situação mundial, principalmente com a crise no abastecimento de produtos industrializados para o Brasil.

Com as novas necessidades econômicas surgem, também, novos grupos econômicos, com uma visão mais ampla e melhor equipados frente à nova realidade do mundo da época.

Dentro do mesmo contexto é que se observa o problema regional do Sul do Estado de Santa Catarina, que resultou, conforme visto, no fechamento do porto agroexportador da cidade de Laguna, que funcionava como entreposto comercial, centro cultural e econômico da Região, verdadeira jugular, com conseqüente estrangulamento e

decadência da Região, em prol do porto de Imbituba, especializado na exportação de carvão mineral, tão necessário, mesmo vital, na época para a economia nacional.

3 MERCADOS GLOBAIS E MODALIDADES DE DESENVOLVIMENTO

3.1 Introdução

É objetivo deste capítulo versar a respeito dos mercados globais e das modalidades de desenvolvimento, sendo que no primeiro caso, a ênfase está voltada à globalização da economia e à formação dos blocos econômicos. Porquanto, no segundo, o foco de atenção está direcionado aos tipos de desenvolvimento aos quais a estratégia de ocupação espacial se propõem a promover.

3.2 Mercados globais

O sentimento de início de século traz expectativas várias. E as mudanças são uma das poucas certezas que se pode ter. Como ocorreu no passado, agora também apresentam-se acompanhadas de uma diversidade de inventos e aquisições. Portanto, todos os aspectos práticos, nos diversos campos da atividade humana, foram afetados, sendo um bom exemplo disto as ciências sociais e as exatas, a tecnologia e a arte.

Algumas das particularidades que marcam o tempo atual diferem, em larga escala, das observadas em outras épocas, principalmente pela velocidade com que os fatos vêm ocorrendo. Nesta perspectiva, a *Revolução da Informação* significa hoje o que a *Revolução*

Industrial foi para o *Ocidente* no passado. A exemplo, Nascimento Neto indica:

“Barreiras econômicas estão sendo derrubadas e tem havido uma aceleração no comércio mundial devido à criação de grandes novos mercados. Uma nova divisão global do trabalho foi criada com extraordinárias conseqüências no modo como as nações e indivíduos devem-se comportar [...]. Economias livres, que englobavam um milhão de pessoas há uma década, têm hoje algo em torno de 3 bilhões de pessoas em um mercado com funcionamento 24 horas por dia [...]. É o momento exato para que o mundo deva ser chamado, como MacLuhan batizou, de a aldeia global.”¹

As economias de livre mercado têm impelido os países industrializados e em desenvolvimento a concentrarem esforços não apenas voltados ao mercado interno, mas, também às exportações.

Objetivando promover o mercado livre com a redução de tarifas alfandegárias e a liberalização da economia, um conjunto de 123 países, dos 192 existentes, criou o *Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement of Tariffs and Trade - GATT)*. Com a formação do GATT, subsequente foi criada a *Organização Mundial do Comércio (World Trade Organization - WTO)*, que entrou em operação em janeiro de 1995. Desde esse ano foram criados os seguintes blocos econômicos:

- **Acordo de Comércio Livre da América do Norte (*North American Free Trade Agreement - NAFTA*)**. Estabelecido entre os Estados Unidos, Canadá e México, esse grupo visa vantagens mútuas quanto ao acesso de mercado, envolvendo compras governamentais, regras financeiras e de comercialização, seguros, transportes e comunicações. A formação desse bloco econômico não se reporta a uma zona de livre comércio. Trata, sim, de uma redução de barreiras entre os seus países integrantes, que regulará cerca de 20 mil tarifas nos

¹ *MacLuhan apud NASCIMENTO NETO, João Galvão do. A nova tendência da economia global. São Paulo : Makron Books, 1997. p. 236.*

próximos 10 anos.

• **União Européia (The European Union - EU).** Sucessora da *Comunidade Econômica Européia - (European Economic Community - EEC)*, composta por: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido, Suécia.

Outros países também se inscreveram para participar da *EU*. Do acordo firmado entre a *União Européia* e a *Associação Européia de Livre Comércio (European Association of Free Trade - EAFT)*, que engloba Áustria, Finlândia, Islândia, e Suécia, gerou o *Espaço Econômico Europeu (European Economic Space - EES)* que, levando em consideração o montante de intercâmbio, é atualmente a maior zona de livre comércio no mundo.

• **Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL.** Estabelecido oficialmente a partir de março de 1991, o *MERCOSUL* advém do *Tratado de Assunção* assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em julho de 1986. Objetiva o fim das fronteiras econômicas e o estabelecimento da *tarifa-zero* entre os Países-Membros. Outros países da Região estão interessados e mantêm atenção voltada à participação desse acordo.

• **Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Asia Pacific Economic Cooperation) – APEC.** Organizados em um fórum para convenções informais, esse bloco foi formado parte por países asiáticos parte por países com costas banhadas pelo Pacífico, quais sejam: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Guiné, Nova Zelândia, Papua, Singapura, Tailândia, Taiwan.

Os Países-Membros desse bloco detêm aproximadamente 50% da produção mundial. Tão logo esteja consolidado, será o mais importante bloco econômico do mundo. Para começar a funcionar co-

mo zona de livre comércio o prazo final está fixado para 2010.

Isto posto, pode-se dizer que os países de capitalismo avançado principiaram uma verdadeira avalanche de *acordos de comércio* que, num futuro próximo, deverão ser transformados em *políticas unificadoras* ou em *grupos econômicos*, que promoverão a equalização de tarifas e o estreitamento de relações entre países-membros, a fim de que tais promovam maior intercâmbio entre si.

Portanto, percebe-se emergente uma nova fase do capitalismo mundial que, juntamente com a idéia de uma *aldeia global*, também parece sinalizar a reorganização do mundo em três ou quatro grandes blocos econômicos que irão interagir e impactar o modo de viver, de pensar, de agir, como também, os modos de se produzir e de se comercializar, por exemplo.

Em contrapartida, provavelmente ao se tornarem auto-suficientes, essas comunidades iniciarão um processo de comercialização, interação e intercâmbio entre si. Assim sendo, formarão um único bloco econômico de alcance imediato e mundial.

O sonho de um mundo único com o estabelecimento de uma efetiva parceria entre as nações, por mais utópico que possa ser, dá indícios de que isso é possível, haja vista: *"a liderança de uma única nação em contexto mundial nos faz lembrar de 1984 de George Orwell, uma distopia que nos fala de um mundo governado pelo Grande Irmão (Big Brother) que tudo vigia e em tudo manda, estabelecendo as regras que serão seguidas pelos outros."*²

Nascimento Neto afirma que

"Há alguns problemas que deverão ser enfrentados de imediato a fim de estabelecer a base sobre a qual se deve construir o mundo para o terceiro milênio. Não é possível lidar com sociedades ricas e sofisticadas, coexistindo com subclasses marginali-

² ORWELL, George apud NASCIMENTO NETO, João Galvão do, *ibid.*, p. 42.

zadas por todo o planeta. O mundo rico tem a obrigação social mundial de ajudar os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento a melhorar suas condições de vida, de modo que possamos ter um mundo de paz - a terra do leite e do mel para todos e não, apenas, para alguns."³

3.3 Modalidades de desenvolvimento

O termo desenvolvimento aplicado de forma ampla, refere-se à uma diversidade de fatores quase que infindável. Porém, em sentido restrito, pode abarcar modalidades específicas, como é o caso das que seguem abaixo, que subsidiam a perspectiva de estabelecimento de estratégias de ocupação espacial.

As disparidades existentes entre as sociedades atuais levam a refletir sobre cidadania, dignidade e a inexistência de preconceitos ou discriminação quanto a nacionalidade, raça, credo religioso ou sexo. No entanto, além dessas questões outras também devem ser levadas em conta, como a aprendizagem intercultural, por exemplo, pode perfeitamente ser vista como elemento capital e inerente ao próprio processo de intercâmbio econômico que as modalidades de desenvolvimento adiante citadas apregoam.

Portanto, cabe destacar que o termo *aprendizagem*, que vem do latim *aprehendere*, significa apoderar-se, e refere-se à aquisição de comportamento por oposição ao comportamento inato. Dessa forma, pode-se afirmar que da aprendizagem advém a socialização e essa, por sua vez, equaciona o individual com toda a aprendizagem social.

Tendo por base que a globalização persegue a idéia de um *mundo comum*, deve-se também considerar que o intercâmbio intercultural torna-se elemento central desse processo. Nesse sentido, F. Engels afirma:

³ *NASCIMENTO NETO, Antenor. Revista Veja. São Paulo, v. 13, n. 36, abr. 1986, p. 80-1.*

“o intercâmbio e seus produtos constituem a base de toda a ordem social [...] As causas últimas de todas as modificações sociais e das subversões políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens [...] mas nas transformações dos modos de produção e de intercâmbio.”⁴

Uma das características do processo de globalização da economia diz respeito ao comportamento coletivo, vez que tanto o que se refere ao *modus* como ao *quantum* as sociedades atuais tendem a sofrer mudanças decorrentes desse processo.

O comportamento coletivo implica num conjunto de comportamentos que parecem situados à parte, com uma característica específica. A natureza desse campo pode ser sugerida pelos seguintes comportamentos: exaltação coletiva, inquietação social, comportamento de multidão, revoltas, manias, loucura, caprichos, alarmas e histeria de massas, revoltas públicas, movimentos de protesto, rebeliões, movimentos de reforma e movimentos revolucionários. Acredita-se que o comportamento coletivo, representado por tais exemplos, tem uma natureza comum que o distingue de outras formas de comportamentos de grupos humanos. Essa natureza comum consiste numa combinação das seguintes características:

“a) Implica a participação de um número considerável de pessoas envolvidas num processo de intensa interestimulação e por isso levadas a manifestar disposições de ânimo, impulsos e sentimentos comuns que as consolidam numa coletividade [...].

b) Forma-se ou forja-se na situação relativamente fluida ou indefinida em que ocorre. Começando geralmente como expressão espontânea e desorientada de impulsos e sentimentos, o comportamento coletivo pode desenvolver-se e tomar formas diversas, dependendo da maneira pela qual os impulsos e sentimentos iniciais são mobilizados no processo de interação dos vários participantes. A análise desse processo de interação - que a organi-

i-

⁴ ENGELS, *Frederich* apud SILVA, *Benedicto, et. al. Dicionário de ciências sociais. São Paulo : Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 728.*

zação social e a cultura preexistente não abrangem – torna-se hoje o interesse principal do seu estudo.”⁵

Reportando-se à realidade nacional, percebe-se que o brasileiro toma conhecimento de tudo isso e, se trabalha na indústria, depara-se com boletins sobre reengenharia, programas da qualidade e produtividade, que se propõem à otimização de sistemas. Sente que o momento é bom e entende que o que está em andamento não é um processo de decadência econômica. Mas de outro lado, sente também inexprimível temor e que a sua base não é tanto uma ameaça real, mas a sensação de que ela existe.

Nascimento Neto pontua que esse estado é promovido pelo que

“se chama globalização. É um processo de aceleração capitalista, num ritmo jamais visto, em que o produtor vai comprar matéria-prima em qualquer lugar do mundo onde ela seja melhor e mais barata. Instala a fábrica nos países onde a mão-de-obra fique mais em conta, não importa se no Vietnã ou na Guatemala. Vende a mercadoria para o mundo inteiro. Em resumo: o entrelaçamento econômico das paróquias é um processo que começou na Pré-História, mas sempre prosseguiu em marcha lenta. Neste momento, está na velocidade da luz.”⁶

Com as comunicações tendo a capacidade de conectar instantaneamente diversos pontos do planeta, as distâncias se tornaram irrelevantes, e o resultado disso é um mundo em que as economias nacionais perdem importância relativa. Ao encontro desse pensamento vem o de Lester Thurow que, em seu livro *O Futuro do Capitalismo*, afirma: *“Países se estilhaçam, blocos regionais de comércio crescem, a economia global torna-se cada vez mais interconectada.”⁷*

⁵ ENGELS, Frederick apud SILVA, Benedicto, et. al., *ibid.*

⁶ NASCIMENTO NETO, Antenor, *op. cit.*, p. 83.

⁷ THUROW, Lester apud NASCIMENTO NETO, João Galvão do, *ibid.*, p. 108.

Contudo, deve-se considerar que há uma perda de controle sobre a produção e comercialização de tecnologia, coisa que num passado recente era impensável, haja vista que até então estava diretamente relacionada à soberania dos países.

Hoje a escala de operação empresarial é planetar. As organizações têm uma infinidade de contratos a cumprir em várias partes do mundo e a origem da mão-de-obra, da tecnologia e da matéria-prima recebem importância irrelevante. Em contrapartida, há exigência de que o custo seja baixo e sua qualidade de elevado padrão.

Sobre tais aspectos o autor acima citado indica:

“As redes de pesquisa estabelecidas entre as transnacionais são tão complexas que é difícil dizer quem está projetando o quê. A IBM americana tem laboratórios no Japão e na Suíça. A Hewlett-Packard emprega cientistas na Austrália, Alemanha e Singapura. A Honda e a Mazda mantêm centros de pesquisa nos Estados Unidos. Equipamentos de precisão para a prática de hóquei no gelo são desenhados na Suécia, financiados pelo Canadá, montados na Dinamarca e vendidos na Europa. O material utilizado é uma liga metálica cuja estrutura molecular foi desenvolvida e patenteada nos Estados Unidos e é produzida no Japão.”⁸

Antenor Nascimento Neto também comenta que essa dança tecnológica confundiu o próprio *Pentágono*, pois, num relatório o *Departamento de Defesa dos Estados Unidos* inferiu não saber em que partes do mundo são projetadas e construídas significativa parcela dos seus componentes bélicos.

“Na nova economia global, a inteligência também não obedece mais as fronteiras ou nacionalidades. As empresas vão empregá-las onde elas estejam” dizia Robert Reich, secretário do Trabalho do governo americano, um especialista em economia política.”⁹

⁸ NASCIMENTO NETO, João Galvão do, *ibid.*, p.87.

⁹ NASCIMENTO NETO, Antenor, *op. cit.*, p. 88.

Efeitos deletérios podem ser provocados na economia globalizada se houver proteção alfandegária, como apregoam e os *lobbies* brasileiros da *FIESP*.

Duvidoso é que esse tipo de proteção seja capaz de produzir empregos, haja vista a competição estrangeira ter impacto sobre o mercado de trabalho de um país de forma bastante reduzida. A automação pesa mais.

Os Estados Unidos, grande país liberal, há algum tempo atrás teve suas corporações transformadas em multinacionais e hoje em transnacionais. O *Estado norte-americano* é o próprio coração da economia global e, justamente por ser a maior potência do mundo, tem força suficiente para impor determinados padrões de intercâmbio internacional.

Luiz Roberto Martins refere:

“é ilusório imaginar que atos de força na alfândega, reservas de mercado e regulamentos de toda ordem signifiquem uma alternativa de progresso econômico. Os tempos mudaram, e um país com fronteiras fechadas tem pouco acesso a capitais e a novidades tecnológicas. Com isso, o país perde competitividade e marca passo. Sua indústria envelhece, fica incapaz de produzir coisas melhores e baratas, a inflação sobe e a capacidade de criar empregos cai.”¹⁰

Observando a globalização sob a perspectiva de uma macrovisão, fica bastante claro e, portanto, perceptível que, apesar dos pontos obscuros que dela advém, o propósito geral está imbuído de intenções voltadas ao desenvolvimento social, político e econômico e, ao mesmo tempo, acompanhado de um inquestionável intento de se obter tanto o desenvolvimento econômico quanto o equilíbrio social.

¹⁰ MARTINS, Luiz Roberto, *op. cit.*, p. 148.

3.3.1 Desenvolvimento social

Num amplo sentido, o termo *desenvolvimento social* traz consigo uma espécie de harmonia, segundo uma pluralidade de fenômenos sociais inter-relacionados. Essa harmonia pode ser manifesta ou apenas latente, pode ser considerada objetivamente real ou puramente analítica e, ainda, também pode ser estática ou dinâmica.

Ao termo *equilíbrio*, bem definido na literatura sociológica, ao qual, vinculam-se diversos graus de precisão. P. A. Sorokin afirma que o termo é empregado de diversas formas e indica:

“a) o estado de repouso de um fenômeno social, como o status quo de um sistema político; b) o equilíbrio transitório de um fenômeno social como, por exemplo, o ápice na curva de crescimento e declínio de uma organização; c) uma limitação ou inibição mútua entre as forças sociais, como o equilíbrio de um governo constitucional; d) uma propriedade de adaptação, ajustamento ou harmonia dos fenômenos sociais, tal como a satisfação de necessidades pessoais dentro de uma ordem social; e) uma tendência de um sistema social, quando perturbado, de retornar ao estado anterior, ou de manter seu curso ou nível ‘normal’, tal como a estabilidade a curto prazo dos métodos de produção dos operários em face das inovações técnicas ou administrativas.”¹¹

O desenvolvimento pode, de um lado, ser considerado um atributo objetivo de uma classe de acontecimentos sociais ou pode, de outro lado, ser considerado um produto do esquema de referência do pesquisador.

O primeiro ponto de vista pode ser assim entendido: pensar em termos de tendência constante para o desenvolvimento sempre ameaçado, mesmo em sociedades simples ou primitivas e, ainda mais obviamente, em civilizações avançadas, por forças que tentam perturbá-lo ou rompê-lo, é preservar na tradição a história. Assim a nature-

¹¹ SOROKIN, P. A. *apud* SILVA, BENEDICTO *et al.*, *op. cit.*, p. 403.

za do desenvolvimento está, ela mesma, sempre se modificando.

O segundo ponto de vista concebe o estado de desenvolvimento como um ponto teórico de referência. No fato empírico, nenhum sistema social é perfeitamente desenvolvido, equilibrado e integrado.

Analisando tais considerações, entende-se que a luta pelo intercâmbio e desenvolvimento no quadro da política *Norte-Sul* exprime uma tentativa de diminuir o hiato que há entre ambas as partes.

Portanto, é perfeitamente compreensível que a globalização da economia traz em seu bojo a idéia do atingimento de comunidades diversas, independentemente de tamanho, etnia, sistema social ou localização espacial. Dessa forma, traz consigo intentos voltados ao desenvolvimento social, político e econômico, à promoção do indivíduo e à efetiva integração entre grupos sociais.

É ilusório esperar-se que o subdesenvolvimento e a miséria irão desaparecer prontamente. Porém, claro está que políticas de ação à proteção do meio ambiente, em função dos problemas ecológicos ora constatados, a proteção à biodiversidade e o fortalecimento de organizações não-governamentais de impactos transfronteiriços, mostram o claro amadurecimento de uma visão solidária, da percepção e da consciência globalizantes, voltados à construção de um futuro que leve em consideração a sorte dos pobres, que comungue com as realidades histórico-culturais e que busque a prosperidade entre as nações.

• **Responsabilidade social.** Diante da deficiência de o Estado em atender o compromisso social em seus quesitos básicos tais como: meio ambiente, saúde pública, escolas, transporte coletivo, saneamento básico, segurança, fontes de trabalho, emprego e renda, surgiu a oportunidade de o setor privado promover mudanças nas relações sociais e com isso melhorar a imagem das organizações.

As empresas socialmente responsáveis além de obterem vantagens, através de subsídios, em alguns casos, oferecidos a quem auxilia os governos na difícil tarefa de melhorias sociais, valorizam suas marcas perante a sociedade.

Segundo Santana,

*“A primeira e fundamental responsabilidade social da organização é ser bem sucedida como empresa, contribuindo para a sociedade na perspectiva da geração de valor econômico maior que os recursos utilizados para sua operação, trabalho e emprego, impostos e similares e melhoria da qualidade de vida em função dos produtos (bens e/ou serviços) que acaba gerando”.*¹²

Há de se considerar que o lucro é ético para quem o obtém de forma lícita, e que a prática da cidadania incorporando valores e fatores vinculados à inclusão dos colaboradores como clientes de seus resultados é o ponto de partida para se contribuir com o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades com as quais a empresa interage.¹³

Para Esteves, *“As empresas perceberam que o investimento social sério gera retorno para a marca”*¹⁴ e, segundo Rocha, consultor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), *“O consumidor identifica a empresa que tem responsabilidade social e projetos sociais de longo prazo”.*¹⁵

A responsabilidade social pode ser encarada pelas empresas como filantrópica, mercadológica e ainda como norma de gestão, podendo ser contabilizada e trazer resultados animadores para a socie-

¹² SANTANA, José Luiz. *Lucro como instrumento de promoção social*, *Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 80, n. 21915, 11 set. 2000, p. A3.

¹³ SANTANA, José Luiz, *ibid.*, p. A3.

¹⁴ ESTEVES, Regina. *Investimento em cidadania*. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 79, n. 21.911, 04 set. 1999, p. A2.

¹⁵ ROCHA, Ismael apud AZEVEDO, Eliane, GOLDBERG, Simone. *Investimentos na área social também dão retorno*. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 80, n. 21.953, 03/04/05, nov. 2000, p. C4.

dade e para seus balanços. *“Conjugar lucratividade com respeito às pessoas, comunidades e meio ambiente é eficiente maneira de desfrutar da boa imagem e manutenção dos negócios”*.¹⁶

• **Marketing social.** De acordo com Richers, as manifestações do mercado, cada vez mais crescentes e exigentes às mudanças levam os setores produtivos à uma direção: *“[...] produzir e vender produtos a partir de especificações de clientes [...]”*¹⁷ O marketing de adaptação é recente e ainda não efetivamente consolidado no meio empresarial. Porém, quando as empresas se adaptam à legislação do Código de Defesa do Consumidor criando *call centers* para ouvir reclamações e aproveitar sugestões para desenvolver produtos, estão instintamente adaptando-se às exigências atuais e futuras.¹⁸

Outra premissa dos novos tempos, cheio de mudanças, está no *marketing social*. Apesar de a expressão não ser nova, atualmente é que estão surgindo certas manifestações positivas com relação ao assunto. As empresas estão começando a entender que a dedicação às causas sociais geram retorno.

Vaz, define *marketing social* como

*“[...] a modalidade de ação mercadológica institucional que tem por objetivo atenuar ou eliminar problemas sociais, carências da sociedade relacionadas principalmente com questões de higiene e saúde pública, trabalho, educação, habitação, transporte e nutrição.”*¹⁹

O aproveitamento dessa onda pelas municipalidades que participam de uma região voltada ao desenvolvimento de estratégias de ocupação espacial pode gerar benefícios maiores. A contrapartida

¹⁶ ROGATTO, Marcos. *Brasilianização e responsabilidade social*. *Gazeta Mercantil SC*. São Paulo, v. 3, n. 689, 09 jan. 2001, p. 2.

¹⁷ RICHERS, Raimar. *Surfando as ondas do mercado*, 2. ed. São Paulo : RR&CA, 1996 p. 17.

¹⁸ *Id. ibid.*, p. 19.

¹⁹ VAZ, Gil Nuno. *Marketing institucional: o mercado de idéias e imagens*. São Paulo : Pioneira, 1995. p. 218.

gerada por uma empresa a causa social pode significar avanços na resolução de problemas referentes.

3.3.2 Desenvolvimento político

Em sociologia política, a perspectiva do desenvolvimento adquiriu real importância durante a década de 60, em resposta à realidade constituída pelos novos Estados que acabavam de atingir a independência política ou estavam em vias de alcançá-la.

O desenvolvimento político configura uma manifestação particular derivada da necessidade de ampliar perspectivas para um horizonte mais amplo que ultrapasse os limites tradicionais, reduzidos aos sistemas industrializados capitalistas ou socialistas, que incorpore os sistemas da periferia, considerados comparativamente em sua intrínseca significação, e não como deformações mais ou menos pronunciadas dos modelos europeus.

O desenvolvimento político é um processo de progressiva aproximação da configuração estrutural e institucional dos sistemas liberais da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Os pressupostos valorativos e ideológicos contribuem consideravelmente para a elaboração das categorias descritivas e analíticas básicas.

Para P. S. Huntington, por exemplo, os efeitos perturbadores das transformações provocadas pelo rápido incremento da mobilização e da participação, manifestações principais da modernização, devem ser contrabalançados pela institucionalização das organizações e dos processos políticos. Essa institucionalização do sistema político, de acordo com as categorias de adaptabilidade, complexidade, autonomia e coerência de organizações e processos, é, para Huntington, o que define o desenvolvimento político.²⁰

Outra perspectiva predominante transpõe o campo do desen-

²⁰ HUNTINGTON, P. S. *apud* SILVA, *Benedicto et. al., op. cit., p. 331.*

voivimento político, para o que W. W. Rostow e outros economistas consideram como indicador do desenvolvimento econômico a *capacidade de parte de o sistema gerar e absorver a mudança*. No terreno Político

*"[...] a absorção contínua de processos sociais que tendem, por um lado, a demolir qualquer organização anquilosa, congelada, adscritiva das estruturas dos grupos e do poder, e por outro, a facilitar a reestruturação continuada da distribuição de poder, riqueza, prestígio, assim como a reorganização de papéis sociais diferentes através de vias institucionais comuns."*²¹

No entanto, não pode-se deixar de observar que para essa perspectiva a mudança é propiciada dentro das possibilidades de elasticidade das variáveis essenciais do sistema, de tal modo que seja perfeitamente compatível com a conservação dessas últimas. Assim sendo, as estruturas políticas desenvolvidas são aquelas com capacidade de absorver a mudança e de gerá-la de modo funcional para o sistema sócio-político.

Associando de modo mais satisfatório modernização e desenvolvimento político, entende-se que um sistema político moderno e desenvolvido propicia aumento nos seguintes campos: capacidade de inovação; capacidade de mobilização de recursos; capacidade de sobrevivência, sendo que tais estão vinculados aos seguintes princípios: unidade de poder e coordenação de funções; segurança jurídica; pluralismo associativo; representatividade de cargos eletivos; responsabilidade política; compatibilidade de funções; descentralização de decisões; e neutralidade religiosa.

A orientação metodológico-teórica evolucionista da imensa maioria dos trabalhos no terreno do desenvolvimento político, sem considerar a perspectiva que vê no desenvolvimento uma mudança radical de ordem estrutural, decorre da influência do funcionalismo.

²¹ ROSTOW, W. W. apud SILVA, Benedicto et. al., *ibid.*, p. 334.

Portanto, especialização de papéis, diferenciação estrutural, integração nacional, adaptabilidade do sistema político ao contorno social, cultura política universalista, pragmática e não adscritiva são alguns dos elementos analíticos mais importantes que devem ser levados em consideração.

A fim de que possa ter uma verdadeira noção sobre a dimensão que o termo desenvolvimento político envolve, o elemento igualdade há de ser considerado segundo suas manifestações sociais, políticas e econômicas.

Neste sentido, é interessante observar que tanto a igualdade como a capacidade das estruturas governamentais estão altamente condicionadas, em suas possibilidades e significação, pelas estruturas do sistema econômico. Assim sendo, entende-se que essa é uma das razões pelas quais o estudo do desenvolvimento político não pode limitar-se exclusivamente ao sistema político, isolando-o do sistema sócio-econômico.

Em outra instância, entende-se que a composição da elite política e as dimensões que conformam a cultura política são as duas últimas grandes variáveis desse tipo de desenvolvimento, o qual, por sua vez, implica modificações em todas elas.

3.3.3 Desenvolvimento econômico

Após a *Segunda Guerra Mundial* foi constatado que o subdesenvolvimento tinha forte presença no mundo, tomaram-se as primeiras providências a fim de enfrentá-lo. Para tanto, foram despendidos esforços para obter uma melhoria na qualidade de vida dos países mais atrasados economicamente, sendo que, em tais empreendimentos, detectou-se os aspectos seguintes:

- **Explosão demográfica.** Esse é um grave problema dos países subdesenvolvidos, pois o crescimento populacional absorve quase que a totalidade do aumento ocorrido no produto nacional e,

portanto, obstaculiza para que haja melhoria no padrão de vida nesses países.

- **Efeito demonstração.** É o esforço dos menos favorecidos para adquirir produtos/serviços ou bens, os quais, pela influência dos meios de comunicação, fazem com que os consumidores almejem, cada vez mais, obtê-los.

- **Sentimento de solidariedade humana.** Impõem que se faça alguma coisa para melhorar a sorte das sociedades que vivem em extrema pobreza. Note-se que, através da canalização de técnicas modernas e de recursos pode ocorrer a recuperação de regiões atrasadas. Ocorre daí a idéia de que a recuperação das zonas mais pobres se dá devido ao esforço conjunto entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Os países subdesenvolvidos, em geral, sofrem de uma inércia econômica, normalmente originada em suas próprias instituições e atitudes sociais. No que segue, pode-se ter uma idéia do que seja tal quadro social:

a) Produção *per capita* de baixo nível.

b) Grande número de analfabetos, e quando não, baixo nível de conhecimento tecnológico. O que se percebe nesses países é a presença de uma minoria intelectualizada, que não busca modificar o aspecto geral. Segundo a literatura pertinente, diz-se que nesses países fala-se o mesmo idioma, mas, não a mesma língua. Dessa forma, a educação generalizada é de extrema importância quando se fala em desenvolvimento.

c) Excesso de mão-de-obra, vez que, em geral, cerca de 75,0% da população está presente na agricultura, enquanto que nos países adiantados, 10,0% é suficiente para produzir alimentos para os resto da população.

d) No que pertine às camadas sociais em países subdesenvolvidos elas se encontram firmemente estratificadas, não permitindo com que a sociedade se renove.

e) Há escassez de capital para a infra-estrutura e para fins diretamente reprodutivos, pois o regime institucional não favorece sua implementação e, por conseguinte, o seu desenvolvimento.

f) Administração ineficiente e parasitária.

Segundo A. Kroemer, para que se possa combater o subdesenvolvimento é de fundamental importância que haja uma substancial transformação social, fato esse que pode ser tangível através uma grande mudança e melhorias nas suas estruturas sociais vigentes.²²

Países ricos têm mais facilidade de poupar, porém, quando tratam-se de países pobres, onde as sobras são quase inexistentes, como poder-se conjeturar sobre poupança?

Somente com muito sacrifício (poupança) é que se cria capital e melhores condições de consumo.

Um outro problema, anteriormente citado, refere-se a sociedade estratificada. É capital com que esse quadro seja mudado, a fim de que se permita permeabilidade entre as diversas camadas sociais.

Para romper-se os impedimentos do desenvolvimento há que existir incentivos à educação e às indústrias, pois, somente assim é que os países subdesenvolvidos obterão a oportunidade de ascensão.

O mecanismo do desenvolvimento, na prática, implica na dependência em três variáveis: das poupanças que são investidas; da produtividade desses investimentos; e do crescimento demográfico.

²² KROEMER, A. *apud* SILVA, *Benedicto et. al., ibid., p. 348.*

No entanto, a economia do desenvolvimento é um processo lento e penoso de acumulação de capital, por isso não é possível, em casos tais, ter-se pressa. Entende-se que é justamente nesse ponto que a globalização da economia deverá interferir e no mesmo ritmo em que está acontecendo, para que esse estado de coisas seja profundamente alterado, a fim de que possa minimizar a miséria existente em determinadas regiões e promover o verdadeiro equilíbrio social.

Os investimentos dependem do volume de excedentes de que uma comunidade pode dispor, como também, da mentalidade e do discernimento do grupo social que se apropria dessas poupanças.

Por sua vez, a produtividade depende da destinação dada aos excedentes poupados, por parte do grupo social que delas se apropriou.

Quanto ao crescimento populacional sabe-se que esse fator é negativo e, portanto, deve ser superado, pois para haver desenvolvimento, o produto nacional líquido deve alcançar taxa maior que o crescimento da população.

O esforço para obtenção do crescimento econômico mostra como se realiza esse processo, ou seja, em condições estritas e apertadas, apesar de tudo, isso não é suficiente, visto que há outros fatores sociais e políticos em jogo.

3.3.4 Desenvolvimento regional

A conferência de Estocolmo de 1972 e, mais recentemente do Rio de Janeiro de 1992, recomendam promover padrões de desenvolvimento, de produção e consumo que reduzam o *stress ambiental* e venham ao encontro das necessidades básicas do homem. Recomendam também, que se desenvolva melhor entendimento sobre o papel do consumo e como gerar padrões sustentáveis, em detrimento de uma forma de desenvolvimento que resulta fenômenos econômicos e

sociais provocados por favorecimento a um grupo da população mundial e desfavorecimento da maioria.

Essas mudanças são, sem dúvida, maneiras de tentar superar o desenvolvimento desordenado, até então constatado.

Entretanto, não é possível controlar com sucesso tais ações por simples promulgação de leis. Para que a legislação possa cumprir seus objetivos e superar limitações há a necessidade de órgãos competentes e ativos para fiscalizar, de técnicos para realizarem estudos e avaliações. Requer, sobretudo, que o conjunto da sociedade (seus representantes políticos, órgãos governamentais e não-governamentais) acompanhe o processo de desenvolvimento regional e participe das decisões.

Após a Segunda Guerra Mundial o planejamento foi legitimado por todos os governos do mundo como um instrumento de política governamental macroeconômica.²³

O Brasil seguiu os passos do planejamento misto e os primeiros esforços tiveram como objetivo o desenvolvimento regional, em função de disposições da Constituição de 1946, que visava priorizar assistência às populações afetadas pelas secas do Nordeste, a valorização econômica da Amazônia e o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos do Vale do São Francisco.

De acordo com a Agência de Desenvolvimento Regional (AGDR), nos anos 50 o País assistiu a uma experiência frustrada – o plano SALTE – e uma bem-sucedida tentativa de planejamento setorial – o trabalho da Comissão Mista Brasil/Estados Unidos e o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek.²⁴

²³ De modo geral, a modalidade planejamento governamental leva implícito o desenvolvimento regional.

²⁴ AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Disponível em: <www.agdr.goias.gov.br/> Acesso em: 09 nov. 2001.

No governo democrático de Getúlio Vargas surgiu, em 1952, duas importantes instituições com o objetivo de financiar os programas de desenvolvimento nacionais e regionais: o Banco Nacional de Desenvolvimento e o Banco do Nordeste do Brasil (que começou a operar em 1954). Além dos créditos dos Bancos de Desenvolvimento foram utilizados dois importantes instrumentos da política fiscal para promover o desenvolvimento regional: os incentivos fiscais regionais e os Fundos Constitucionais de Financiamento beneficiando, especialmente, o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste.

Apesar dos citados intentos de realizar o planejamento do desenvolvimento regional, o sistema formal surgiu em 1959 com a implantação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e a conseqüente elaboração dos Planos Diretores para a Região Nordeste, muitos anos antes da criação do Ministério do Planejamento, em 1964, e da institucionalização dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, a partir do início da década de 1970.

Nos anos 60, foram criados o Ministério da Coordenação dos Organismos Regionais (depois Ministério do Interior), a (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (hoje extinta, substituindo a antiga Superintendência do Plano de valorização Econômica da Amazônia), o Banco da Amazônia (por transformação do anterior Banco de Crédito da Borracha) e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

Na década de 70, foram agregados a esse sistema a CODEVASF (anteriormente Comissão do Vale do São Francisco e Superintendência do Vale do São Francisco), a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL, também extinta).

Bom exemplo de ação no campo do desenvolvimento regional é o acordo assinado, em 1972, entre a SUDESUL e o Governo do Estado de Santa Catarina, visando o desenvolvimento integrado do Litoral Sul do Estado, através do projeto Litoral Sul de Santa Catarina.

Nesse projeto estava prevista a implantação do Complexo Carboquímico do Sul de Santa Catarina, em Imbituba, que se iniciaria com a ICC, citada no capítulo anterior.

O governo considerou que aproveitando os recursos minerais existentes, principalmente através da industrialização do carvão e da pirita, a Região se transformaria em fornecedora de insumos para os setores diretamente produtivos (agricultura e indústria) do Estado e da Região Sul. No projeto estava prevista também a ampliação termelétrica, que se tornaria suporte do sistema hidrelétrico sulino.

Esse plano integrado previa, ainda, a implantação de uma siderúrgica em Santa Catarina, a qual aproveitaria o carvão numa *usina integrada*, composta de uma usina de gaseificação do carvão para produção de ferro esponja; uma unidade de aciara para produção de tarugos, com utilização do ferro esponja; e uma unidade de laminação.

As repercussões da SIDERSUL, em termos de desenvolvimento regional seriam relevantes, tanto em nível tecnológico e energético como sócio-econômico, vez que poderiam gerar, segundo estimativas governamentais,²⁵ mais de 40.000 empregos diretos e indiretos. Porém, a SIDERSUL até hoje não foi implantada.

Atualmente tem-se como exemplo os trabalhos que o Conselho Executivo do Fórum de Desenvolvimento Regional do Médio Vale do Itajaí (FDRMVI)²⁶ vem executando, com o objetivo de promover o desenvolvimento sócio-econômico da Região do Médio Vale do Itajaí, integrando ações e estimulando a formação de parcerias entre

²⁵ AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, *ibid.*

²⁶ "Órgão não governamental de aconselhamento na definição de diretrizes de desenvolvimento regional integrado. Nova entidade, que surge em resposta às demandas regionais, servindo de espaço permanente de debates e de formação de parcerias. **Objetivos** – Promover o desenvolvimento da região do Médio Vale do Itajaí, atuando através de parcerias entre o governo e a sociedade civil. – Assegurar a continuidade do processo de planejamento regional, evitando a dispersão de esforços e recursos." FURB. Disponível em: < www.furb.br/forummvi/ > Acesso em: 09 nov. 2001.

entidades públicas e privadas.²⁷

• **Políticas de desenvolvimento regional.** Consoante acima exposto, de modo geral, as políticas de desenvolvimento regional vigentes têm que ser reexaminadas, melhoradas e não abandonadas, a exemplo dos trabalhos que vêm sendo realizados pelo Conselho Executivo do FDRMVI.

No entanto, cumpre lembrar que toda política dirigida tem pontos fracos e fortes e o seu sucesso é sempre relativo. Não obstante, tais políticas poderiam, efetivamente, contribuir à integração e ao desenvolvimento regional.

Tendo-se em vista que o Brasil é um país com dimensões continentais, essas mesmas políticas (anteriormente enfocadas) acabaram ajudando na multiplicação de pólos do desenvolvimento, descentralizando a estrutura industrial e deflagrando um processo de crescimento acelerado.

O desenvolvimento sócio-econômico-cultural de uma região está intimamente ligado as condições de infra-estruturas oferecidas. A qualidade de vida da população é resultante de ações do governo, que por sua vez, influencia a iniciativa privada a investir em seu território. Essas ações que convergem ao surgimento de vantagens competitivas regionalmente localizadas, devem ser identificadas, analisadas e desenvolvidas de forma racional.

Atualmente, segundo Douat,

"[...] o Estado perdeu a capacidade de prever o desenvolvimento da economia, do ponto de vista das perspectivas potenciais de crescimento, visto que muitas vezes o sigilo sobre as intenções de investimento fazem parte da estratégia competitiva das empresas."²⁸

²⁷ FURB, *ibid.*

²⁸ DOUAT, Osvaldo Moreira. *A chance de crescer. Gazeta Mercantil SC. São Paulo, v. 3, n. 21912/605, 5 set. 2000, p. 2.*

De qualquer forma, a observação acima não tira o mérito da responsabilidade de o Estado em ser o agente alavancador do desenvolvimento de suas macro e micro regiões. As políticas de desenvolvimento devem ser direcionadas sempre ao bem-estar regional. Porém, adequá-las às necessidades é a real intenção de sua forma de ação.

É igualmente imperioso o envolvimento da sociedade através de suas lideranças, vez que a experiência mundial e nacional mostra que ações referentes ao desenvolvimento regional carecem de mecanismos efetivos que viabilizem a participação do cidadão, a fim de que esse expresse a sua vontade ou o senso comum de todos os envolvidos e, concomitantemente, tenha validado o seu posicionamento.

3.3.5 Desenvolvimento sustentável

Este item encampa, por extensão outros quatro subtítulos fundamentais à implementação do desenvolvimento regional sustentável, consoante o estabelecimento de estratégias de ocupação espacial.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu como resposta à crise ambiental e ao reconhecimento da finitude dos recursos naturais. Robert Allen foi o primeiro a usar a expressão *desenvolvimento sustentável*. No artigo *How to save the World*, Allen pontuou: desenvolvimento sustentável "é o desenvolvimento requerido para obter a satisfação duradoura das necessidades humanas e o crescimento (melhoria) da qualidade de vida."²⁹ O entendimento de Allen abriga uma série de concepções, mas, existe um consenso de que está relacionado à satisfação de necessidades presentes e futuras, o que acontece pelo o uso racional dos bens naturais.

As Nações Unidas, na Conferência de Estocolmo de 1972,

²⁹ ALLEN, Robert. *How to save the World*. *Business Journal*. Boston, v. 73, n. 28715, ago. 1968, , p. 23.

conceituou como sustentável o tipo de desenvolvimento *“que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem à suas próprias necessidades.”*³⁰

É, portanto, uma modalidade de desenvolvimento que busca equilíbrio entre os recursos existentes e as necessidades sociais presentes e futuras. Para tanto, é necessário minimizar os impactos ambientais e usar racionalmente os recursos naturais.

O desenvolvimento sustentável não gerou uma teoria econômica social única, tem contribuído à discussão e implantação de princípios norteadores, com um número considerável de teorias particulares e interpretações desses princípios. Os princípios do desenvolvimento sustentável encontram claras contradições com os modelos de desenvolvimento pregados pela economia clássica.

Vale assinalar que todas as teorias clássicas do desenvolvimento fazem cálculos cuidadosos da depreciação do capital privado que é deduzido dos impostos, porque constitui um custo privado. Entretanto, na depreciação do meio ambiente, os custos são principalmente públicos.

Até agora, a economia neoclássica falhou por não considerar os fatores naturais. Para os fisiocratas, a natureza e, em particular o solo, assumiu papel central e determinante no desenvolvimento econômico.

O princípio dessa modalidade de desenvolvimento corresponde ao máximo de produção com o máximo de preservação e proteção.

Uma região ou país que dependa de recursos naturais em quantidades superiores ao seu crescimento não está de fato se desenvolvendo, pelo contrário, está decrescendo o seu capital natural. É justamente aí que reside a premência de se buscar implementar

³⁰ ONU apud RICHARDS, Brian Jean. *Last time*. New York : Quintessence, 1991, p. 46.

estratégias de ocupação espacial fundamentadas no uso racional dos recursos naturais não-renováveis.

De acordo com Vieira o princípio do desenvolvimento deve estar orientado pelas seguintes considerações: prioridade no alcance de finalidades sociais (satisfação de necessidades básicas e promoção da igualdade); prudência ecológica (ou sustentabilidade ecológica); valorização da participação e da autonomia (*self reliance*); e viabilidade econômica.³¹

Desenvolvimento sustentável é, portanto, a grande meta da sociedade moderna. No entanto, é necessário que se busque um modelo econômico diferente que possa melhorar a qualidade de vida da população, dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas. Note-se que, os limites variam de região para região e, assim sendo, os impactos dependem diretamente das indústrias e das populações que nelas habitam.

Para viabilizar o desenvolvimento sustentável de uma certa área é necessário um planejamento regional que estabeleça vínculo entre políticas sociais, ambientais e econômicas.

No passado, os recursos ambientais, especialmente energia e matérias-primas, bem como, os problemas resultantes da poluição industrial, não foram considerados como custos capazes de impactar o resultado final de um produto.

Portanto, promover o desenvolvimento sem gerar problemas ambientais é um enorme desafio que os países desenvolvidos, num passado recente, não souberam transpor e que agora cabe às gerações atuais enfrentar.

• Engenharia de produção e desenvolvimento sustentá-

³¹ VIERA, Paulo Freire. *Ciência e tecnologia para o ecodesenvolvimento: prioridades para Santa Catarina; situação atual e perspectivas*. Caxambu, 1989. (Trabalho apresentado no 13º Encontro Anual ANPOCS).

vel. Toda a atividade industrial baseada em necessidades humanas têm como resultado a modificação do meio ambiente. Dentro desse contexto, a engenharia de produção se caracteriza pelo fornecimento de métodos que buscam otimizar os recursos e minimizar os impactos ambientais degradantes.

O objetivo principal dos métodos da engenharia de produção é a obtenção de maior benefício através da aplicação de menor esforço. Esse novo paradigma considera as limitações dos recursos, tendo em vista o futuro, e isso implica na utilização de ferramentas, como o planejamento empresarial aplicado à situação de uma micro região.

À engenharia de produção, juntamente a outras disciplinas, cumpre o papel fundamental de identificar oportunidades de inovação e implementá-las com sucesso nos sistemas de produção e de gestão. Assim sendo, a inovação deve ser entendida como desafio às empresas que devem aproveitar da melhor maneira os bens naturais. Neste sentido, pertinentes são as palavras de Michael Porter:

"A inovação, em termos estratégicos, é definida no mais amplo sentido. Inclui não só novas tecnologias mas, também, novos métodos ou maneiras de fazer as coisas que, por vezes, parecem lugares-comuns. A inovação pode manifestar-se no projeto de novos produtos, em novo processo de produção, nova abordagem do marketing ou nova maneira de treinar ou organizar. Pode envolver, praticamente qualquer atividade na cadeia de valores."³²

Portanto, os diversos setores da economia micro regional devem aceitar o desafio e desempenhar o seu papel na promoção do desenvolvimento local.

A preocupação crescente das comunidades com os impactos ambientais tem levado os setores produtivos da economia a refletirem

³² PORTER, Michael. *Vantagem competitiva das nações*. São Paulo : Makron Books, 1996. p. 649.

sobre os modos de produção, especialmente no que se refere à qualidade dos produtos, os danos que os mesmos podem provocar à saúde e ao meio ambiente.

O selo verde tem sido um importante instrumento utilizado nos Estados Unidos, para forçar as empresas a cuidarem melhor do meio ambiente. A certificação ambiental também gerou a ISO 14000, importante certificação de qualidade, que leva em conta entre outros itens o respeito ao meio ambiente e os cuidados tomados pelas empresas para serem consideradas ambientalmente corretas.

Com a finalidade de realizar avaliações que considerem a variável ambiental surgiu uma grande diversidade de instrumentos para instrumentalizar o processo de tomada de decisões.

• **Fundamentações teóricas do desenvolvimento micro regional sustentável.** O conceito de desenvolvimento regional sustentável não é novo, vez que retrata adaptação à realidade preservacionista que tende a se afirmar entre as sociedades contemporâneas como parte do intercâmbio e do aprendizado social. Por óbvio, as fundações teóricas e as estruturas metodológicas existentes, necessariamente, levam à produção novas percepções. E isso encontra ressonância nas palavras de Emile Durkheim:

*"[...] as palavras servem para exprimir idéias novas sem que sua contextura se modifique. De resto, a proposição de que o órgão é independente da função, isto é, permanecendo o mesmo pode servir a fins diferentes [...] De onde se conclui que as causas que lhe dão o ser são independentes dos fins para que serve."*³³

Portanto, não é necessário modificar o contexto de uma metodologia para produzir idéias novas. Desse modo, a perspectiva de estratégia de ocupação espacial conjugada ao desenvolvimento de uma micro região encontra fundamentos na metodologia do planeja-

³³ DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. Petrópolis : Vozes, 1994. p. 80.

mento estratégico. Decerto, essa ferramenta pode adquirir dimensões e espaços de tempo variáveis, haja vista as preocupações decorrentes do modelo de desenvolvimento unidimensional, tratado anteriormente no capítulo 2, que leva implícito a produção em massas e que tudo deva ser reduzido a dinheiro, sem considerar fatores ambientais.

Como resultado da crise energética mundial, os economistas começaram a fazer relação entre produção e recursos naturais, em particular os energéticos, e inscreveram tal relação nos sistemas de planejamento, que se desenvolveram em quatro fases, conforme segue.

1) Planejamento financeiro. O objetivo desse planejamento gira em torno de questões pertinentes à eficiência orçamentária e operacional. Sua principal preocupação está centrada no controle de orçamentos financeiros. Um dos problemas que gera é não proporcionar incentivos e indicadores de desempenhos à necessária adaptação estratégica da organização ao ambiente mutante.

2) Planejamento a longo prazo. Esse sistema é fundamentado em bases históricas, análise de *gaps* e em técnicas estatísticas de regressão. Esse sistema começou a falir quando as circunstâncias do sistema capitalista começaram a mudar e as previsões a falhar. O principal problema que apresenta é a falta de flexibilidade para integrar fatores mutantes.

3) Planejamento estratégico. Surgiu para complementar o planejamento a longo prazo. A fim de superar as discontinuidades ambientais. Fornece como resultado um conjunto de estratégias que podem usar técnicas de previsão para investigar o futuro antevisto. Para Drucker o planejamento estratégico é um

“processo contínuo e sistemático de tomada de decisões com o melhor conhecimento possível de suas conseqüências futuras, a organização sistemática do esforço necessário para implementar essas decisões, e as medidas para comparar os resultados

com a expectativa, através de uma realimentação sistemática e organizada."³⁴

4) Administração estratégica. Integra o planejamento estratégico, mas, abre outra dimensão e responde à necessidade de as empresas projetarem o futuro desejado num contexto mutante e de incertezas ou seja, exige permanente pesquisa sobre a situação atual e das projeções futuras. Responde à necessidade de buscar um sistema interativo que possa acompanhar as mudanças de cenário de forma organizada.

Considerando-se os sistemas mencionados e adicionando-se a variável ambiente, percebe-se da necessidade de se acrescer a tais o conceito de desenvolvimento micro regional sustentável, do qual constam os princípios do desenvolvimento sustentável. Portanto, visa proporcionar um nível de otimização na relação do objeto com seu ambiente ou seja, leva em consideração condições externas e internas e a evolução de ambas.

Essa análise surgiu em decorrência dos trabalhos realizados envolvendo meio ambiente e economia, os quais consideram, de forma insuficiente, a importância dos aspectos locais e regionais.

As tendências do mercado globalizado apontam para o domínio de transnacionais, perdendo controle os Estados locais e nacionais. Entretanto, há de se ter em mente que a despeito dessa realidade mundial e das tendências de mercado, os setores da economia estão situados em espaços locais e, ao mesmo tempo, regionais. Os sucessos e os fracassos desses empreendimentos afetarão a uma região como um todo.

Cumprir também assinalar que, para liberar verbas os principais órgãos internacionais de financiamento fazem exigências referentes às questões ambientais.

³⁴ DRUCKER, Peter Ferdinand. *Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios*. São Paulo : Pioneira, 1987. p. 61-62.

Portanto, o *design* de uma perspectiva organizacional implica, necessariamente, considerar o aprendizado intercultural, o desenvolvimento social e prudência ecológica.

Devem-se considerar esses novos fatores e integrá-los às estratégias de ocupação espacial, com laços de relações entre empresas, governos e comunidades locais.

Segundo Michael Porter existem quatro forças determinantes da vantagem competitiva, as quais estão intimamente associadas ao desenvolvimento micro regional, quais sejam: condições de fatores; condições de demanda; indústrias correlatas e de apoio; e estratégia, estrutura e rivalidade das empresas.

Tais forças afetam o posicionamento de uma determinada indústria no sistema competitivo mundial. Por esse prisma, o estabelecimento de perspectivas dependerá de se antecipar algumas alterações de âmbito local, regional, nacional e internacional como também, de se ter a capacidade de realizar as transformações necessárias.

Além dessas determinantes há o papel do governo e a sua intervenção ao participar na estimulação das determinantes mencionadas.

• **Objetivos do desenvolvimento regional sustentável.** Toda atividade de empreendimento deverá resultar de decisões presentes, tomadas a partir do exame dos impactos que poderá gerar no futuro.

Os benefícios da aplicação do desenvolvimento micro regional sustentável implica nos seguintes objetivos inerentes ao espaço geográfico local e regional:

1. Melhoria da qualidade de vida da população. É uma resposta à definição meramente material de bem-estar. O conceito de qualidade de vida diz respeito à acrescentar os fatores não monetários

os à vida humana frente às análises setorial e regional.

*"A qualidade do meio ambiente [...] influi consideravelmente na própria qualidade de vida. O meio ambiente pode ser satisfatório e atrativo, e permitir o desenvolvimento individual ou pode ser nocivo, irritante, atrofiante."*³⁵

Dentro desta perspectiva, o conceito de qualidade de vida foi um importante marco alcançado na conferência de Estocolmo, em 1972, que destaca o seguinte:

*"O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar e ter a solene obrigação de proteger e melhorar o meio para as gerações presentes e futuras".*³⁶

O conceito supra é reconhecido pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988 como parte dos direitos e garantias fundamentais e dos direitos e deveres individuais e coletivos. Veja-se:

*"Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]".*³⁷

2. Racionalização dos recursos naturais. É fundamental que as atividades produtivas considerem os limites dos ecossistemas e os utilizem de forma racional, visto assumir caráter de necessidade básica.

3. Gerenciamento ambiental da produção. Visa reduzir e controlar os impactos introduzidos por um empreendimento sobre o meio ambiente. Busca minimizar os riscos ambientais e os danos à

³⁵ PARLOFF, Harvey S. apud SILVA, José Afonso. *Qualidade de vida e meio ambiente. Diário Catarinense. Florianópolis, v. 48, n. 8.416, mar. 1998, p. 6.*

³⁶ SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo : Vértice, 1986. p. 196.*

³⁷ OLIVEIRA, Juarez de. *Constituição da República Federativa do Brasil; organização dos textos, notas remissivas e índices. 3. ed. São Paulo : Saraiva, 1989. p. 5.*

saúde e à segurança. Portanto, a inclusão da dimensão ambiental na administração da produção é fundamental.

É possível realizar boas práticas administrativas levando em conta o meio ambiente. Existem métodos de auditoria ambiental que contribuem para que os padrões ambientais determinados pela legislação sejam seguidos sem mácula.

4. Minimização dos resíduos e impactos ambientais.

Adotar o princípio do desenvolvimento sustentável implica não comprometer o meio ambiente e a sobrevivência das gerações futuras e demais espécies do planeta.

Na atualidade, as empresas almejam, através da implementação de tecnologias limpas, gerar zero resíduos (sólidos, líquidos e gasosos). Quando existem resíduos é importante que se considere sua reutilização em outro setor da cadeia produtiva, como geradores de valor agregado, dando consistência à economia e criando um fluxo de capital sustentável.

É, portanto, um processo de interdependência e de crescimento autocatalítico. Permite viabilizar a criação de novos empregos e atividades econômicas através da preservação ambiental e da prevenção contra a poluição. Na medida das possibilidades científicas e tecnológicas, a reparação do ambiente deve ser realizada pelas empresas operadoras.

• **Processo metodológico do desenvolvimento micro sustentável.** Sua principal finalidade reside em servir de guia destinado a propiciar o alcance de resultados. Assim sendo, está definitivamente comprometido com o desenvolvimento e com o processo de tomada de decisões, que procura conduzir a uma situação futura desejada.

Essencialmente, o desenvolvimento regional sustentável visa ligar a dinâmica histórica de conformação da situação presente a uma

situação futura desejada. Busca identificar os vetores de intervenção que apontam as tendências que a dinâmica em vigor projeta em direção à construção desse futuro pretendido. Dessa forma, esta modalidade de desenvolvimento se consubstancia na identificação dos *vetores de intervenção*, objetivos e ações em relação aos aspectos particulares mais importantes das três dimensões do desenvolvimento sustentável, a econômica, a social e a ambiental.

Com o desenvolvimento regional sustentável se desdobra o problema nos seguintes passos: identificação de ameaças e oportunidades; detecção de pontos fortes e pontos fracos; estabelecimento de estratégias; e implementação de ações.

No desenvolvimento micro regional sustentável, quanto maior a amplitude inicial do leque de idéias, maior será a garantia de que todas as possibilidades estão sendo colocadas em exame e, portanto, maior a probabilidade de dar certo.

3.4 Considerações

Toda ação interventora e reguladora planejada se assenta em um dado conhecimento que vai orientar o seu processo. Foi com base neste preceito que na fundamentação teórica acima buscou-se retratar a realidade nas qual se inscrevem os mercados globais e seus blocos econômicos de impactos transfronteiriços. Isto para que, num segundo momento, fossem apresentadas as modalidades de desenvolvimento necessárias ao vislumbre de perspectivas de estratégias de ocupação espacial.

Sobre a globalização da economia sabe-se que é um processo irreversível e em franca expansão. Nada restando aos países e às sociedades contemporâneas do que a adaptação a esta nova realidade e o estabelecimento de estratégias competitivas, a fim de que se assegurem as vantagens nacionais.

Entretanto, no que se refere às modalidades de desenvolvimento, entende-se que o intercâmbio e o aprendizado intercultural são bases fundamentais para que se alcancem desenvolvimento e equilíbrio social, político e econômico – elementos que se destacam, de forma pungente, dentro do desenvolvimento micro regional sustentável, conforme pode ser observado acima.

No entanto, cumpre seja observado que as estratégias de ocupação espacial surgem como ferramenta aplicável ao desenvolvimento micro regional, sendo que, neste trabalho, se inscrevem como um capítulo à parte.

4 ESTRATÉGIA DE OCUPAÇÃO ESPACIAL: FATORES ESTRUTURAIS E CONCEITUAIS APLICÁVEIS À MICRO REGIÃO

O objetivo deste capítulo é a apresentação de fatores estruturais e conceituais que influenciam o estabelecimento de estratégias de ocupação espacial. A observância e aplicabilidade por parte das municipalidades e investidores de tais fatores torna-se relevante ao seu desenvolvimento.

4.1 Introdução

As conseqüências oriundas do processo de globalização da economia e o crescimento populacional inevitavelmente empobrecerão certas regiões levando-as à estratificação social.

A criação de blocos econômicos impõe a todos os países uma aprendizagem intercultural baseada na troca de valores que vão além do âmbito da economia. Envolve, decerto, aprendizagem, desenvolvimento e equilíbrio social.

Mudanças aceleradas na economia mundial levam obrigatoriamente à necessidade de uma revisão na estratégia empresarial e conseqüentemente nos órgãos públicos responsáveis pelas políticas de desenvolvimento regional.

No tocante às estratégias empresariais, sua finalidade é o estabelecimento de diretrizes que levem as empresas a um avanço tecnológico e competitivo. Assim, aqueles que atualizarem seus programas de ação, inteirando-os a realidade conjuntural do ambiente, estarão aptos a “[...] *superar a concorrência, reduzir seus problemas e otimizar a exploração de possíveis oportunidades*”.¹

Com relação aos órgãos públicos, suas responsabilidades estendem-se na criação de medidas de fortalecimento estrutural, tornando-os participantes pleno de um processo de desenvolvimento local. Desse modo, a formação de uma infra-estrutura necessária ao aporte de investimentos empresariais consolida-se como fator estratégico à atração de novos empreendimentos e, conseqüentemente, em melhorias no campo econômico e social da região.

Em se tratando de desenvolvimento regional o Brasil é economicamente emergente. Com um ambiente econômico atualmente estável e com perspectivas otimistas de crescimento, portanto, encontra-se na mira de investimentos internacionais. Haja vista, o poder de consumo induzido pelo crescimento populacional e a grandeza territorial considerada continental. Além de investidores estrangeiros, existem nacionais, estaduais e locais ou seja, aqueles que desejam investir em uma nova estrutura física produtiva.

A efetivação desses empreendimentos passa necessariamente pela escolha de uma região. Mesmo diante da perspectiva de crescimento, encontram-se vários inibidores do desenvolvimento micro regional. Nesse momento, a competição entre as regiões para atrair investimentos começa a ser destaque. O principal entrave está proporcionado aos incentivos oferecidos pelo poder local àqueles que desejam edificar seus projetos numa certa região.

¹ OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Estratégia empresarial: uma abordagem empreendedora*. 2 ed. São Paulo : Atlas, 1991. p. 28.

4.2 Fatores estruturais

4.2.1 Competição entre regiões

Para Dreifuss,

*“fica claro que a questão da quantidade e qualidade dos recursos humanos e dos investimentos em ciência e em tecnologia se torna crucial para viabilizar o desenvolvimento de um país ou de uma empresa”.*²

*“Apesar da retórica de ‘menos Estado e mais mercado’, num aparente paradoxo, as corporações estratégicas esperam o máximo de apoio direto e indireto do ‘seu Estado’ nacional, no esforço de globalização”.*³

Isso reflete negativamente quando se pretende desenvolver um projeto de expansão micro regional. A consolidação de um pólo regional envolve problemas sociais, ambientais e de recursos, que nem sempre conseguem ser resolvidos apenas pelo poder público local e sua sociedade civil.

Entre as Unidades da Federação, o Estado de Santa Catarina procura estimular o desenvolvimento regional sob o

*“[...] ponto de vista estrutural com infra-estrutura básica, cessão de terreno, escoagem por portos e rodovias, energia e telecomunicações. Sob o ponto de vista financeiro, com isenção de impostos (postergação) e sob o ponto de vista operacional, com mão-de-obra qualificada e proximidades dos mercados”.*⁴

Criou a Lei do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) que estimula o desenvolvimento do Estado

² DREIFUSS, René Armand, *op. cit.*, p. 215.

³ *Id. ibid.*, p. 226.

⁴ CHRISTOFOLETTI, Rogério. SC diz ter condições para disputar a Ford. *A Notícia*. Joinville, n. 21.592, 05 maio 1999, p. A-11.

através de incentivos. E oferece como principal fonte de recursos para a indústria catarinense o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Agência Catarinense de Fomento (BADESC) e ainda dispõe, além de outros, de parceria com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BRDE).⁵

Segundo Junior *“O aproveitamento de oportunidades de mercado, significa que as empresas buscam as fontes de recursos economicamente mais vantajosas no momento”*.⁶ Isso significa que em muitos casos uma região é preterida em relação a outra por não ter recursos transformados em incentivos a oferecer. Esse poder de barganha por parte dos empresários é facilitado por existirem em cada Estado da Federação políticas de desenvolvimento locais que contemplam àqueles que desejam investir. E quando o propósito do empreendedor não requer certas características particulares de uma região, sua decisão poderá ser direcionada às vantagens oferecidas em contrapartida à sua instalação.⁷

Só para ilustrar as diferentes políticas de incentivos, o Estado de Minas Gerais, talvez o mais avançado em concessões de incentivos fiscais, opera institucionalizado com seus atrativos previstos em lei. Não existe atualmente doação de receitas e sim priorização do interesse social e a participação da sociedade civil. Hoje, o Estado pratica o financiamento de parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A criação de fundos especiais como o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FIND) que abriga projetos de vários portes e o Fundo de Desenvolvimento de Empresas Estratégicas (FUNDIEST) utilizado na atração de grandes empreendimentos. Porém, não esqueceu da importância das micro e pequenas empresas, criando à elas um fundo especial junto ao qual recebem financi-

⁵ CHRISTOFOLETTI, Rogério, *ibid.*

⁶ EID JÚNIOR, William. *Custo e estrutura de capital: o comportamento das empresas brasileiras. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 36, n. 4, p. 51-59, out./nov./dez. 1996.*

⁷ *Id. ibid.*

amento para capital fixo, sem a exigência de garantia real com carência de três anos e juros fixos de 12% ao ano.⁸

Já o Estado de São Paulo, beneficiado por sua localização e densidade demográfica, ampliou seus espaços de crescimento industrial pelo interior. Sem oferecer incentivos fiscais às organizações e oferecendo contrapartidas na área de infra-estrutura, consegue atrair empresas de vários setores.⁹

O Estado de Pernambuco, criou o Programa de Incentivos Fiscais (PRODEPE) que oferece redução de impostos para todas as transações. Pretende atrair empreendimentos industriais e formar um centro regional de alta tecnologia, além do que oferece infra-estrutura com sistemas de abastecimento de água tratada, gás natural, energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados.¹⁰

Em outros casos, o problema está na capacidade operacional da empresa. Busca-se a atração de empresas de grande porte, enquanto que pequenas e médias empresas não têm as mesmas vantagens.

“Conforme o SEBRAE, as micro e pequenas empresas são responsáveis por 43% dos empregos formais no Brasil, por 28,22% do PIB e por 98,23% do total de empresas registradas o que significa 4,6 milhões de estabelecimentos. Conforme o IBGE, em 1997 (último dado disponível), 9,48 milhões de brasileiros trabalham em firmas informais.”¹¹

⁸ LOBATO, Pedro. Incentivos fiscais chegam à maturidade, balanço anual; Minas Gerais. *Gazeta Mercantil*, publ. anual, v. 7, n. 7, out. 2000, p. 22-24. (Publicação anual)

⁹ CALAIS, Alexandre. Vantagens à moda paulista, balanço anual. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 5, n. 5, nov. 2000, p. 18-19. (Publicação anual)

¹⁰ EMILIO, Paulo. O novo desenho do setor industrial, balanço anual – Pernambuco. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, v. 5, n. 5, nov. 2000, p. 20, 22. (Publicação anual).

¹¹ MEURER, Elmar. Micro e pequenas reúnem-se em Joinville. *Gazeta Mercantil/SC*. Joinville, v. 80, n. 21913/606, set. 2000, p. 3, 06.

O fato de se privilegiar determinados empreendimentos, principalmente aqueles que representam empresas de grande porte, encontra resistência por parte de alguns segmentos da sociedade. Especificamente em Santa Catarina, existem defensores de que a aplicação de recursos em incentivos poderia ser pulverizado entre vários pequenos e médios empreendedores. Para Floriani, Presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Estado de Santa Catarina (FAMPESC), não deveria existir concessão de benefícios para que as empresas (montadoras e outras de grande porte) se instalem no Estado.

“Por que é que não se privilegia com benefícios as empresas que já estão fazendo a nossa economia funcionar? É preciso se pensar no custo social antes de conceder vantagens. Metade dos recursos dados às montadoras, se aplicados no setor micro e pequenas empresas, dobraria a oferta de empregos, com retorno muito mais rápido.”¹²

Considerando-se os dados acima expostos, a viabilidade de concentrar esforços na realização de um fundo ou programa que contemple as necessidades estruturais do pequeno e médio empregador, abriria perspectivas às micro regiões de criarem seus programas particulares de incentivos, sempre apoiados no cumprimento dos dispositivos ofertados pelos estados.

A realização desses dispositivos não podem gerar apenas ‘ciclos políticos de negócios’ (CPNs). Segundo Neri e Carega,

*“A principal característica dos CPNs são reduções do desemprego em períodos pré-eleitorais, resultante de políticas cujo objetivo é proporcionar um ambiente positivo capaz de influenciar o resultado eleitoral”.*¹³

¹² FLORIANI, Luiz Carlos apud Christofoletti, Rogério. ICMS é utilizado na guerra pela indústria automobilística. *A Notícia*, Joinville, n. 21.589, 02 maio 1999, p. B3.

¹³ NERI, Marcelo Côrtes, CAREGA, Fabrício. Eleições e políticas econômicas oportunistas. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 80, n. 21.981, 15-16-17 dez. 2000, p. A3.

Aos governantes regionais cabe a sedução de investidores com projetos de qualificação estrutural, com políticas de crescimento econômico sustentável bem definidas e elaboradas, com base nos recursos humanos, materiais, naturais e de infra-estrutura social.

Ao setor privado compete concentrar esforços para proporcionar à sociedade sob o ponto de vista econômico, mercadológico, social e ambiental o atendimento às necessidades da população. Desencadeando, dessa forma, oportunidades de crescimento, geração de empregos e melhoria na qualidade de vida regional.

4.2.2 Renúncia fiscal

Entre os fatores atrativos que influenciam os empresários a investirem em certa região encontra-se a renúncia fiscal. Oferecida como modo de incentivarem à instalação de determinadas indústrias em detrimento de outras, dependendo, principalmente, do volume da contrapartida (muitas vezes duvidável), facilitam em muito a algumas empresas que visualizam nesse subsídio, além da vantagem competitiva, uma forma de tomar fôlego frente ao volume investido.

Segundo Christofolletti,

"[...] a renúncia fiscal acontece quando o Estado deixa de recolher a íntegra ou parte de impostos incidentes sobre produtos e serviços".¹⁴ Essa liberdade concedida pelo governo, exerce a função de incentivar atividades econômicas.¹⁵

Para Kupfer,

"A lista de vantagens e prejuízos potenciais, quando governantes planejam conceder incentivos com o objetivo de atrair empresas para os seus estados, é de tal forma ampla e diversificada que as

¹⁴ CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Renúncia fiscal vale a pena. A Notícia. Joinville, n. 21589, 02 maio 1999, p. B1.*

¹⁵ *Id. ibid., p. B2.*

*decisões, na falta de uma luz segura no fim do túnel, costumam obedecer a cálculos mais de natureza política do que técnica.*¹⁶

A ansiedade dos governos em atender a pressões populares que cobram investimentos na área do desenvolvimento local, direciona a decisões que podem trazer desvantagens futuras, mal planejadas que afetam o custo social. Além de reduzirem, isentarem ou postergarem impostos, em alguns casos, existe aplicação direta de recursos para a efetivação de empreendimentos privados.¹⁷

Essa ferramenta de desenvolvimento utilizada pelos governos, além de conceder subsídios, em muitos casos pode significar proteção de mercado. A contrapartida em benefícios sociais deverá ser rigorosamente controlada. Para Arbix, Prof. do Depto. de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), *“é fundamental que o Estado fixe metas, objetivos, tenha um plano para que os subsídios estejam intimamente vinculados ao desempenho da empresa”*.¹⁸ Condição a concessão ao cumprimento de metas seria exigir reciprocidade das empresas.

4.2.3 Centros tecnológicos

Para que uma região possa se estabelecer no mercado como pólo industrial e/ou comercial é preciso revelar algum potencial favorável ao desenvolvimento de características que atendam as necessidades exigidas ao segmento.

Mão-de-obra especializada e centros de formação que dêem suporte a novas especializações, são vistos como fatores positivos e essenciais para se colocar a economia micro regional ao alcance da

¹⁶ KUPFER, José Paulo. *O day after da guerra fiscal. Gazeta Mercantil. Joinville, v. 80, n. 21.913, 06 set. 2000, p. A3.*

¹⁷ *Id. ibid.*

¹⁸ ARBIX, Glauco. *Subsídio exige reciprocidade. Zero Hora. Porto Alegre, v. 36 n. 12.321, 16 maio 1999, p. 8.*

competitividade. Aliados a esses fatores, uma boa infra-estrutura e uma eficiente política de incentivo à implantação e expansão de projetos produtivos minimiza os riscos dos investidores e, proporcionalmente, aumenta a possibilidade de sucesso.

De acordo com Dreifuss *"Em termos produtivos, a corporação se organiza em torno de corações tecnológicos e da competência crucial necessária para desenvolvê-los"*.¹⁹ Dentre os municípios-membros de uma micro região aquele que melhor apresentar infra-estrutura, cumpre-lhe o compromisso de ser o núcleo pensante e capacitador das exigências oriundas de projetos empresariais destinados àquela área.

Nesse contexto, a capacidade estrutural micro regional em termos de ofertas de centros universitários e de pesquisa, transforma-se em ferramenta poderosa de capacitação de investimentos.²⁰

Para Naveira, *"O avanço tecnológico exige um crescente desafio educacional por desencadear significativas modificações na maneira de planejar, organizar e gerenciar cada ciclo de evolução tecnológica"*.²¹ Assim sendo, a formação de um centro micro regional de alta tecnologia localizado estrategicamente passa a se revestir do caráter de ponto forte à atratividade para empresas de base tecnológica.

Outro fator relevante encampa a criação de um fundo de fomento à pesquisa tecnológica em setores com grande potencial de crescimento. Entendendo-se, portanto, que toda a capacidade estrutural oferecida por uma região ao futuro investidor, facilitaria sua indução na escolha do local exato para o estabelecimento de sua em-

¹⁹ DREIFUSS, René Armand, *op. cit.*, p. 48.

²⁰ *Id. ibid.*

²¹ SILVA, Lenilson Naveira e. *A 4ª Onda: Os novos rumos da sociedade de informação*. Rio de Janeiro : Record, 1989. p. 153.

presa.²²

4.2.4 Pesquisas científicas

O desenvolvimento tecnológico de um país não depende apenas da importação de tecnologias. O maior respeito conquistado num mercado competitivo e globalizado se dá na eficiência do desenvolvimento de suas pesquisas.

Promover o incentivo às pesquisas científicas é obrigatoriedade a quem precisa se posicionar tecnologicamente dentro do mercado. Desse modo, além dos incentivos patrocinados pelo governo dentro das instituições de ensino, a iniciativa privada e a sociedade têm a responsabilidade de apoiar toda manifestação científica que tenha o propósito de melhorar as condições da qualidade de vida local.

4.2.5 Incubadoras

Inovação e competitividade são duas palavras essenciais a quem desejar que o seu empreendimento possa participar e consolidar-se tecnologicamente num ambiente caracterizado por sucessivas mudanças. A elas pode-se agregar a capacidade de realização.

Segundo Pasini *"A capacidade de realização do empreendimento depende da eficiência com que as atividades são executadas e da eficácia com que o processo é gerido"*.²³ Desenvolver apropriadamente as tarefas e viabilizar o empreendimento são responsabilidades que envolvem recursos humanos e materiais. Transformar conhecimento em produtos, processos e serviços criando negócios inovadores são desejos perseguidos pelos detentores de idéias.

²² SILVA, Lenilson Naveira e, *ibid.*, p. 153.

²³ PASINI, Sandro. *Velocidade, inovação e integração*. *Gazeta Mercantil SC*. São Paulo, v. 3 n. 21955/648, 07 nov. 2000, p. 2.

A combinação entre o capital físico e o intelectual é determinante para a evolução de um empreendimento.²⁴ A dificuldade de se estabelecer uma harmonia neste quesito, implode muitos projetos considerados relevantes para se conquistar a modernização.

Para viabilizar a concretização de alguns empreendimentos idealizados por pequenas e médias empresas ou estimular a continuidade de pesquisas, surgiu a idéia de se concentrar num mesmo espaço, com apoio de alguma instituição pública ou privada, vários investimentos capazes de alavancar o desenvolvimento de novas tecnologias. Esse *“agente nucleador do processo de geração e consolidação de micro e pequenas empresas”*,²⁵ é chamado de incubadora por dar o suporte inicial necessário àqueles que detêm algum tipo de tecnologia com potencial promissor.

Segundo o Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas (PNI), a incubadora conta com um espaço físico especialmente construído ou adaptado para alojar temporariamente micro e pequenas empresas industriais ou de prestação de serviços conferindo-lhes condições favoráveis para detectar tendências, incorporar novidades e acompanhar as mudanças do mercado. Podendo abrigar empresas de base tecnológica, empresas dos setores tradicionais ou ainda apresentar-se na forma mista.²⁶

4.2.6 Cluster

É anseio das organizações se tornarem competitivas e inserirem-se no mercado. Isoladamente correm o risco de encontrarem dificuldade de atingir seus objetivos. Um indivíduo quando participa

²⁴ EDVINSSON, Leif, MALONE, Michel S. *Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos*. São Paulo : Makron Books, 1998. p. 179.

²⁵ BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Programa nacional de apoio a incubadoras de empresas (PNI)*. <www.mct.gov.br/prog/empresa/pni/intro.htm> Acesso em: 05/04/01.

²⁶ *Id. ibid.*

de um grupo, psicologicamente sente-se protegido e adquire coragem de manifestar-se com mais freqüência. Assim ocorre com as empresas. As aglomerações industriais setorialmente especializadas colaboram à essa indução.²⁷

Nessa concentração de empresas de um mesmo setor num raio entre cidades relativamente próximo, conhecida como *cluster*, segundo Campos e colaboradores, fazem parte as indústrias do produto final da cadeia produtiva, fornecedores de insumos, de máquinas e equipamentos, instituições de ensino técnico, de tecnologia e de coordenação.²⁸

Viver o mercado no qual se estiver inserido, é regra para qualquer organização. “A articulação entre concorrência e cooperação produz resultados em termos de competitividade”.²⁹ O fato de se conviver em proximidade, mesmo não existindo uma relação interfirmas,³⁰ aguça o espírito competitivo e o desenvolvimento de estratégias voltadas à inovação e diferenciação. O *cluster* dá a oportunidade de aproximação à cadeia produtiva agregando fatores de competitividade essenciais na estrutura, no contexto empresarial e nas condições competitivas.

4.2.7 Distritos industriais

Atraindo empresas de segmentos diferenciados e, especificamente no Brasil, desenvolvidos em áreas fornecidas através de doações, concessões, licitações, principalmente, pelos governos mu-

²⁷ LINS, Hoyêdo Nunes. *Reestruturação industrial em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90*. Florianópolis : UFSC, 2000. p. 45.

²⁸ CAMPOS, Renato Ramos, NICOLAU, José Antônio, CÁRIO, Sívio Antonio Ferraz. *Processos de aprendizagem tecnológica em sistemas produtivos locais: O caso da empresa cerâmica em Santa Catarina*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/redepesq/produtos/anpec/encontro/trabalhos/econo.../RRCampos.htm>> Acesso em: 08/04/01. p. 4

²⁹ LINS, Hoyêdo Nunes, *loc. cit.*

³⁰ *Id. ibid.*

nicipais com o intuito de obterem investimentos às suas cidades, aparecem os distritos industriais.

Segundo Garcia, sua definição consiste em *“regiões delimitadas geograficamente que possuem forte concentração de pequenas e médias empresas de um determinado setor ou segmento industrial.”*³¹ Porém, existe distorção ou semelhança nessa definição. Semelhança quando a observamos como *cluster* (concentração de determinado setor ou segmento industrial) e distorção quando entendemos que num distrito industrial os segmentos geralmente são diferenciados e delimitados geograficamente dentro de apenas um município e não numa alusão com raio de ação maior.

4.2.8 Comunicação

A expansão do sistema de comunicação envolvendo todas as possibilidades – voz, dados, imagens – torna-se fator essencial para a atração do setor privado e porque não, das necessidades da própria estrutura pública, constituem-se ponto obrigatório de análise em qualquer estabelecimento de políticas de desenvolvimento.

4.2.9 Tecnologia da informação

Para Naveira,

*“Existem dois poderosos agentes de transformação dos homens e das estruturas sociais, a tecnologia que historicamente tem se mostrado um dos fatores de transformação das sociedades e a informação que se constitui no mais forte e poderoso fator de transformação dos homens e, conseqüentemente, das estruturas sociais”.*³²

³¹ GARCIA, Renato de Castro. *Aglomeraciones setoriais ou distritos industriais: um estudo das indústrias têxtil e de calçados no Brasil*. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/polind/estudosp.html>> Acesso em: 08/04/01. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas, Instituto de Economia)

³² SILVA, Lenilson Naveira e, *op. cit.*, p. 29.

Segundo Richers “O futuro das empresas está na mão da Tecnologia da Informação”.³³ Alimentar-se de informações e transformá-la em ferramentas de competitividade é regra hoje no mercado. “Informação está se tornando cada vez mais um conhecimento de causa que aufere o poder”.³⁴ O impacto que as novas tecnologias desenvolvidas causam nas organizações está na velocidade que se processam, muitas vezes só acompanhadas pelas grandes corporações. Para as empresas de menor porte o desconhecimento e falta de recursos impedem sua utilização numa amplitude contextualizada.³⁵

A infra-estrutura hoje exigida para que se possa acompanhar as mudanças conduz a uma era digitalizada. Para sustentar o crescimento econômico de forma competitiva com ganhos de produtividade é de suma importância que alguns setores da economia desenvolvam seus trabalhos com base em informações recebidas e/ou transmitidas em tempo real. O sistema de fibra ótica colabora com a tecnologia de informação acelerando o processo, dando condições para que diferentes fontes de pesquisa possam ser checadas e trabalhadas instantaneamente.

4.2.10 Call center

Clientes satisfeitos e fiéis, atendimento personalizado, maior produtividade nas rotinas das organizações, interação entre cliente, produto ou serviço e empresa, multiplicidades de informações que geram melhorias ou desenvolvimento de novos produtos, são algumas das exigências impostas pelo mercado atual.

A obrigação das empresas de possuírem uma central de atendimento aos clientes pela legislação do Código de Defesa do Consumidor, trouxe à tona uma idéia até então pouco difundida – a

³³ RICHERS, Raimar, *op. cit.*, p. 230.

³⁴ *Id. ibid.*, p. 234.

³⁵ *Id. ibid.*

criação de espaços especializados em oferecer “*produtos e serviços para atender às reclamações do cliente e torná-lo fiel a uma marca*”.³⁶

Essas centrais de relacionamento com clientes, batizadas como *call centers*, geralmente utilizadas por grandes corporações devido ao elevado custo de instalação e manutenção, poderão vir a ser uma alternativa interessante para as pequenas e médias empresas que pretendam personalizar o atendimento e se manterem competitivas no mercado.³⁷

O crescente uso da Internet como canal de pesquisas e negócios, permite que os *call centers*, fiquem ainda mais dinâmicos e recebam outra denominação conhecida como *contact center* que permite, segundo Rosa “*o atendimento de ligações telefônicas integrado a outros meios de comunicação*”.³⁸

Para Vieira,

“*O funcionamento de um call center, seja ele terceirizado ou não, no geral baseia-se em um tripé composto pela tecnologia, recursos humanos e bancos de dados. A parte tecnológica envolve a telefonia digital, software de gestão de telemarketing e um software de discagem.*”³⁹

O custo de implantação e manutenção de um *call center* torna-se inviável, para a maioria das empresas de menor porte. Porém, sua contribuição como ferramenta de informação rápida sobre produtos, serviços e clientes e em números expressivos para que possam ser tomados como referencial para alguma tomada de decisão,

³⁶ ROSA, João Luiz. *Um negócio lucrativo e cada vez mais disputado. Relatório da Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 80, n. 21.950, 31 out. 2000, p. 1. (Call center)

³⁷ MODENA, Carla. *Serviço permite aos bancos aperfeiçoar relação com clientes. Relatório da Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 80, n. 21.950, 31 out. 2000, p. 3. (Call center)

³⁸ ROSA, João Luiz, *loc. cit.*

³⁹ VIEIRA, Beatriz. *Por que é difícil estimar o custo de implantação. Relatório da Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 80, n. 21.950, 31 out. 2000, p. 5. (Call center)

contribui em muito, a diversos setores produtivos da economia.

4.2.11 Alternativas energéticas

Dentre os fatores que alavancam o desenvolvimento econômico de uma região encontra-se o padrão de infra-estrutura energética oferecida. A demanda consumida pelas indústrias responsáveis pelo desenvolvimento produtivo somada a outras fontes de consumo de energia, caso não sejam tomadas providências reestruturadoras, estabelecem previsões de futuros racionamentos.

Para estimular a expansão das organizações já estabelecidas e atrair novos empreendimentos tem-se a necessidade de melhorar o oferecimento de alternativas energéticas. Nessa premissa, o projeto de reestruturação do sistema elétrico brasileiro abrirá o mercado para a livre concorrência, tornando viável a descentralização do setor, criando oportunidades diversas de geração e consumo.

O Estado de Santa Catarina é atualmente dependente de importação de energia. De acordo com a Revista Balanço Anual da Gazeta Mercantil, gera apenas 4% do que consome. Porém, em dois anos passará a produzir energia excedente, tornando-se mais atrativo aos *investidores*.⁴⁰

Como alternativas energéticas capazes de dar suporte aos empreendimentos do Estado, pode-se registrar em funcionamento, em fase de implantação ou em estudo de viabilidade de projeto, usinas hidrelétricas e termelétricas. Essas, segundo Louzado, movidas a carvão mineral, a gás e resíduos sólidos, entre eles, a serragem e o lixo urbano.⁴¹

Além da serragem e o lixo urbano que começam a ser utili-

⁴⁰ SILVESTRINI, Gladinston. *Obras para iniciar o século; balanço anual: Santa Catarina. Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 7, n.7, ago. 2000, p. 38-39. (Publicação anual)

⁴¹ LOUZADO, Vítor Hugo. *Térmicas terão US \$ 1,8 bi. A Notícia*. Joinville, n. 21.579, 23 abr. 2000, p. B3.

zados em projetos termelétricos no Estado, outras fontes de energia podem ser utilizadas dentro do conceito de biomassa . A queima de resíduos sólidos sem valor comercial pode trazer a solução para o destino final dos rejeitos das indústrias e representar ganhos em termos de economia.⁴²

Outra novidade do setor atualmente restrita às regiões litorâneas do Estado e adjacências é a distribuição de gás natural através de gasoduto. Esta fonte de energia, segundo Nunes “[...] é considerado um combustível ecológico porque não libera substâncias tóxicas durante a combustão, é incolor, inodoro e mais leve que o ar, facilitando a dispersão e reduzindo os riscos de explosão.”⁴³

4.2.12 Estrutura modal

Segundo Martins e Salvado “[...] os transportes estão sincronizados nos esforços logísticos das empresas, de reduzir os custos.”⁴⁴ Uma tendência lógica para a situação está nos avanços tecnológicos desenvolvidos no sentido de facilitar o volume de cargas. Outra, são as condições apresentadas pelas estruturas modais oferecidas como instrumentos facilitadores do escoamento produtivo.⁴⁵

Para uma região ter plenas condições de aumentar sua competitividade no mercado é necessário que apresente e utilize de forma efetiva suas opções de transportes. O Estado de Santa Catarina, geograficamente pouco distante do principal centro consumidor do país e do Mercosul, possui estradas, aeroportos, ferrovias e portos, destacando-se no cenário nacional como opção para investimento.

O modal rodoviário, o mais utilizado na economia domésti-

⁴² Biomassa. *Revista Globo Rural*. v. 7, n. 81, jul. 1992, p. 3-27. (Caderno economia).

⁴³ NUNES, Claudine. *Indústrias prontas para o uso do gás natural*. *A Notícia*. Joinville, n. 21545, 19 mar. 2000, p. B1.

⁴⁴ MARTINS, Ricardo S., SALVADO, Eliane L., *A incorporação de tecnologias nos transportes*. *Gazeta Mercantil SC*. São Paulo, v. 2, n.22.006/699, 23 jan. 2001, p. 3.

⁴⁵ *Id. ibid.*

ca, apresenta boa malha, liga a AMUREL aos municípios confrontantes, demais municípios do Estado e, também, com outras regiões (nacionais e internacionais).

Neste sentido, merece destaque para a duplicação da BR-101 (trecho Florianópolis – extremo Sul do Paraná) e comprometimento do governo federal com o término do trecho restante da Rodovia (sentido Sul – extremo Norte do Estado do Rio Grande do Sul).

O setor comercial das ferrovias dá sinal de diversificação de cargas, porém, ainda tem como principal volume transportado, grãos e minérios. O modal ferroviário, apresenta malhas desconectadas que dificultam maior integração no sentido de satisfazer as exigências de uma distribuição.

Porém, está em estudo ampliação na via férrea litorânea em 470 quilômetros. Segundo Celso Schurhoff, assessor de planejamento do Consórcio Ferrovia Tereza Cristina (FTC), o projeto inicial “[...] prevê a ampliação de 250 quilômetros no sentido Norte e 220 quilômetros no sentido Sul [...],”⁴⁶ unindo o porto de Imbituba à malha ferroviária que passa em Joinville (SC) e o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (GERASUL), em Capivari de Baixo (SC), a Canoas (RS). Ainda existe a possibilidade de se expandir outras redes férreas no Estado.

No modal aquático o Estado Santa Catarina tem grande representatividade nacional com o transporte marítimo. São três portos comerciais, o de São Francisco do Sul, o de Itajaí e o de Imbituba, e um pesqueiro, em Laguna. Para as empresas que têm como meta exportar, a preocupação de proximidade com portos não existe. Para quem pretende utilizar a navegação costeira como forma de reduzir custos e ser competitivo no mercado, os portos catarinenses realizam serviços de cabotagem. Já as hidrovias, basicamente são explo-

⁴⁶ SCHURHOFF, Celso apud BAGIO, João Henrique. *FTC busca parceiros para investir US \$ 330 milhões. Gazeta Mercantil SC. São Paulo, v. 3, n. 21960/653, 16 nov. 2000, p. 6.*

radas pelo turismo, não encontrando ressonância comercial.

O desempenho da estrutura aeroportuária do Estado de Santa Catarina apresenta o Aeroporto Internacional Hercílio Luz em Florianópolis como principal destaque no setor. Os municípios de Blumenau, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Joaçaba, Joinville, Lages, Navegantes, São Miguel do Oeste e Videira, possuem aeroportos públicos pavimentados em funcionamento, enquanto que outras cidades estão estudando a viabilidade de implantação de outras pistas.

4.2.13 Outros fatores estruturais

Alguns fatores estruturais, também importantes à estratégia de ocupação espacial, são: *educação, saúde e saneamento*.

A *educação* como preceito de todas as atividades e em todos os níveis – *pré-escolar, fundamental, médio e superior*; a *saúde*, com prioridade a investimentos voltados à melhoria das condições da população; e o *saneamento*, atualmente com índice de satisfação não adequado às necessidades básicas. Tais fatores reforçam as condicionantes através de investimentos empresariais à Micro Região.

Outro elemento estrutural que se inscreve com forte relevância, já definido no capítulo 3, é o desenvolvimento sustentável, vez que funciona não apenas como elo entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, mas, também contribui à consolidação dos três fatores acima observados. De acordo com Jöhr,

“Fazer com que as forças de mercado operem para proteger e aprimorar a qualidade do meio ambiente – com a ajuda de modelos baseados em tal desempenho e o uso prudente dos outros instrumentos econômicos numa harmoniosa estrutura reguladora – é um dos maiores desafios que o mundo enfrentará nesta década.”⁴⁷

⁴⁷ JÖHR, Hans. *O verde é negócio*. 2. Ed. São Paulo : Saraiva, 1994, p. 160.

Adequar práticas produtivas e gerenciais das empresas à sustentabilidade requer, segundo Jöhr, eficiência, enquadramento, economia, educação, engajamento, excelência e ética. As novas estratégias empresariais na visão ecologicamente correta impõem uma nova ordem econômico-ecológica, passando por gerenciamento ambiental por parte das autoridades e gerenciamento ecológico dentro das práticas sociais das empresas.⁴⁸

4.3 Fatores conceituais

4.3.1 Ambiente

É imprescindível para qualquer ação administrativa a análise ambiental. *"Ambiente é tudo que envolve uma organização"*.⁴⁹ É o contexto dentro do qual uma organização está inserida. Isso faz com que tudo que ocorrer externamente passe a influenciar internamente o ambiente organizacional.⁵⁰

A inserção de uma organização dentro de um contexto ambiental favorável, quando observadas as estratégias de ocupação espacial, leva implícita a passagem do conceitual para o estrutural, vez que as melhorias consolidadas decorrerão das medidas de fortalecimento que forem adotadas.

4.3.2 Criatividade

Durante anos a criatividade ficou relacionada à arte. A capacidade e necessidade de inovar, gerava uma busca constante de experiências inusitadas distante da intelectualidade comum. Com o passar dos tempos, a população mundial cresceu abruptamente, gerando o surgimento de várias necessidades.

⁴⁸ JÖHR, Hans, *ibid.*

⁴⁹ CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. 3. ed. São Paulo : McGraw-Hill, 1983. p. 340.

⁵⁰ *Id. ibid.*

A perspectiva de aumento de uma economia local através da instalação ou expansão de empresas, também contribui para o crescimento populacional. Conseqüentemente, faz surgir problemas com saneamento básico decorrente do crescimento desordenado, o que dificulta a efetivação de planos voltados à resolução de problemas que garantam melhor qualidade de vida à sociedade.

Segundo chegar a uma infra-estrutura adequada que contribua para o desenvolvimento regional, deve-se buscar incessantemente soluções criativas de modo a contribuir com uma boa oferta de educação básica, saúde, habitação e lazer para a população.

A urbanização e a conscientização crescente da população, encontrou no homem comum, um aliado importantíssimo e favorável à geração de idéias inovadoras. Caso as lideranças locais conseguirem enxergar que a solução está centralizada na própria população e desenvolverem mecanismos que oportunizem às pessoas crescerem como cidadãos, despertará, além da consciência, interação com os problemas que se lhes apresentarem.

Para Alencar *"as transformações tecnológicas fazem surgir novos desafios, obrigando-nos a buscar na criatividade resultados almejados para se enfrentar as mudanças."*⁵¹ Tendo em vista que a criatividade do homem vem à tona quando problemas situacionais emergem. Diante dessa premissa, pode-se crer que a capacidade intelectual do homem precisa estar sempre sendo colocada em prova.

Buscar soluções diante das dificuldades estabelecidas pelo progresso não trazem algum obstáculo a quem busca crescer profissionalmente. As exigências impostas pela modernização requerem regionalmente um capital intelectual bastante desenvolvido, com total capacidade de se manifestar positivamente diante de situações sur-

⁵¹ ALENCAR, Eunice M. L. Soriano. *Desenvolvendo a criatividade nas organizações: o desafio da inovação*. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 6, nov./dez. 1995, p. 6-11.

gidas em função de necessidades não satisfeitas.

4.3.3 Inovação

A inovação tem sido produto da necessidade e a criatividade um recurso na resolução de problemas. A necessidade humana de explorar, de aprimorar e de criar será sempre indiscriminada e insaciável, gerando pressões permanentes. Essa indução à inovação decorrente das necessidades humanas, direciona as organizações a uma adaptação comportamental diante das tendências mundiais.

Conforme Dreifuss,

*"O planeta tem uma 'nova cara', modelada por acelerados processos em curso – de diferenciação, diversificação e recomposição econômica e político-estratégica – que espelham a dinâmica de uma verdadeira transformação das bases científico-tecnológicas e culturais das sócio economias avançadas."*⁵²

O fortalecimento do desenvolvimento regional requer uma política voltada à modernização. O *capital estrutural* combinado com o *capital intelectual* de uma região, contribuem para o aumento significativo das diferenças regionais. E, como consequência, a capacitará para receber empreendimentos que a beneficiarão.⁵³

4.3.4 Competitividade

Ferraz e colaboradores definem competitividade como *"a capacidade da empresa formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado"*⁵⁴ e afirmam que existem fatores

⁵² DREIFUSS, René Armand, *op. cit.*, p. 13.

⁵³ EDVINSON, Leif, MALONE, Michel S. *Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos*. São Paulo : Makron Books, 1998. p. 32-40.

⁵⁴ FERRAZ, João Carlos, KUPFER, David, HAGUENAUER, Lia. *Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria*. Rio de Janeiro : Campus, 1995. p. 3.

determinantes da competitividade. Os fatores empresariais que têm poder de decisão e podem ser controlados e modificados, os fatores estruturais, segundo os quais a capacidade de intervenção da empresa é limitada pela mediação do processo de concorrência e os fatores sistêmicos, constituídos de externalidades *strictu senso* para a empresa produtiva.⁵⁵

Esses fatores, além de influenciarem o poder competitivo das empresas de um modo geral, podem ser associados às estratégias de ocupação espacial. Quando considerar-se as políticas de atração oferecidas aos investidores e as vantagens competitivas a elas associadas, dependerá apenas da visão empresarial a decisão pela efetivação de seu empreendimento em tal região.

Para Zaccarelli,

*“Um fator de competitividade se transforma em vantagem competitiva de uma empresa quando os respectivos consumidores e clientes reconhecem que naquele fator a empresa tem uma situação melhor, diferenciada, em relação aos seus concorrentes.”*⁵⁶

Ao trocarem-se as posições na afirmação acima, considerando-se agora o empresário como consumidor ou cliente e municipalidades como as empresas que têm um tratamento diferenciado (infra-estrutura básica, apoio a tecnologia, e outros) uma região estará em vantagem competitiva com relação a outras.

4.3.5 Sustentabilidade

Estar atualizado tecnologicamente e agir ecologicamente é pensar em atuações econômicas e empresariais.⁵⁷ Hoje, as empresas

⁵⁵ FERRAZ, João Carlos, KUPFER, David, HAGUENAUER, Lia, *ibid.*, p. 3.

⁵⁶ ZACCARELLI, Sérgio Baptista. *A nova ideologia da competição*. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 1, p. 14-21, jan./fev. 1995.

⁵⁷ JÖHR, Hans, *op. cit.*, p. 25.

que atuam com políticas gerenciais direcionadas à sustentabilidade estão mais aptas a permanecerem no mercado. O mundo de um modo geral está cada vez mais exigente com relação a produtos manufaturados. Esses têm que estar adequados a novas tecnologias ambientais.⁵⁸

Segundo Lima, sustentabilidade

"[...] expressa a conveniência equilibrada entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais do desenvolvimento de forma que se preservam os recursos naturais do planeta, a dignidade humana e o retorno financeiro do investimento."⁵⁹

A contribuição do empresariado em desenvolver tecnologias limpas e oferecê-las através de produtos e/ou serviços a humanidade é compartilhada e que tende a se afirmar entre as sociedades. Diante da necessidade e da vontade em se lançar o desenvolvimento regional como forma de trazer qualidade de vida aos habitantes locais é preciso que se apoie a idéia de desenvolvimento sustentável.

4.3.6 Planejamento

Adequar ações às mudanças de mercado é gerenciar estrategicamente os objetivos de um empreendimento. De acordo com Gracioso, o planejamento daquilo que se pretende seja alcançado refere-se a *"criar condições para o crescimento equilibrado [...]"*.⁶⁰ É conduzir decisões e desenvolver negócios com base num plano orientado à antecipação e aos fatores que ocorrem no ambiente externo e que influenciam a performance desse mesmo empreendimento.⁶¹

⁵⁸ JÖHR, Hans, *ibid.*, 42.

⁵⁹ LIMA, Luiz Fernando do Cime. *Sustentabilidade e visão empresarial. Gazeta Mercantil. São Paulo*, v. 80, n. 21989, 28 dez. 2000, p. A2.

⁶⁰ GRACIOSO, Francisco. *Planejamento estratégico orientado para o mercado: como planejar o crescimento da empresa conciliando recursos e "cultura" com as oportunidades do ambiente externo*. 3. ed. São Paulo : Atlas, 1996. p. 17.

⁶¹ *Id. ibid.*

No entanto, tratando-se de estratégia de ocupação espacial, é primordial observá-lo como ferramenta utilizada no estabelecimento de perspectivas de crescimento, que serão consolidadas através de políticas de desenvolvimento regional.

De forma genérica, ampla e complexa, deve fazer parte dos interesses de grandes e médias organizações. Enquanto que para as pequenas e micro empresas a sua forma de implantação passa por adaptações de idéias e conceitos às suas realidades. A importação de planejamento não é uma boa recomendação.

4.3.7 Estratégia

A intuitividade nas estratégias estará sempre presente. Afinal para encontrar-se uma *solução inovadora*, precisa-se de criatividade e não existe criatividade em estratégias sem intuição. Porém, de acordo com Gracioso, deve-se na prática levar em consideração nas estratégias um “[...] *rigor quase científico durante o processo formal de análise da empresa e do seu ambiente [...]*”,⁶² reduzir ao máximo o formalismo e incrementar excessivamente a criatividade para sua elaboração.

Para Steiner, estratégia

*“[...] é uma identificação sistemática de oportunidades e/ou ameaças que se encontram no futuro, as quais, em combinação com outros dados relevantes, fornecem uma base para se tornar decisões atuais no sentido de melhor explorar oportunidades e evitar ou contornar as ameaças”.*⁶³

Está relacionada à utilização adequada de recursos físicos, financeiros e humanos, tendo em vista a minimização de problemas e a maximização de oportunidades do ambiente. Para Rebouças, “[...]”

⁶² GRACIOSO, Francisco, *ibid.*, p. 46.

⁶³ STEINER, George A. *apud* SILVA, Lenilson Naveira e, *op. cit.*, p. 148.

*deverá ser sempre uma opção inteligente, econômica e viável [...].*⁶⁴

Dentro do pensamento voltado à estratégia de ocupação espacial sua participação envolve políticas públicas, tecnológicas e industriais, bem como apresenta-se como ferramenta de competitividade.

4.3.8 Estratégia de ocupação espacial

O processo de adaptação às mudanças depende e exige criatividade. É fundamental que ocorram mudanças de postura em relação as tendências manifestadas pela competição e globalização. A flexibilização das organizações será fundamental diante das mudanças constantes nas variáveis ambientais.⁶⁵ E igualmente importante para os governos municipais que vislumbram com a possibilidade de se manterem competitivos no tocante a políticas de desenvolvimento local. Essas variáveis também conhecidas como fatores ambientais e tecnológicos, podem ser relacionadas às condições específicas que servem para dividir em situações menores as complexidades do ambiente.⁶⁶

Procurando integrar interesse social, eficiência econômica e prudência ecológica, as estratégias de ocupação espacial permitem reconhecer a necessidade de um processo de mudança. Sua contribuição numa micro região permite estabelecer perspectivas de crescimento. A observação detalhada de todo ambiente regional identificando oportunidades e fatores inibidores do desenvolvimento econômico e social, possibilita criar eventos motivadores e atrativos ao agente investidor.

⁶⁴ OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Estratégia empresarial: uma abordagem empreendedora*. 2. ed. São Paulo : Atlas, 1991. p. 28.

⁶⁵ De acordo com Chiavenato as variáveis ambientais são: econômicas, tecnológicas, sociais, políticas, legais, culturais e demográficas. CHIAVENATO, Idalberto. *Recursos humanos*. 5. ed. comp. São Paulo : Atlas, 1996. p. 51.

⁶⁶ *Id.*, op. cit., p. 564.

*"Incentivar a multinacionalização das empresas da região, encarar o turismo como um forte fator de geração de divisas e induzir investimentos nacionais e estrangeiros em setores de tecnologia",*⁶⁷ estabelece determinada projeção à micro região orientada à diferenciação. A exploração de todo o seu potencial qualitativo desencadearia oportunidades de crescimento, gerando empregos e melhor qualidade de vida a seus habitantes.

A efetiva ocupação espacial micro regional está condicionada a um estudo aprofundado do perfil sócio-econômico-cultural relatando toda a situação estrutural do *locus* em consideração, diagnosticando o posicionamento quanto às condições tecnológicas, condições legais, condições políticas, condições econômicas, condições demográficas, culturais, sociais e ecológicas, dando subsídios à decisão final de escolha do local certo à instalação das organizações.⁶⁸

Estabelecer a conciliação das leis municipais criadas, com o intuito de incentivar e fomentar as futuras ocupações, com as leis superiores, e alinhar seus propósitos com todas as vantagens contidas nessas leis. Observar as mudanças na legislação e impedimentos trazidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para que não sobrevenha inconstitucionalidade nas decisões.

Qualquer ato institucionalizado em lei pelos municípios-membros de uma micro região, no caso a AMUREL, deverá preencher primordialmente as exigências da LRF criada para conter o mal uso do dinheiro público. Após esse cumprimento, gerar oportunidades a todas as formas de organização, seja grande, média ou pequena empresa.

A formação de uma infra-estrutura comum que ampare a in-

⁶⁷ BACAL, Cláudio. CEPAL reúne e padroniza dados latino-americanos. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 80, n. 21.911, 04 set. 2000, p. A-6.

⁶⁸ CHIAVENATO, Idalberto, *op. cit.*, p. 554.

tegração dos municípios-membros da região encontra ressonância nas estratégias de ocupação espacial.⁶⁹ A cooperação mútua para obter capacitação em áreas ou setores vulneráveis e críticos dos municípios está amparada pela própria associação criada para dar suporte à Região.⁷⁰

Segundo Pimenta

"O pós-guerra, a guerra fria, as mudanças tecnológicas das últimas décadas e a globalização levaram países desenvolvidos a criar grupos de estudiosos nos diversos ramos das ciências e humanidades para, em conjunto, estudarem as políticas públicas e suas diversas características. [...] Estes grupos são formados por pessoas de alto nível intelectual, não partidárias e multidisciplinares que buscam estudar e propor soluções para problemas de grande dimensão ligados à sociedade ou a um país em particular."⁷¹

Considerando a importância do capital intelectual no desenvolvimento das organizações e que em cada município existem pessoas com alto poder de inteligência, torná-las participativas de grupos voltados aos problemas sociais e incentivá-las a colaborar com opiniões, fazendo *feedback* alternativo contribuindo com algumas idéias. Principalmente, quando o problema contextual gerar discussões desfavoráveis a certas tomadas de decisões. Esse grupo de pessoas notáveis, com certeza, pode trazer benefícios esclarecedores à população quando o impacto estrutural tornar-se polêmico.

Buscar a participação da iniciativa privada, oferecendo programas de incentivos direcionados à pesquisas científicas, criação de centros tecnológicos, capacitação de profissionais e distritos industriais, além de outras formas de se contemplar o interesse em-

⁶⁹ BACAL, Cláudio, *loc. cit.*

⁷⁰ DREIFUSS, René Armand, *op. cit.*, p. 100.

⁷¹ PIMENTA, Alúisio. *A importância dos grupos pensantes na sociedade. Gazeta Mercantil SC. São Paulo*, v. 80, n. 21969/662, 29 out. 2000. p. 2.

presarial, atrelando-os a contrapartidas de interesses sociais, será no futuro a grande contribuição social das municipalidades.

Envolver os investidores nas propostas sociais e ao mesmo tempo ofertar condições para que se posicionem competitivamente é *conditio sine qua non* das políticas públicas voltadas ao estabelecimento de políticas tecnológicas atreladas à política industrial. Quanto maior os benefícios gerados para a comunidade, maior será a importância da organização diante da sociedade local e, conseqüentemente, maior será o seu poder de efetivação no mercado.

Ponto básico a ser considerado nas estratégias de ocupação espacial é a estruturação da micro região no campo da inteligência. Transformar as vocações naturais de cada cidade em potenciais de crescimento, sem que haja dentro da micro região um ponto concentrador de inteligência torna-se vulnerável a idéia de desenvolvimento voltada ao fortalecimento de organizações ágeis e competitivas.

Naveira comenta que

*“O maior desafio da humanidade não será a tecnologia, mas o próprio aprimoramento do ser humano, como pré-requisito para que a tecnologia possa continuar a se desenvolver sem ameaçar a qualidade de vida e a segurança de toda a humanidade [...]”*⁷²

Tendo infra-estrutura maior que os outros municípios membros da AMUREL e concentrando traços culturais voltados à economia de serviços, o município de Tubarão torna-se elegível a assumir o compromisso de ser o núcleo pensante e capacitador de exigências oriundas de projetos empresariais destinados à AMUREL.

O ponto concentrador de inteligência da Micro Região em destaque, além de estar estrategicamente localizado às margens da BR-101, e possuir estrutura modal ferroviária conectando-o ao porto

⁷² SILVA, Lenilson Naveira e, *op. cit.*, p. 32.

de Imbituba e Criciúma – pólo industrial regional – oferece requisitos básicos à iniciação do processo de implantação de estratégias estruturadoras no campo científico, tecnológico e educacional.

No entanto, precisa disponibilizar urgentemente de um aeroporto interno ou dentro da Micro Região capaz de atender as necessidades de demanda existentes, sem a necessidade de utilização dos aeroportos de Florianópolis e Criciúma.

A criação de *distritos industriais* individualizados em cada município da Micro Região direcionados a atender, não só, as necessidades da população gerando fontes de trabalho e renda, como também garantir um desenvolvimento sustentável regional não devem ser pretensões únicas no processo de ocupação.

A preocupação em dinamizar as vocações turísticas regionais gerenciando estudos, pesquisas e projetos, direcionam empresários do setor a convergirem seus propósitos à região. O turismo é uma fonte imensamente poderosa em termos financeiros e explorado de forma racional encontraria um ancoradouro sólido e propenso ao sucesso em toda AMUREL.

A diversidade de opções encontradas, tais como atrativos naturais, cidades históricas com arquitetura do período colonial, praias, montanhas, campo, águas termais, e outros vislumbram a região a explorar turisticamente suas características.

Implementar, além dos serviços comuns de gastronomia e hospedagem, práticas de esportes radicais, eventos, passeios e pesca, entre outros tantos, sem esquecer tratamento cordial e qualificado ao turista, sintetizam a grandiosidade desse setor ainda não implementado de forma eficiente na região, ao mesmo tempo em que se faz sejam antevistas as oportunidades que se podem ensejar.

Além da *indústria turística* surge uma variedade de pequenos negócios em torno das necessidades desencadeadas. O micro e

pequeno empresário não perderá a oportunidade de se estabelecer, seja no ramo industrial ou de serviços, trazendo sua contribuição às municipalidades gerando, dessa forma, outras fontes de receita.

Participantes no processo ativo de expansão dos municípios, os *distritos industriais* favorecem à formação de *clusters* numa região.

Além dos programas direcionados às indústrias e empresas prestadoras de serviços, a criação de programas especiais para atração de empresas voltadas ao desenvolvimento de 'tecnologia de ponta', ao ser implantados, retém na região os autores e idéias desenvolvidas dentro da universidade local e outros centros de pesquisas tecnológicas.

Rodolfo Koeppel, Coordenador de Desenvolvimento Empresarial da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), explica as características das empresas que desenvolvem produtos com conhecimento científico

*"[...] seus empresários não vieram de grandes empresas e sim das escolas onde receberam excelente preparação, desenvolveram habilidades específicas e, juntando o conhecimento e o espírito empreendedor, abriram seu negócio."*⁷³

*"São empresas de grande potencialidade, já que atuam em tecnologia avançada. O que lhes falta é um parceiro com capital, pois no Brasil não há financiamento para empresas sem patrimônio. Quem descobrir mais cedo esse filão, só terá a ganhar."*⁷⁴

Para evitar que grandes idéias fiquem sem oportunidades de se concretizarem, dentro das instituições de ensino, além de prefeituras municipais e associações voltadas ao desenvolvimento setorial,

⁷³ BICALHO, José A., LOBATO, Pedro. *A rota dos negócios no Sul de Minas. Gazeta Mercantil. São Paulo, v. 80, n. 21.945, 24 out. 2000, p. A-4. (Guia do investidor)*

⁷⁴ *Id. ibid.*

o conhecimento científico encontrou espírito empreendedor através do apoio de incubadoras acelerou a formação de um pólo de negócios, promovendo condições favoráveis à geração de novas empresas na região.⁷⁵

A AMUREL com seus 18 Municípios-Membros, é detentora de indústrias de vários segmentos. Da indústria de produtos plásticos, com grandes empreendimentos aos moldes locais, à indústria moveleira, com seus micro e pequenos empresários, a tendência de principiar o desenvolvimento da cadeia produtiva de seus respectivos segmentos é promissora e favorável à formação de *clusters*.

Um projeto de implantação de incubadoras acolhendo não só àqueles que desenvolvem tecnologia de ponta como também aos que tenham boas idéias e precisam transformá-las em negócios, promove a integração de setores segmentados das indústrias e facilita a formação de *clusters* na região tornando-a socialmente desenvolvida, industrialmente capacitada e mercadologicamente competitiva.

“Somos líderes em atividade empreendedora, mas apresentamos resultados ruins nos pressupostos do empreendedorismo: educação, farto apoio financeiro, baixa burocracia, alta atividade do capital de risco, políticas públicas de fomento e noção de legitimidade social do empreendedorismo.”⁷⁶

De acordo com Vinícius Lummertz, Diretor-Técnico do SEBRAE Nacional, *“somos uma nação empreendedora, a maior do mundo. Para cada oito habitantes um tem seu próprio negócio”*.⁷⁷ Porém, o índice de informalidade é alto, tornando muitos negócios interes-

⁷⁵ PINTO, Telma, LOBATO, Pedro. *Conhecimento científico vira riqueza. Gazeta Mercantil. São Paulo*, v. 80, n. 21.945, 24 out. 2000, p. A-8. (Guia do investidor)

⁷⁶ *Id. ibid.*

⁷⁷ LUMMERTZ, Vinícius. *O paradoxo do espírito empreendedor. Gazeta Mercantil. São Paulo*, v. 80, n. 21973, 05 dez. 2000, p. A-2.

santes em experiências sem sucesso.

4.4 Considerações

A elaboração de políticas voltadas ao desenvolvimento regional envolvem além de estudos aprofundados sobre a contextualização real apresentada pela região, outros fatores voltados a estabelecer uma perspectiva potencial de crescimento.

Esses fatores aqui denominados como estruturais e conceituais quando observados pela ótica da aplicabilidade no desenvolvimento de estratégias de ocupação espacial e adequados às necessidades particulares de cada Município-Membro da Região em estudo, transformam-se em eventos motivadores e atrativos aos agentes investidores.

Para o investidor que pretenda expandir ou criar novas empresas numa região a necessidade de receber condições estruturais aos seus empreendimentos facilitaria em muito a aplicação de suas estratégias administrativas.

A definição das municipalidades como agentes alavancadores do desenvolvimento micro regional através da efetivação de políticas voltadas a atender as necessidades sociais e econômicas locais, exige uma condição estrutural condizente ao processo de mudança atualmente reinante.

5 CONCLUSÕES

5.1 Conclusões

Não existe realização sem trabalho. Não existe trabalho sem realizações. Utópicas são todas as propostas sem realizações e não apenas as impossíveis. Sonhar faz parte do início de qualquer projeto. Obstáculos à realização de qualquer evento sempre existirão e serão sempre um desafio a ser vencido.

O processo evolutivo das empresas existentes no pólo em questão, o acompanhamento da situação empreendedora ainda em processo de implantação, a legalização daquelas que vivem na informalidade, as oportunidades geradas em torno do desenvolvimento produzido, o avanço social conquistado pelos benefícios gerados, as propostas sociais compartilhadas pela iniciativa privada, a integração entre municipalidades, centros técnicos educacionais, universidades, indústrias e representantes da sociedade, reforçam a idéia de estabelecimento de uma mentalidade política adquirindo hábitos de comportamentos condizentes com as exigências atuais de mercado.

As situações acima descritas fazem das estratégias de ocupação espacial fortes elementos disseminadores de propostas voltadas ao crescimento econômico de uma região e um aliado, não no sentido de combate, mas sim de compartilhamento às políticas volta-

das à participação regional num mercado globalizado.

Pode ser aplicado mediante estudo detalhado das condições ambientais e do perfil sócio-econômico-cultural da região pretendida. Utilizam-se das técnicas administrativas tradicionais com o foco voltado a respostas rápidas às mudanças constantes da economia atual. Para tanto, deve-se ter criatividade suficiente para buscar nas oportunidades a geração de empreendimentos e o convencimento da proposta aos investidores e oferecer estrutura local capaz de alavancar seus projetos incentivando-os ao intercâmbio intercultural e, por conseguinte, ao desenvolvimento social, econômico e político, e não apenas à mera participação em mercados internos.

Para o sucesso de implantação e implementação dessa idéia é preciso estar capacitado com recursos humanos e tecnológicos. Esses recursos funcionam como agentes geradores das práticas executadas e passam a ser ponto de obstáculos se mal utilizados. A vantagem de se criar um organismo independente com recursos humanos e tecnologia capacitada dentro dos municípios para desenvolverem a técnica, apesar de já existir uma associação local, constitui-se em um forte fator de vantagem levando-se em conta responsabilidade e resultados.

As estratégias empresariais desenvolvidas na Região em questão devem estar voltadas a atender e suportar as necessidades e exigências impostas pelos blocos econômicos. Como região inserida no Mercosul, deve não só buscar a competitividade internacional como também estar preparada a investida concorrenciais.

A conexão com o mundo através de um banco de dados e a pesquisa direcionada à elementos que possam vir a ser benéficos ao empreendimento deve ser levada em consideração.

Existem vários órgãos e entidades civis no país que oferecem propostas interessantes a projetos voltados à integração e desen-

volvimento regional, além de entidades estrangeiras que apoiam financeiramente políticas desenvolvimentistas.

As maiores dificuldades para a efetivação da proposta na Micro Região em estudo, estão na situação atual de seus Municípios-Membros. A LRF não está sendo observada como forma de motivar a administração dos municípios a procurarem outros meios de conseguirem receitas e sim como fator de limitação às ações voltadas ao desenvolvimento.

A infra-estrutura física e de recursos humanos desses órgãos, num primeiro momento, impedem que atuem com maior mobilidade em direção à causa principal de qualquer política de desenvolvimento regional, qual seja, o fortalecimento da estrutura oferecida como fator motivacional para investidores.

O distanciamento entre a sociedade e o poder local é outra situação a ser considerada como limitação. Não existe envolvimento. A atenção às situações que ocorrem não são transparentes à sociedade civil, como também, não são cobrados pela mesma os planos de governo anunciados em campanha eleitoral que se perdem nas gavetas.

A falta de integração e cooperação ainda é reinante entre os Municípios-Membros tornando deficitário o planejamento micro regional. As ações tendem a ser isoladas, o interesse comum é pouco trabalhado. Sendo possível que a competição partidária atrapalhe.

A decisão de se escolher a AMUREL como cenário para o estabelecimento de perspectivas de estratégias de ocupação espacial, encontra fundamento na necessidade de se localizar o estudo para que o entendimento da proposta seja assimilado. Deve-se, ainda, levar em consideração a naturalidade do autor.

Assim como toda célula tem o seu núcleo, a proposta ora de-

desenvolvida apresenta uma cidade como centro inteligente com outras implementando os espaços produtivos. A escolha pelo Município de Tubarão para servir de núcleo teve respaldo na sua representatividade diante das demais cidades da AMUREL. Sua vocação natural ao setor terciário, sua maior condição estrutural e sua localização geográfica atendem, em princípio, ao tema proposto.

Fato relevante a ser considerado é que a proposta em questão pode ser exportada a outras regiões, resguardando-se o direito de se levantar e trabalhar os dados direcionados ao perfil sócio-econômico-cultural existente.

Com relação ao objetivo geral proposto à presente dissertação atingiu seu resultado esperado. Como fato gerador de transformações e disseminador de oportunidades voltadas ao desenvolvimento micro regional o estabelecimento de tais perspectivas fragmentadas em objetivos específicos lograram êxito, haja vista que o reconhecimento das necessidades de um processo de mudança para o desenvolvimento micro regional e a viabilização de seu fortalecimento estão manifestas na realidade local.

A identificação de oportunidades nas características dos municípios integrantes e os meios à promoção da geração de fontes de produção, trabalho e renda, são passíveis de concretização pela execução prática aqui levantada teoricamente.

A harmonização de critérios comuns às expectativas de cada município e o desenvolvimento de perspectivas de estratégias de ocupação espacial estão claramente observadas nos fatores estruturais e conceituais aplicáveis à Micro Região.

Cabe salientar que mediante ao exposto na problemática o crescimento econômico regional dependerá do reconhecimento às mudanças criando efeito motivador para o envolvimento da sociedade no processo em questão.

Conclui-se também que as hipóteses anteriormente mencionadas adquirem efeitos corroboradores no âmbito da pesquisa realizada, mesmo que nas conclusões a respeito existam fatos limitadores, o que reforça a idéia da importância em questão.

Para o autor, a expectativa é que influencie outros pesquisadores a entrar em detalhes, aprofundando-se no assunto colaborando com a idéia. E que àqueles que administram os municípios, sua colaboração seja importante pelo menos em alguma questão ora citada.

5.2 Recomendações

Existe um ditado popular que diz: *se conselho fosse bom não seria dado e sim vendido*. Assim sendo, estas recomendações são feitas para servir de balizamento tanto para a aplicação da pesquisa, quanto a futuros trabalhos que enveredem pelo caminho das estratégias de ocupação espacial. Se serão observadas é questão de decisão a quem estiver se empenhando no tema.

Alguns projetos faraônicos foram iniciados e não existem mais, outros apenas foram projetados e engavetados. E ainda, há aqueles que foram investidos demasiadamente, existem, mas não trazem os benefícios almejados. Portanto, esses exemplos servem para reflexão às recomendações a seguir elencadas que, certamente, contribuirão ao sucesso do empreendimento aqui objeto.

Faz-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas visando a expansão dos investimentos na Micro Região, criando dessa forma, oportunidades de geração de fontes de trabalho e renda com qualidade de vida assegurada a seus habitantes.

Priorizar dentre os empreendimentos que vierem a se instalar na Micro Região, àqueles que estão ligados à alguma cadeia produtiva já existente, àqueles que tenham projetos com grande reciprocidade de contribuição social à comunidade da região municipal

escolhida, àqueles que sejam defensores da sustentabilidade local desenvolvendo empreendimentos de tecnologias limpas ou que tenham projetos de prudência ecológica, refletindo sobre o tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos.

Oferecer políticas estruturais aos micro e pequenos empresários, como a instalação de incubadoras capazes de dar suporte à fase inicial da empresa criada que, diga-se de passagem, é considerada crítica pelas entidades especialistas em manutenção de empresas no mercado.

Para implantar dentro de uma região as estratégias de ocupação espacial nos moldes aqui mencionados existirá resistência pelo volume estrutural exigido. As constantes mudanças do ambiente nos conduzem a buscar soluções sempre que forem necessárias. E colocar em prática alguma idéia, é tirá-la das bases utópicas e concretizá-la.

*"[...] o sucesso advém não somente de novas idéias, mas de sua impaflementação [...]."*¹

¹ EDVINSSON, Leif, MALONE, Michel S., *op. cit.*, p. 56.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Disponível em: <www.agdr.goias.gov.br/> Acesso em: 09 nov. 2001.

ALENCAR, Eunice M. L. Soriano. Desenvolvendo a criatividade nas organizações: o desafio da inovação. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 6, p. 6-11, nov./dez. 1995.

ALLEN, Robert. How to save the World. *Business Journal*. Boston, v. 73, n. 28715, p. 23, ago. 1968.

ARBIX, Glauco. Subsídio exige reciprocidade. *Zero Hora*. Porto Alegre, v. 36 n. 12.321, p. 8, 16 mai. 1999.

AZEVEDO, Eliane, GOLDBERG, Simone. Investimentos na área social também dão retorno. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 80, n. 21.953, p. C4, 03/04/05 nov. 2000.

BACAL, Cláudio. Cepal reúne e padroniza dados latino-americanos. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 80, n. 21.911, p. A-6, 04 set. 2000.

BAGIO, João Henrique. FTC busca parceiros para investir US \$ 330 milhões. *Gazeta Mercantil SC*. São Paulo, v. 3, n. 21960/653, p. 6, 16 nov. 2000.

BICALHO, José A., LOBATO, Pedro. A rota dos negócios no Sul de Minas. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 80, n. 21.945, p. A-4, 24 out. 2000. (Guia do investidor)

Biomassa. *Revista Globo Rural*. v. 7, n. 81, p. 3-27, jul. 1992. (Economia).

BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. Florianópolis : UFSC, 1999.

CALAIS, Alexandre. Vantagens à moda paulista, balanço anual. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 5, n. 5, p. 18-19, nov. 2000. (Publicação anual)

CAMPOS, Renato Ramos, NICOLAU, José Antônio, CÁRIO, Sílvio Antonio Ferraz. *Processos de aprendizagem tecnológica em sistemas produtivos locais: o caso da empresa cerâmica em Santa Catarina*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/redepesq/produtos/nap/ec/encontro/trabalhos/econo.../RRCampos.htm>> Acesso em: 08/04/01.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. 3. ed. São Paulo : McGraw-Hill, 1983. 617 p.

———. *Recursos humanos*. 5. ed. comp. São Paulo : Atlas, 1996. 623 p.

CHRISTOFOLETTI, Rogério, SC diz ter condições para disputar a Ford. *A Notícia*. Joinville, n. 21.592, p. A-11, 05 mai. 1999.

———. ICMS é utilizado na guerra pela indústria automobilística. *A Notícia*. Joinville, n. 21.589, p. B-3, 02 mai. 1999.

———. Renúncia fiscal vale a pena. *A Notícia*. Joinville, n. 21.589, p. B-1, 02 maio 1999.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. O global e local. *A Notícia*. Joinville, n. 21.539, p. A-3, 13 mar. 2000.

DOUAT, Osvaldo Moreira. A chance de crescer. *Gazeta Mercantil SC*. São Paulo, v. 3, n. 21.912/605, p. 2, 5 set. 2000.

DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização; novos desafios*. Petrópolis : Vozes, 1996. 348 p.

DRUCKER, Peter Ferdinand. *Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios*. São Paulo : Pioneira, 1987. 378 p.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. Petrópolis : Vozes, 1994. 328 p.

EDVINSSON, Leif, MALONE, Michel S. *Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos*. São Paulo : Makron Books, 1998. 179 p.

EID JUNIOR, William. Custo e estrutura de capital: o comportamento das empresas brasileiras. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 36, n. 4, p. 51-59, out./nov./dez. 1996.

EMILIO, Paulo. O novo desenho do setor industrial, balanço anual – Pernambuco. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, v. 5, n. 5, p. 20, 22, nov. 2000. (Publicação anual).

ESTEVES, Regina. Investimento em cidadania. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, v. 80, n. 21.911, p. A-2, 04 set. 2000.

FARIA, Luciana Jacques. Meio ambiente e resíduos sólidos: avanços e limites na cidade de Viena e lições para São Paulo. **RAE Light**. São Paulo, n. 2, v. 2, p. 35-40, mar./abr. 1995.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **O potencial catarinense**. Florianópolis : FIESC, 1990. v. 1.

FERRAZ, João Carlos, KUPFER, David, HAGUENAUER, Lia. **Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria**. Rio de Janeiro : Campus, 1995. 386 p.

GARCIA, Renato de Castro. **Aglomerções setoriais ou distritos industriais: um estudo das indústrias têxtil e de calçados no Brasil**. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/polind/estudosp.html>> Acesso em: 08/04/01. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas, Instituto de Economia)

Gazeta Mercantil, Florianópolis, v. 80, n. 21.915, 11 set. 2000.

GRACIOSO, Francisco. **Planejamento estratégico orientado para o mercado: como planejar o crescimento da empresa conciliando recursos e "cultura" com as oportunidades do ambiente externo**. 3. ed. São Paulo : Atlas, 1996. 204 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**.

JÖHR, Hans. **O verde é negócio**. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 1994. 191 p.

KUPFER, José Paulo. O day after da guerra fiscal. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, v. 80, n. 21.913, p. A-3, 06 set. 2000.

LIMA, Luiz Fernando do Cirne. Sustentabilidade e visão empresarial. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, v. 80, n. 21.989, p. A-2, 28 dez. 2000.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Reestruturação industrial em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90**. Florianópolis : UFSC, 2000. 304 p.

LOBATO, Pedro. Incentivos fiscais chegam à maturidade, balanço anual; Minas Gerais. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, v. 7, n. 7, p. 22-24, out. 2000. (Publicação anual)

- LOUZADO, Vitor Hugo. Térmicas terão US \$ 1,8 bi. **A Notícia**. Joinville, n. 21.579, p. B-3, 23 abr. 2000.
- LUMMERTZ, Vinícius. O paradoxo do espírito empreendedor. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, v. 80, n. 21.973, p. A-2, 05 dez. 2000.
- NASCIMENTO Neto, João Galvão do. **A nova tendência da economia global**. São Paulo : Makron Books, 1997. 341 p.
- MARKOVITCH, Jacques. Globalização. **RAE Light**. São Paulo, v. 2, n. 3, p. 67, mai./jun. 1995.
- MARTINS, Ricardo S., SALVADO, Eliane L., A incorporação de tecnologias nos transportes. **Gazeta Mercantil SC**. São Paulo, v. 2, n. 22.006/699, p. 3, 23 jan. 2001.
- MEURER, Elmar. Micro e pequenas reúnem-se em Joinville. **Gazeta Mercantil SC**. São Paulo, v. 80, n. 21.913/606, p. 3, 06 set. 2000.
- Ministério da Ciência e Tecnologia. **Programa nacional de apoio a incubadoras de empresas (PNI)**. <www.mct.gov.br/prog/empresa/pni/intro.htm> Acesso em: 05/04/01.
- MODENA, Carla. Serviço permite aos bancos aperfeiçoar relação com clientes. **Relatório da Gazeta Mercantil**. São Paulo, v. 80, n. 21.950, p. 3, 31 out. 2000. (Call center)
- Município de Tubarão participa de feira para divulgar potencialidades. **Folha da Semana**. Tubarão, v. 3, n. 89, p. 8, 07 abr. 2001.
- MÜLLER, José. Um investimento multiplicador. **A notícia**. Joinville, n. 21.434, 26 nov. 1999. p. A-15.
- NASCIMENTO Neto, Antenor. **Revista Veja**. São Paulo, v. 13, n. 36, p. 79-81, abr. 1986.
- NERI, Marcelo Côrtes, CAREGA, Fabrizio. Eleições e políticas econômicas oportunistas. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, v. 80, n. 21.981, p. A-3, 15/16/17 dez. 2000.
- NUNES, Claudine. Indústrias prontas para o uso do gás natural. **A Notícia**. Joinville, n. 21.545, p. B-1, 19 mar. 2000.
- OLIVEIRA, Djaima de Pinho Rebouças de. **Estratégia empresarial: uma abordagem empreendedora**. 2. ed. São Paulo : Atlas, 1991. 381 p.
- OLIVEIRA. Juarez de. **Constituição da República Federativa do Brasil; organização dos textos, notas remissivas e índices**. 3. ed. São Paulo : Saraiva, 1989. 168 p.

PASINI, Sandro. Velocidade, inovação e integração. **Gazeta Mercantil SC**. São Paulo, v. 3 n. 21.955/648, p. 2, 07 nov. 2000.

PIMENTA, Aluísio. A importância dos grupos pensantes na sociedade. **Gazeta Mercantil SC**. São Paulo, v. 80, n. 21.969/662, p. 2, 29 out. 2000.

PINTO, Telma, LOBATO, Pedro. Conhecimento científico vira riqueza. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, v. 80, n. 21.945, p. A-8, 24 out. 2000. (Guia do investidor)

PORTER, Michael. **Vantagem competitiva das nações**. São Paulo : Makron Books, 1996. 649 p.

Porto de Laguna ganha independência. **Folha da Semana**. Tubarão, v 3, nº 83, abr. 2001, p. 07, 09.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO. **Boletim informativo: todos por Tubarão**. Tubarão : PMT, 1999. p. 10.

Revista Veja. São Paulo, p. 68, mar. 1999.

RICHARDS, Brian Jean. **Last time**. New York : Quintessence, 1991. 412 p.

RICHERS, Raimar. **Surfando nas ondas do mercado**. 2. ed. São Paulo, RR&CA, 1996. p. 310.

ROGATTO, Marcos. Brazilianização e responsabilidade social. **Gazeta Mercantil SC**. São Paulo, v. 3, n. 689, p. 2, 09 jan. 2001.

ROSA, João Luiz. Um negócio lucrativo e cada vez mais disputado. **Relatório da Gazeta Mercantil**. São Paulo, v. 80, n. 21.950, p. 1, 31 out. 2000. (Call center)

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo : Vértice, 1986.

SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/planejamento.htm>> Acesso em: 20 mai. 2000.

———. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/economia.htm>> Acesso em: 20 mai. 2000.

———. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/economia.htm>> Acesso em: 14 mar. 2001.

———. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/microrregioes.htm>> Acesso em: 12 jan. 2001.

———. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/turismo.htm>> Acesso em: 03 dez. 2000.

SANTANA, José Luiz. Lucro como instrumento de promoção social. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 80, n. 21.915, p. A-3, 11 set. 2000.

SCHMIDT, Karen. Santa Catarina em destaque. *A Notícia*. Joinville, n. 21.426, p. A-4, 10 jan. 2001.

SILVA, Benedicto, et. al. *Dicionário de ciências sociais*. São Paulo : Fundação Getúlio Vargas, 1986. 1413 p.

SILVA, José Afonso. Qualidade de vida e meio ambiente. *Diário Catarinense*. Florianópolis, v. 48, n. 8.416, p. 6-7, mar. 1998.

SILVA, Lenilson Naveira e. *A 4ª onda: os novos rumos da sociedade de informação*. Rio de Janeiro : Record, 1989. 208 p.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. Políticas de governo e planejamento estratégico como problemas de escolha pública II. *RAE – Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 36, n. 4, p. 38-50, out./nov. 1996.

SILVESTRINI, Gladinston. Obras para iniciar o século; balanço anual: Santa Catarina. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 7, n. 7, p. 38-39, ago. 2000. (Publicação anual)

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo : Atlas, 1993. 358 p.

VAZ, Gil Nuno. *Marketing institucional: o mercado de idéias e imagens*. São Paulo : Pioneira, 1995. 360 p.

VIEIRA, Beatriz. Por que é difícil estimar o custo de implantação. *Relatório da Gazeta Mercantil*. São Paulo, v. 80, n. 21.950, p. 5, 31 out. 2000. (Call center)

VIEIRA, Paulo Freire. *Ciência e tecnologia para o ecodesenvolvimento: prioridades para Santa Catarina; situação atual e perspectivas*. Caxambu, 1989. 83 p. (Trabalho apresentado no 13º Encontro Anual a ANPOCS)

ZACCARELLI, Sergio Baptista. A nova ideologia da competição. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 1, p. 14-21, jan./fev. 1995.

BIBLIOGRAFIA

BARQUERO, Antonio Vázquez. ***Política económica local: la respuesta de las ciudades a los desafíos del ajuste productivo***. Madrid : Pirâmide, 1993.

CAMPI, María T. C, FORNIÈLES, Maria C. ***La cooperación entre empresas: una nueva estratégia competitiva***. Madrid: Ministério de Industria, Comercio y Turismo, 1992.

CHESNAIS, François. ***A mundialização do capital***. São Paulo : Xamã, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. ***Novo aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa***. Rio da Janeiro : Nova Fronteira, 1999.

KRAEMER, Armando. ***Noções de macroeconomia***. Porto Alegre : Sulina, 1979.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina Andrade de. ***Fundamentos de metodologia científica***. São Paulo : Atlas, 1985.

MARCANTONIO, Antonia Terezinha, SANTOS, Martha dos, LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. ***Elaboração e divulgação do trabalho científico***. São Paulo : Atlas, 1997.

STANLAKE, George Frederick. ***Macroeconomia: uma introdução***. São Paulo : Atlas, 1985.